

PEDRO ANTONIO AGOSTINHO

**RELAÇÕES DE PODER NO DO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE
(1945-1958)**

PEDRO ANTONIO AGOSTINHO

RELAÇÕES DE PODER NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE -1945-58.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Freire de Souza.

Dourados
2003

Ficha Catalográfica

Agostinho, Pedro Antonio.
Relações de Poder no Bolsão-Sul-Mato-Grossense-1945-
1958. Câmpus de Dourados: Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, 2003.
p. 151.

PEDRO ANTONIO AGOSTINHO

RELAÇÕES DE PODER NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE-1945-58.

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, ___ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES
PEDRO ANTONIO AGOSTINHO

NASCIMENTO 14/07/1067- Paranavaí/PR

FILIAÇÃO Manuel Agostinho

Maria Luiza Alves

1993/1997 Curso de Graduação em História

Câmpus de Três Lagoas - UFMS

1999/2000 Curso de Pós-Graduação em História, nível de especialização, na
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas-MS.

2001/2003 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados-MS.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho foi um aprendizado de vida sem nenhum precedente já vivenciado por mim. No caminho percorrido ao longo desses trinta e seis meses, não faltaram obstáculos que pareciam, num primeiro momento, intransponíveis. Logo percebemos que eles faziam parte desse conjunto de adversidades, e que sem eles nossa jornada não teria tomado o rumo que nos levaria ao êxito em nosso trabalho, com o qual chegamos a um conhecimento parcial e provisório do que pusemos dissertar.

A um grande número de amigos e companheiros que se deram ao trabalho de ler esta Dissertação, em vários estágios de sua preparação, e dos quais tivemos a sorte de receber os conselhos e sugestões.

Aos companheiros da saudosa “República em Migalhas”, local em que passamos muitas noites em claro, em muitos momentos de discussão e de “masturbação” intelectual.

Aos companheiros Vera, Manfrin, Ciro e Astor, este último em especial, pois, apesar de não ser de nossa turma, não mediu esforços e participou ativamente de nossos momentos de angústias e alegrias, contribuindo com sua calma e inteligência, baseada em sua experiência, naquele momento, de veterano do mestrado.

Aos nossos colegas de turma que cresceram juntos em seus respectivos trabalhos: Simone, Rigote, Suzana, Giovani e Eurides. Ao professor Cláudio Freire (orientador), que nos possibilitou reflexões das mais significativas, as quais, sem dúvida, tiraram a “cerca” do meio do caminho e a colocou do lado de fora, possibilitando assimilar valores dos mais significativos, que, sem dúvida, foram os alicerces da nossa vitória.

Aos professores Doutores João Carlos, Paulo Cimó, Zorzato, Jérri, Biasoto, Marina Venceslau e Cláudio Vancoscelos, Damião e, com muito carinho, à companheira Thaís, a qual com sua paciência de Jó, nos tolerou nos momentos mais difíceis dessa jornada, nosso muito obrigado.

Aos companheiros de Três Lagoas, que me deram sugestões das mais diversas para que esse trabalho se desenvolvesse, entre outros, professor Petrônio,

da Escola Fernando Corrêa da Costa, Oscar (fotógrafo) os companheiros Vítor Wagner, carinhosamente chamado pelos mais íntimos de Vitinho, mestre em História, sua esposa e ex-professora do Curso de Especialização, Prof^a. Mestre Maria Celma Borges, que merece um carinho muito especial, pois, com jeito único de humildade, contribuiu de maneira significativa em nosso trabalho.

Ao sr. José Nunes Marques, carinhosamente conhecido em Três Lagoas por Zé Picuá, funcionário da Prefeitura de Três Lagoas, que, com sua experiência de vida e, conhecedor da política da região Bolsão, deixou sua colaboração neste trabalho, nosso muito obrigado.

A Prof^a. Dr^a. Marlene Durigan do Câmpus de Três Lagoas e Diretora do Câmpus de Paranaíba, porque, mesmo sem estar diretamente ligada ao nosso trabalho, deu o seu apoio respaldado na sua competência e na sua amizade.

Aos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinted) Mara Carrara, ex-presidente deste sindicato e atual presidente da FETEMS (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), Afonso Trannin, Marleninha, Renata Leal, Viviane, Elza, Eva, Vanice, Tia Maria Abadia, Rivelda, ao Prof^o. Albertino Soares responsável pelo Abstract deste trabalho e acompanhamento nas horas de aprendizagem em língua estrangeira (Espanhol), enfim, todos aqueles que de uma forma ou de outra foram responsáveis pelo êxito de nossa proposta de trabalho, meus sinceros agradecimentos pelo apoio dispensado.

Aos meus ex-alunos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com os quais pude conviver durante dois anos como professor temporário e com quem compartilhei momentos de reflexões significativas.

Aos companheiros da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas (não citarei nomes para não cometer a deselegância de esquecer alguém), que, na torcida, desempenharam um papel incentivador em nossa trajetória.

Às minhas filhas Caroline Antunes Agostinho, Aline Antunes Agostinho, Wenzel Antunes Agostinho (in memória) e Amanda Antunes Agostinho, que, sem dúvida, foram o combustível do meu dia-dia, pois em momentos de angústias, inquietações e ansiedades, foram elas as responsáveis pela superação das

adversidades e a razão das vitórias conquistadas no decorrer de nossa caminhada árdua, são, sem dúvida, minha razão de viver, beijos.

Agradeço, também, a minha namorada Aparecida Margate de Paula, amante e companheira, a qual chamo, carinhosamente, de Márgate, nos momentos difíceis estive ao meu lado, apoiando-me nos momentos de angústias, meu muito obrigado.

Ao professor Dr^o. Cláudio Freire de Souza, meu orientador, agradeço a paciência demonstrada nos momentos difíceis, a tolerância com minha indisciplina quando da produção deste trabalho.

Epígrafe

O espetáculo da pesquisa, com seus sucessos e seus reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio.

Stéphane Courtois & Annie Kriegel

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	11
LISTA DE TABELAS.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS.....	15
Resumo.....	16
Abstract.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO I : POPRIETÁRIOS DE TERRA E PODER POLÍTICO NO SUL DE MATO GROSSO.....	22
1- Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN): A disputa entre os grupos associados e de interesses pela hegemonia política no Bolsão.....	23
1.1- O discurso ideológico como mecanismo de convencimento da elite política no Bolsão-Sul-Mato-Grossense na década de 50.....	43
1.2- As influências dos coronéis da terra nas decisões políticas na região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense na década de 50.....	55
CAPÍTULO II: POLÍTICA E GOVERNO.....	61
2- A invenção da região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense.....	63
2.1- Os municípios e o poder político dos Coronéis.....	69
CAPÍTULO III: NOVA ROUPAGEM: A POLÍTICA DESENVOLVIDA NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE(1945-1958).....	87

3- Algumas considerações.....	88
3.1- Grupos associados e de parentesco, na disputa política no Bolsão-Sul-Mato-Grossense.....	100
3.2- As transformações sociais pós-45.....	106
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
BIBLIOGRAFIA.....	125
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	130
FONTES DOCUMENTAIS.....	134
PERIÓDICOS.....	134
ARQUIVOS PÚBLICOS.....	135
ANEXOS.....	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, década de 50.....	26
Figura 2- Mapa do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, proposto pelo governo do Estado / 2003.....	27
Figura 3 - Mapa atualizado da região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense.....	28
Figura 4 - Deputado Philadelpho Garcia em campanha / 1945.....	68
Figura 5 - Ato Inaugural do Hospital dos Ferroviários em Campo Grande.....	72
Figura 6 - Fragmentos de ações parlamentares de Philadelpho Garcia, publicadas no jornal “O Globo”.....	73
Figura 7 - Homenagem a Philadelpho Garcia, em Bauru, 1955.....	96
Figura 8 - No “Palácio do Catete”.....	113
Figura 9 - EU.....	114
Figura 10 - Deixando a Polícia.....	115
Figura 11 - Diário de Viagem.....	117
Figura 12 - Sempres Juntos.....	118
Figura 13 - A Profecia.....	119
Figura 14 - O “Globo”, 25 de Outubro de 1985.....	120
Figura 15 - Nos Trilhos.....	137
Figura 16 - Assumindo o CNT (Conselho Nacional do Trabalho).....	138
Figura 17 - O Poder da Confiança.....	139
Figura 18- Anos 50.....	140
Figura 19- Meu Projeto.....	141
Figura 20 - Pelo Brasil.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios que compõe o Bolsão-Sul-Mato-Grossense.....	24
Tabela 2- Resultado das eleições para governador em Mato Grosso –1947.....	29
Tabela 3- Resultado das eleições para governador em Mato Grosso – 1950.....	30
Tabela 4- Resultado das eleições para governador em Mato Grosso –1955.....	30
Tabela 5- Resultado das eleições para governador em Mato Grosso –1960.....	30
Tabela 6- Resultado das eleições para o Senado em Mato Grosso –1954.....	39
Tabela 7- Resultado das eleições para Deputado Federal em Mato Grosso – 1958.....	39
Tabela 8- Resultado das eleições para Deputado Federal em Mato Grosso/54.....	40
Tabela 9- Relação nominal dos candidatos eleitos para prefeito de Paranaíba, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos por Ano e Candidato.....	41
Tabela 10- Relação nominal dos candidatos eleitos para prefeito de Três Lagoas, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos por Ano e Candidato.....	42
Tabela 11 - Relação nominal dos candidatos eleitos para prefeito de Aparecida do Taboado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos por Ano e Candidato.....	42
Tabela 12- Evolução da população, por situação de domicílio, segundo o censo de 1950.....	52
Tabela 13- Resultado das eleições Presidenciais no Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1945.....	57
Tabela 14- Prefeitos eleitos na cidade de Três Lagoas nos anos de 1947 / 1967....	74
Tabela 15- Relação nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1947.....	75
Tabela 16- Relação nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado de Mato grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1950.....	77
Tabela 17- Relação nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1954.....	79

Tabela 18- Relação nominal dos Candidatos eleitos para a Assenmbléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1958.....	80
Tabela 19- Resultado nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, no Ano de 1947.....	83
Tabela 20- Resultado nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, no Ano de 1950.....	84
Tabela 21- Resultado nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, no Ano de 1954.....	84
Tabela 22- Resultado nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, no Ano de 1958.....	85
Tabela 23- Evolução da população em Mato Grosso.....	112
Tabela 24- Evolução demográfica dos municípios que compunham a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, nas décadas de 50 e 60 do século XX.....	143
Tabela 25- Total da população do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, segundo Microrregiões e Anos.....	144
Tabela 26- Evolução da população, por situação e domicílio, segundo o censo de 1940.....	144
Tabela 27- Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1945.....	145
Tabela 28- Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1947.....	146
Tabela 29- Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1950.....	146
Tabela 30- Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos em 1958.....	147
Tabela 31- Resultado das Eleições Presidenciais em Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1945.....	147
Tabela 32- Percentagem das bancadas dos Partidos na Assembléia Constituinte Nacional de 1946.....	149
Tabela 33- Percentagem da Representação Legislativa, segundo Partidos, ano de 1950.....	149

Tabela 34- Percentagem da Representação Legislativa na Câmara Federal, no ano de 1954.....	151
Tabela 36- Legislatura do Executivo Municipal da cidade de Paranaíba.....	151
Tabela 37- Legislatura do Executivo municipal da cidade de Aparecida do Taboado.....	151

LISTA DE ABREVIATURAS

ADST = Aliança Democrática Social Trabalhista

MRG = Microrregião

MRH = Microrregião

PBV = Partido Da Boa Vontade

PCB = Partido Comunista Brasileiro

PDC = Partido Democrata Cristão

POT = Partido Orientador Trabalhista

PRP = Partido Da Representação Popular

PR = Partido Republicano

PSD = Partido Social Democrático

PSP = Partido Social Progressista

PTB = Partido Trabalhista Brasileiro

UDN = União Democrática Nacional

RESUMO

Este trabalho tem como proposta a discussão sobre um conjunto de práticas políticas desenvolvidas no sul do Mato Grosso-Uno, região atualmente denominada de Bolsão-Sul-Mato-Grossense, no período que compreende os anos de 1945 a 1958, destacando os principais partidos do período pós-Guerra, entre eles o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), os quais procuravam manter a hegemonia política em todo o Estado. Nesta perspectiva, são investigados os mecanismos utilizados por esses partidos e seus correligionários, atrelados ao governo Central, que procuravam ocupar espaço, usufruindo as vantagens que a máquina burocrática do Estado poderia lhes proporcionar. É possível, neste viés, visualizar um processo de digladição partidária enquanto representações simbólicas que se manifestavam nessas disputas, porque, através do discurso performativo e populista a elite política propagava valores sociais, visando garantir que seus objetivos fossem alcançados. Procura-se demonstrar, também, que os grupos associados e de parentesco tiveram uma contribuição significativa enquanto grupos de apoio nos Estados e nos Municípios, propagadores de uma mensagem de esperança vinculada aos aspectos mitológico, no que diz respeito a mitos políticos, que acompanharam o percurso histórico da memória dos grupos sociais. O aspecto do coronelismo é uma tônica em nosso trabalho, uma vez que fazem parte dos grupos associados e a multiplicidade dos coronéis é, assim, o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil, desde a Primeira República, traço que se prende diretamente à estrutura sócioeconômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela que são, ao mesmo tempo, grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos econômico-politicamente associados.

ABSTRACT

This essay has as proposal the discussion about the sets of politic practises developed in steta of south Mato Grosso-One, the region is nowadays called by the name of Bolsão-Sul-Mato-Grossense, in the period that comprehend the years of 1945 to 1958, focusing the principal political parties of the after war period, among them the Social Democratic Party (PSD), and the National Democratic United party (UDN), the ones which was trying the maintain the political hegemony in all the state. In this perspective, the mechanisms used by these parties are investigated and their allied linked to the central government that was trying to occupy space, profiting the advantages from the state bureaucratic machine that it could provide to them. It is possible, this way, to view a process of political dispute when symbolic representations that manifested themselves in this dispute, because of through the populist and performed speeches the political society spread social values, trying to guaranty that their objectives were reached, they search to demonstrate, too, that the associated groups and that the relatives had a significance contribution, when the support groups In the states and in the county's broadcaster of the hoping messages, linked to the mythological aspects about some political myths that followed the historical ways of memories of the social groups. The colonelism aspect is the most important part in our essay, this is because it makes part of the associated groups and the multiplicity of the colonels, they are that way, the essential aspects and the originality of the Brazilian political structure since the first republic, trace that is directly hold to the country's traditional economic-social structure. Based on relative groups that are at the some time, bloody relative groups with their alliances and economic-political associated groups.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho consiste em analisar as várias faces da elite política no sul de Mato Grosso, no período que compreende os anos de 1945 a 1958, considerando o conjunto das relações de Poder Político desenvolvido- em especial - no Bolsão-Sul-Mato-Grossense.¹

Procuramos refletir, neste contexto, sobre as disputas partidárias entre os dois principais partidos do período pós-Guerra, ou seja, o Partido Social Democrático (PSD), e a União Democrática Nacional (UDN), seguidos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e seus correligionários, os quais trazem consigo os grupos associados ideologicamente e os de parentesco no intuito de ocupar o topo na pirâmide política de Poder.

Nossa análise parte desses grupos organizados nos municípios, principalmente quanto à quando da utilização de símbolos de identidade, com os quais formulam estratégias de representação e mecanismos que facilitam o acesso à máquina burocrática do Estado.

Símbolos de identidade, discurso performativo, mitos políticos, são palavras chaves nos textos selecionados para a análise que se pretende fazer nesta Dissertação, uma vez que o objetivo de definir de maneira mais ampla possível esses conchavos políticos no sul de Mato Grosso-Uno será nosso viés central.

Ao enfatizarmos essas características culturais, para entendermos melhor a relação que se desenvolveu no processo político-aliancista, interligados aos interesses econômicos concebidos entre a oligarquia organizada nos Estados, grupo de parentesco ou de parentela e grupos associados ideologicamente, lembramos Homi K. Bhabha, em “O local da Cultura”, que destaca:

(...) O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao **reencenar o passado**, este introduz outras temporalidades culturais icomensuráveis na invenção da tradição. Este

¹ Ressaltamos que a observação Bolsão-Sul-Mato-Grossense, na qual o Sul se encontra entre parenteses, justifica-se em função de nosso recorte cronológico, ou seja, 1945-58, período em que o Mato Grosso ainda era Uno. A partir da divisão do Estado passou a pertencer à região Nordeste e Leste do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade regional ou a uma tradição recebida (...). (BHABHA, 1998, p. 21, grifo nosso)

A incorporação ou assimilação deste estilo de representação por parte de setores significativos da elite política Mato-Grossense, esteve presente na disputa regional entre esses grupos atrelados ideologicamente, na tentativa de manter a hegemonia política do lugar. O coronelismo e o mandonismo local serão a tônica presente nessa relação de poder local e regional.

Na tentativa de se forjar o “outro geográfico” (lembramos aqui uma observação feita por Lylia Galleti²), os grupos atrelados ao PSD e à UDN e seus apadrinhados, buscavam garantir para si a representatividade do Estado de Mato Grosso e, em particular, a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense a hegemonia política em nível municipal, Estadual e Federal.

A política desempenhada a partir de 1945 busca reestruturar as instituições democráticas no Brasil, tendo como plataforma de referência o fim da Segunda Guerra Mundial em que era propagado pelos Estados Unidos a democracia nos países onde havia regime autoritário³.

Lembramos que a queda de Getúlio Vargas, em 1945, não fez desaparecer a estrutura organizativa do Estado, montado durante o Estado Novo. No período pós-Redemocratização é detectada uma conjuntura na qual estão presentes laços de poder, em que os municípios e Estados estão atrelados ao poder Central.

Nesse viés, é particularmente evidente o discurso idealista propagado pelos políticos e seus associados no momento de sua auto-afirmação como representantes legais de suas regiões. As oligarquias politicantes regionais se reestruturam em

² A autora Lylia da Silva Guedes Galleti, em sua Tese “ Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso”, p. 21-2, observa que “(...) Setores significativos das elites latino-americanas levasse à invenção, para consumo interno, da figura de um *outro geográfico* dentro de seus próprios países. Construção extremamente ambígua, as representações sobre este *outro geográfico*, projetavam regiões bárbaras e atrasadas, sobre as quais uma outra parte do país, em geral aquela onde os efeitos da modernização capitalista eram mais visíveis e que portanto representavam a sua face ocidentalizada, podia e devia exercer a sua própria missão civilizadora. Assim, sobre partes de seus territórios e de suas populações, essas elites elaboraram representações que nada ficavam a dever, com toda a sua carga de preconceitos, à visão européia sobre seus próprios países. Todavia, esse *outro geográfico* interno, (...) forneceu também, em muitos casos, elementos simbólicos decisivos na construção de identidades nacionais (...)”.

³ Ressaltamos que Getúlio Vargas foi deposto em 1945, justamente pelas características ditatoriais de parte de seu Primeiro Governo, ou seja, o Estado Novo (1937-45).

função desse ou daquele partido político, possivelmente, organizadas em clãs para a exploração das vantagens do Poder.

Uma nova conjuntura social e política parece trazer à tona um rearranjo na estrutura do governo Central, trazendo consigo as forças difusas dos estados e dos municípios a tira-colo.

Procuraremos demonstrar, deste modo, a relação partidária, juntamente com seus representantes, no caminho percorrido a fim de convencer os eleitores e os grupos associados de que o candidato ou partido deles é a melhor opção para garantir-lhes a “maior fatia do bolo” uma vez que nada mais representam que o Estado e o que este pode lhes oferecer. O poder da fala constituída, o discurso populista ideológico que dissimula a realidade é uma constante em nosso trabalho. Não apresentamos os eleitores como massa passiva neste processo porque, mesmo estando sujeitos aos seus chefes locais, esses atores utilizam o voto como moeda de barganha, consciente ou não.

Nossa discussão a respeito das representações constituídas nesse período serve como referências para reflexão sobre uma tentativa de constituir uma determinada região imaginária, como justificativa de suas ações políticas como representantes oficiais, utilizando uma frase de Lylia Galleti, do “outro geográfico”.

Privilegiamos um conjunto de autores que buscam uma reflexão sobre as elites políticas no que diz respeito à apreensão historiográfica. Sob este viés, na análise das obras selecionadas, procuramos estabelecer, em linhas gerais, o fio condutor que melhor nos permitisse apreender o modo pelo qual as representações refletidas nesta dissertação contribuíram para criar uma imagem de região e suas estratégias de manipulação ideológicas e simbólicas dos atores sociais nelas envolvidos.

Epígrafe

Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um passado bastante remoto e superado? Se isto ocorre, nós somos anacrônico “em face da época em que vivemos, nós somos fosseis e não seres modernos”.

Antônio Gramsci (1930).

CAPÍTULO I

PROPRIETÁRIOS DE TERRA E PODER POLÍTICO NO SUL DE MATO GROSSO.

1- PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) e UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN): A DISPUTA ENTRE GRUPOS ASSOCIADOS E DE INTERESSE PELA HEGEMONIA POLÍTICA NO BOLSÃO.

Torna-se uma parte fundamental e indispensável de qualquer pesquisa histórica, desde que essa adote como objeto, não uma pequena porção do espaço e um curto intervalo de tempo, mas vastas extensões e períodos longos.
Jacques Le Goff.

A busca do entendimento das relações do poder político na constituição do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, nas décadas de 40 e 50 do século XX, região localizada à Nordeste e Leste⁴ do atual Estado de Mato Grosso do Sul, constituída atualmente pelas cidades de Três Lagoas⁵, Paranaíba⁶, Selvíria, Aparecida do

⁴ Vale ressaltar aqui que a cidade de Bataguassu que pertence o Bolsão-Sul-Mato-Grossense, está localizada na parte Leste do Estado de Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com os municípios de Anaurilândia, Nova Andradina e o Estado de São Paulo.

⁵ Apontaremos alguns dados que serão úteis para uma melhor compreensão desta Dissertação, no sentido de podermos refletir de maneira mais clara nosso objeto de pesquisa e suas relações. Souza, (1960, p. 143-4), relata que: “Os primeiros habitantes (...) se confundem com os de Paranaíba, para onde, em 1829, entrou a família Garcia, que se espalhando pelo espigão das águas divisoras que correm para os rios Taquari e Araguaia, com os que acompanharam-na, chegaram aos rios Pardo e Paraná, fundado o chamado Sertões dos Garcias. O seu território, porém, só começou a ser verdadeiramente habitado, em 1880, pelos cidadãos João Ferreira de Melo, João da Costa, Januário Garcia Leal, nos lugares Campo Triste, Brioso, Moeda, Taquaruçu, respectivamente. Em 1885, o território do município foi acrescido dos seguintes moradores: Protázio Garcia Leal, Nicésio Ferreira de Melo, Antônio Ferreira de Bueno, Antônio Paulino, nas posses Piaba, Garapa, Serrinha, Campo Triste, os quais faziam comércio em Paranaíba. Em Setembro de 1909, a comissão do engenheiro da Noroeste do Brasil, atravessando o Paraná, explora a região por onde devia passar a estrada de ferro. (...) Em 1911, chega ao local a estrada de ferro Noroeste do Brasil e, com ela, a Empresa Construtora Machado de Melo & Cia., localizada a sua primeira estação. (...) Com o rápido aumento da sua população, pela lei nº 625, de 12 de julho de 1914, o povoado foi elevado à categoria de distrito de paz: pela de nº 706, de 15 de Junho de 1915, à categoria de Vila, e de município, desmembrado do de Paranaíba e pela de nº 754, de 17 de Junho de 1918, à de comarca.

⁶ “Paranaíba foi fundada na parte antes contestada pelo Estado de Goiás, motivo porque, uma das mais antigas do sul do Estado não pertenceu ao município de Cuiabá. Tendo sido assassinado em 1820, (...) o senhor Francisco Garcia Leal, deu lugar em 1829, os seus filhos José Garcia Leal, (...)

Taboado⁷, Inocência⁸, Bataguassu⁹, Brasilândia, Cassilândia¹⁰, Santa Rita do Pardo, Chapadão do Sul e Costa Rica, é indispensável e, sem dúvida, prazerosa, uma vez que proporciona o melhor entendimento os acontecimentos históricos.

Conferir tabela abaixo.

TABELA I
MUNICÍPIOS QUE COMPÕE O BOLSÃO SUL-MATO-
GROSSENSE.

Municípios	Área/Km2	População
1- Aparecida do Taboado	2.753	15.151
2- Brasilândia	5.086	10.332

João Garcia Leal, Joaquim Garcia Leal, Januário Garcia Leal (...) imigrassem em Paranaíba. José, o mais velho dos irmãos, rico e dono de muitos escravos, em 1830, fundou suas grandes fazendas, que compreendiam as terras entre os rios Paranaíba, Paraná, Pardo e Bauzinho, conhecidas por Sertões dos Garcias. (...) Pela resolução nº de 19 de Abril ainda de 1838, o povoado foi ereto em freguesia, com a denominação de uma pequena capela já construída no local: Santana do Paranaíba. A 4 de Julho de 1857, foi, pela lei nº 5 daquela data, elevada à categoria de Vila e instalada a 7 de Janeiro de 1859. Pelo decreto nº 3.302, de 24 de Agosto de 1864, foi elevada à categoria de juizado municipal; pela lei nº 21, de 4 de Maio de 1873, à de comarca e pela de nº 79, de 13 de Julho de 1894, à de cidade. A 26 de Outubro de 1938, o decreto nº 208, suprimiu-lhe Santana, passando a denominar-se simplesmente Paranaíba.(...) É uma palavra tupi guarani – Paraná, semelhante o mar; Aiba-ruim, imprestável (...). (SOUZA, 1960, p. 130-31).

⁷ De acordo com a Lei Estadual nº 1.012 de 1º de Agosto de 1928, foi criado o districto de Aparecida do Taboado. Posteriormente, através da Lei Estadual nº 130 de 28 de Setembro de 1948, foi criado o município de Aparecida do Taboado, tendo sido desmembrado do município de Paranaíba, e tendo por sede a Vila de Aparecida do Taboado. Em 12 de Dezembro de 1953, através da Lei Estadual nº 687, cria-se a “Comarca “ de Aparecida do Taboado. O primeiro prefeito do município foi Osvaldo Bernardes da Silva foi nomeado e sua gestão compreendeu o período de 1º de Janeiro de 1949 a 17 de Junho de 1949. Em 29 de Maio do mesmo ano, houve uma eleição onde a população escolheu através do voto o primeiro prefeito eleito da cidade e seus primeiros vereadores.

⁸ Segundo SOUZA (1960, p.122): “(...) Inocência deve o seu nome, ao do romance que Visconde de Taunay escreveu em memória da bela filha de José Garcia Leal, rico fazendeiro de Baús, situado na serra do mesmo nome, jovem tão linda, tão moça, já com o sinal do mal, que afligia o pai (...).” Criado município pela Lei nº 1129 de 17 de Novembro de 1958, e, desmembrado do de Paranaíba ao qual pertencia, ficou como termo da Comarca de Paranaíba.

⁹ O município de Bataguassu, foi criado pela Lei nº 683, de 11 de Dezembro de 1953, desmembrado de Rio Brillhante, antigo Distrito de Ivinheima, nome do rio, cuja margem esquerda, localiza a sede do mesmo.

¹⁰ A História de Cassilândia, uma das componentes do Bolsão-(Sul)-Mato-Grossense, estava ligada territorialmente ao município de Paranaíba, da qual foi desmembrada no ano de 1954. Em Junho de 1948, foi elevado a categoria de Distrito de Paz. Pela Lei nº 368, de 30 de Junho de 1954, foi elevado de distrito à categoria de município, desmembrado do de Paranaíba.

TABELA I
MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE.
(Continuação).

3- Bataguassu	1.861	9.204
4- Cassilândia	3.643	17.804
5- Chapadão do Sul	3.753	5.380
3- Bataguassu	1.861	9.204
4- Cassilândia	3.643	17.804
5- Chapadão do Sul	3.753	5.380
3- Bataguassu	1.861	9.204
4- Cassilândia	3.643	17.804
5- Chapadão do Sul	3.753	5.380
6- Costa Rica	5.724	13.976
7- Inocência	5.771	6.288
8- Paranaíba	5.408	37.625
9- Selvíria	3.261	5.966
10-Santa Rita do Pardo	6.145	5.536
11-Três Lagoas	10.197	68.067
Total Municípios= 11	Área total = 62.767/Km².	Total= 192.652.

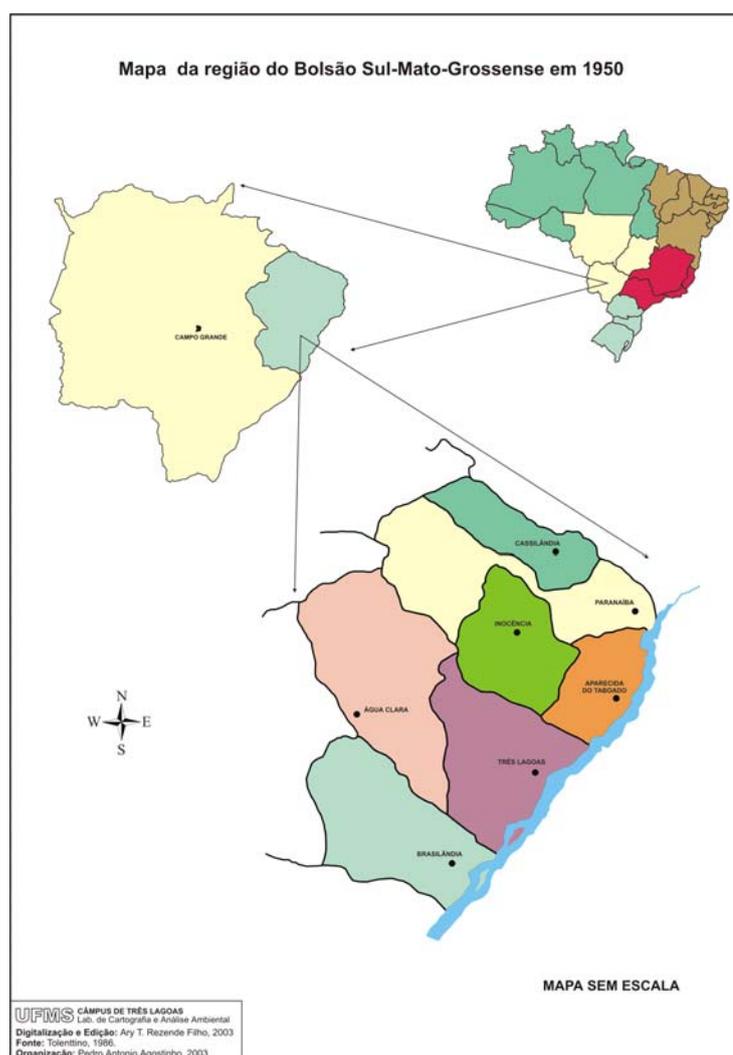
Fonte: IBGE, 1991. Tabela idealizada pelo autor.

Ressaltamos que nossa discussão parte da região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, fundamentada em dados ofertados por nossas fontes, no período proposto, ou seja, nas décadas de 40 e 50 do século XX (cf. Figura 1), em que as cidades citadas estavam territorialmente anexadas à Microrregião de Paranaíba, no caso de Chapadão do Sul e Costa Rica, Santa Rita do Pardo (ex-Xavantina) à Microrregião de Três Lagoas, e, por último, a cidade de Bataguassu que pertencia ao território de Rio Brillhante, desmembrado no ano de 1953.

Na atual conjuntura geopolítica do Estado, a cidade de Rio Brillhante está localizada na região da Grande Dourados. No mapa que se segue, a região do Bolsão, segundo dados fornecidos pelo Governo do Estadual de Mato Grosso do

Sul, em Fevereiro de 2003, as cidades de Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Costa Rica não figuram entre aquelas pertencentes à esta região, contrariando alguns protagonistas¹¹ da história política do Bolsão. Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia do Estado de MS, considerando o mesmo período, estas cidades pertencem às regiões Leste e Norte, respectivamente, como podemos perceber no mapa (cf. Figura 2).

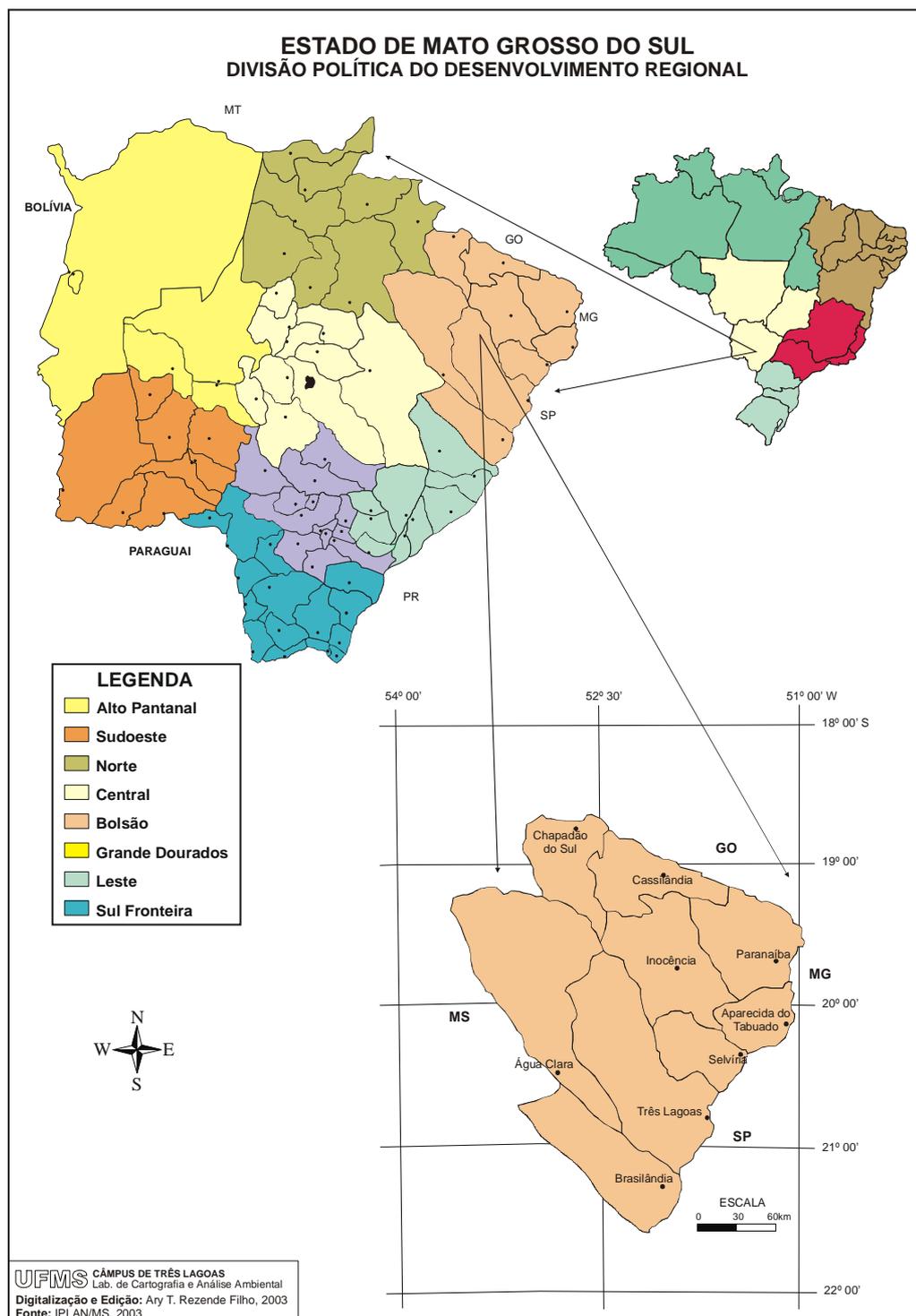
FIGURA 1



Observamos que não foi possível inserir a escala no mapa (cf. Fig. 1), em função da não existência de dados de acordo com elaboração dos mapas nas Microrregião de Paranaíba e Microrregião de Três Lagoas nas décadas de 40 e 50.

¹¹ Entende-se por protagonistas da história do Bolsão, os políticos e grupos associados e de parentesco, que de alguma maneira se relacionaram neste contexto, quando da afirmação das cidades que compunham a região citada.

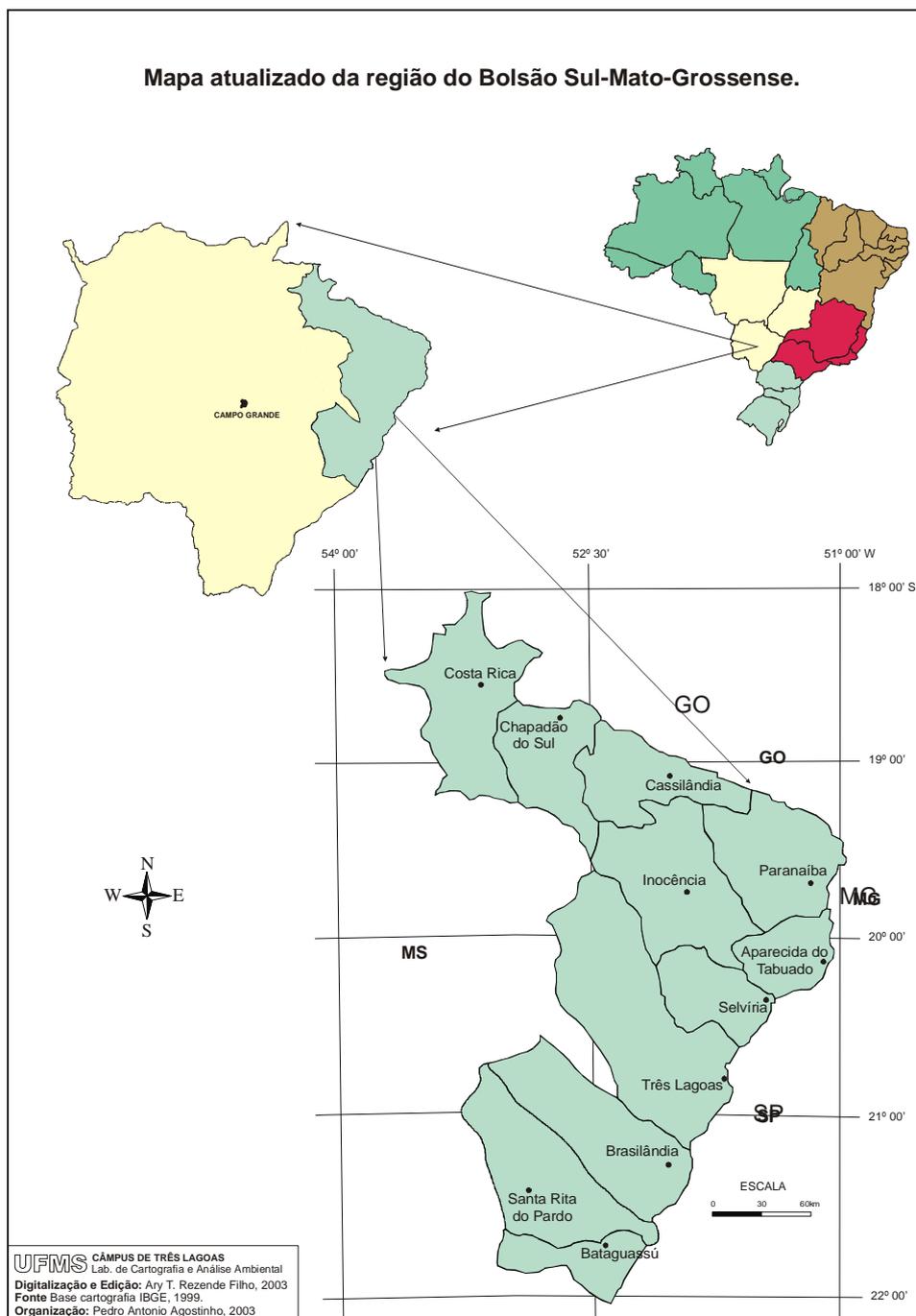
FIGURA 2



Fonte: IPLAN / MS. Idealizado pelo autor.

No mapa abaixo (cf. Figura 3) apresentamos a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense de acordo com nossa proposta de trabalho, incluindo as cidades¹² que foram refutadas no mapa (cf. figura 1), apresentado na p.26.

FIGURA 3



Torna-se um desafio depararmos com uma realidade social na qual os conchavos políticos adotados pelos grupos de poder foi uma constante, uma vez que os dois principais partidos do período o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), disputavam a hegemonia política, tanto em nível nacional, como regional.

¹² As cidades não incluídas no mapa apresentado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, mapa 01, em 2003, são as cidades de Bataguassu, Santa Rita do Pardo e Costa Rica.

Para termos uma idéia dessa disputa, observemos alguns dados fornecidos pelo Tribunal Eleitoral de Mato Grosso, numa retrospectiva das eleições no Estado no período que se estende de 1945 a 1985.

Segundo o Tribunal, em 1947, a disputa ao governo do Estado se deu entre o sr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, representante do PSD, e Dolor Ferreira de Andrade, representante da UDN. O resultado final das eleições foi de 21.396 votos para o primeiro candidato, contra 19.601 para o segundo.

Nas eleições de 1950, segundo dados do mesmo órgão, percebe-se uma inversão no resultado, onde a UDN, representada pelo sr. Fernando Corrêa da Costa, vence as eleições com 42.266 votos, contra 38.801 de Filinto Müller, então representante do PSD.

Nas eleições de 1955, novamente o PSD retoma as rédeas do Governo Estadual, tendo como representante o sr. João Ponce de Arruda, o qual obteve 51.314 votos contra 48.408 votos do candidato da UDN, Rachid Saldanha Derzi.

A UDN volta a governar o Estado nas eleições de 1960, quando, novamente, Fernando Corrêa da Costa vence as eleições com 66.206 votos, contra 55.105 votos do candidato do PSD, Filinto Müller, e 21.904 votos do candidato do PTB, Wilson Fadul.

As tabelas abaixo (2, 3, 4 e 5), apontam dados os quais nos oferecem a oportunidade de um melhor entendimento, em relação ao resultado das Eleições Majoritárias para Governador do Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos por Ano e Candidatos.

TABELA 2

Resultado das eleições para governador em Mato Grosso / 1947

CANDIDATOS –ANO 1947	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Arnaldo Estevam de Figueiredo	PSD	21.396

TABELA 2

**Resultado das eleições para governador em Mato Grosso / 1947.
(Continuação).**

Dolor Ferreira de Andrade	UDN	19.601
----------------------------------	------------	---------------

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral: Retrospectiva das Eleições em Mato Grosso, p. 12. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 3

Resultado das eleições para governador em Mato Grosso / 1950

CANDIDATOS- ANO 1950	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Fernando Corrêa da Costa	UDN	42.286
Filinto Müller	PSD	38.801

Fonte: Ibidem, p. 12. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 4

Resultado das eleições para governador em Mato Grosso / 1955

CANDIDATOS-ANO 1955	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
João Ponce de Arruda	PSD	51.314
Rachid Saldanha Derzi	UDN	48.408

Fonte: Ibidem, p. 12. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 5

Resultado das eleições para governador em Mato Grosso / 1960

CANDIDATOS-ANO 1960	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Fernando corrêa da Costa	UDN	66.206
Filinto Müller	PSD	55.105
Wilson Fadul	PTB	21.904

Fonte: Ibidem, p. 13. Tabela idealizada pelo autor.

Na década de 50, a principal liderança do PSD em Mato Grosso era o ex-chefe de Polícia de Vargas, senador Filinto Müller, e da UDN o sr. Fernando Corrêa da Costa. Esses dois principais nomes despontam como força política em Mato Grosso e são capazes de aglutinarem grande número de famílias associadas, grupos atrelados ideologicamente e de parentesco, na esperança de poder tirar vantagens políticas e, satisfazerem suas “necessidades básicas”.

Façamos uma observação em relação ao poder da linguagem, poder utilizado como veículo de convencimento, no sentido de mostrarmos a capacidade deste mecanismo, de alcançar o imaginário social, coletivo ou individual, no momento em que os protagonistas de um processo eleitoral se apresentam em defesa de seu povo, ou da região que dizem representar.

Seus objetivos, nada mais significam que a tentativa de manter o domínio da política local ou regional, contando para tanto, com outro fator determinante e indispensável, seus “currais eleitorais”¹³.

José Murilo de Carvalho observa que:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, (...) as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (...) O imaginário é constituído e se expressa por ideologias e utopias, (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos. (...) Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projecção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também **plasmam visões de mundo e modelar condutas**. (CARVALHO, 1990, p. 10, grifo nosso).

¹³ Por “Currais Eleitorais” , entendemos uma região ou localidade, que costuma receber ajuda ou apoio eleitoral, sempre de maneira uniforme, de um mesmo representante político ou coronel, mantendo-se assim, relações de dependência e mandonismo local, através de seus “cabos eleitorais”, com o propósito claro de dominação social e política. Boris Fausto (1997, p. 164-5), destaca em sua abordagem sobre a origem da estrutura coronelística e grupos de parentela, que “(...) um coronel era também , em geral, o chefe de extensa parentela, de que constituía por assim dizer o ápice. Esta era formada por um grande grupo de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio), ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte de indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco, fosse legalmente, fosse por via bastarda; as alianças matrimoniais estabeleciam laços de parentesco entre as famílias, quase tão prezados quanto os de sangue; finalmente, os vínculos de compadrio uniam tanto padrinhos e afilhados, quanto os compadres entre si, de modo tão estreito quanto o próprio parentesco carnal.

Neste mesmo contexto, podemos observar, no bojo das disputas pela manutenção do poder político, a utilização desses mecanismos de convencimento. Incorporamos as observações de Carlos Henrique Escobar (1978, p. 67-8), acrescentando neste mesmo viés que este jogo político "(...) passa a girar em torno das estruturas de dominação política em nível estadual, quando da disputa do apoio do Governo Central às facções que se digladiavam nos Estados".

Procurando um caminho que possamos esclarecer as relações de poder mantidas nos processos eleitorais, uma vez que é o poder quem determina as relações, procuramos direcionar nosso olhar ao grande impulso desenvolvimentista iniciado pela expansão industrial de Getúlio Vargas nos anos 30, e consolidada entre os anos de 1956 e 1961¹⁴. Esses atos governamentais estratégicos sustentaram e serviram como divisor de águas, marco de um processo de industrialização, que serviu de pilares de sustentabilidade, num projeto estratégico de médio e longo prazo, que gerasse condições para que o Brasil saísse da posição de subdesenvolvido e entrasse, definitivamente, num processo desenvolvimentista.

Vários segmentos políticos ligados principalmente ao PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) aliaram-se a esse projeto com um só objetivo, o de ocupar o melhor lugar na pirâmide do poder no momento oportuno, o que, mais tarde, acentuou-se com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954¹⁵.

Esses grupos procuraram estabelecer mecanismos que fossem capazes de garantir seus privilégios e, conseqüentemente, a manutenção de uma posição política na qual pudessem dar continuidade aos seus projetos individuais e coletivos, respaldados nos conchavos políticos regionais, como se observava nas

¹⁴ Segundo o historiador Francisco de Assis Silva, este processo de industrialização, ou como costuma-se denominar de "Revolução Industrial", inicia-se por Getúlio Vargas nos anos 30 e consolida mais tarde, com a criação da Petrobrás em 1953, a Hidrelétrica de Paulo Afonso, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952). Do ponto de vista político, a aliança PTB-PSD assegurou a governabilidade Juscelino entre os anos de 1956 e 1961, onde o Governo contava com a maioria no Congresso Nacional, o que evidentemente facilitou a aprovação de projetos e garantiu uma certa harmonia entre Executivo e Legislativo.

¹⁵ "O Segundo Governo Vargas (1951-1954) foi marcado pela manutenção e, até mesmo ampliação das liberdades políticas, por um amplo projeto de desenvolvimento econômico apoiado nas teses nacionais e por uma intensa mobilização popular, particularmente em torno da defesa do monopólio estatal do petróleo. Do ponto de vista sindical, extinguiu-se a exigência do atestado de ideologia, obrigatório desde o Estado Novo para os trabalhadores que desejassem se tornar dirigente sindical, e manteve certas tolerâncias para com o movimento grevista, que intensificou a partir das greves de 1953 em São Paulo". ARAÚJO, M. C. S. D., *O Segundo Governo Vargas-1951-54*, p.72.

chefias dos órgãos públicos, que podiam garantir poder de decisão no momento da distribuição dos cargos nos órgãos da máquina administrativa do Estado, e até mesmo nos municípios, em resposta ao processo de rearranjo das elites políticas do país, sacudidas pelo processo de Redemocratização Pós-1945.

Esse processo inicia-se pela aprovação da Lei Constitucional nº 9, de 28 de Fevereiro de 1945¹⁶, dando nova redação a vários artigos da Constituição vigente, dentre eles os que estabeleciam eleições para presidente da República, Governadores, para o Parlamento e para as Assembléias Legislativas.

Segundo Evaldo Vieira:

(...) A pressão das massas populares, agora mais livres para agir e para apoiar seu líder eventual. A cada momento, tratava-se então de rearticular a correlação de forças dos grupos sociais, participantes da luta pelo poder. Daí a importância de líderes populistas como Ademar de Barros, Getúlio Vargas e depois Jânio Quadros e João Goularte. Procurava-se, sobretudo, o estabelecimento de pactos entre partidos, visando à vitória nas eleições. (VIEIRA, 1987, p.21).

O Segundo Governo Vargas é o momento de recosturar sua base na Câmara dos Deputados. Em função de sua volta à presidência da República e em uma nova realidade política brasileira, Vargas procura garantir a governabilidade do país, praticando barganhas com grupos regionais sustentado pela máquina administrativa do Estado, o que lhe dá “respaldo de poder” e, utilizando-se do poder de barganha, garante privilégios locais e regionais.

O que nos parece é que o Estado se torna uma ampliação do círculo familiar, uma integração de grupos associados politicamente, onde o Presidente utiliza uma postura, considerada por muitos maquiavélica, como bem frisou Tancredo Neves:

¹⁶ Com o intuito de um melhor esclarecimento sobre o processo de “Redemocratização-pós 45” , em relação à Assembléia Nacional Constituinte, observamos os escritos de Maria Celina Soares, “(...) A Constituinte de 1946 foi formada com os representantes eleitos em 02 de Dezembro de 1945, perfazendo um total de 328 constituintes. As principais bancadas eram: PSD (151), UDN (77), PTB (22) e PCB (15). Os trabalhos foram iniciados em 05 de Fevereiro de 1946 e terminaram em 17 de Setembro , quando o país ganhou sua Quinta Constituição. Era a terceira, contudo, que resultava de um poder constituinte, posto que as de 1824 e de 1937 foram outorgadas. A Constituinte liberal de 1946 permaneceu sem retoques significativos até Abril de 1964, e em 1967 foi substituída por nova Carta, desta feita outorgada pelo governo militar”. ARAÚJO, M .C. D’., *O Segundo Governo Vargas-1951-54*, p.72.

(...) O Getúlio é muitas vezes mal interpretado pelas suas contradições aparentes. Essas contradições aparentes são meramente processos que ele adotava para atingir seus objetivos. Ora, não existe nenhum político no Brasil mais coerente com relação às suas finalidades e seus objetivos do que Getúlio Vargas. (...) Muitas vezes, quando ele tinha que adotar processos que o levaram realmente a ser considerado maquiavélico, era em função da permanência desses objetivos. (...) Getúlio muitas vezes tivesse que transigir, tivesse que terviversar, (...) o presidente Getúlio Vargas foi realmente nesse particular uma figura curiosa (...) ele tinha muitas vezes que conestar situações chocantes e contraditórias. (LIMA, 1986, p. 21-4).

Essa postura de Vargas, considerada por Tancredo Neves como maquiavélica, só a título de exemplo, ocorre no momento das negociatas políticas entre o governo Central e as oligarquias regionais no momento de afirmação de apoio político em troca de algumas vantagens econômicas.

Segundo Simon Schwartzman (1988, p. 181): “(...) não se pode ignorar o peso do regionalismo na evolução política de um país como o Brasil, dada a política limitada (...) do governo Central sobre o poder local (...) ao longo período de formação do Estado Nacional”.

O governo, com o intuito de garantir sua plataforma de poder, conta com grupos associados ideologicamente e com seus currais eleitorais regionais.

Cabe ressaltar aqui o caso de Mato Grosso, mais especificamente o sul do Estado, onde procuramos refletir em nossa proposta de trabalho, pois, segundo Octávio Ianni, no período de 1930-64 considerou uma predominância composto por um bloco industrial-agrário. Observa o autor que mais uma vez esse bloco têm suas bases em São Paulo, se apresentando com novas alianças no âmbito do país, porque “(...) Essa é a época em que a estrutura econômica passa por uma drástica mudança, (...) a indústria (...) se impõe sobre a agricultura, subordinando-a (...) na cidade”. (IANNI, 1984, p. 254). Nesse mesmo viés, observamos novamente as observações do autor quando aponta características inerentes às relações de poder, quando um bloco político se propõe a ser o caminho da mudança que a população almeja em consequência das transformações que ora se apresentam.

Na análise do filósofo e jurista Norberto Bobbio, o conceito de política está estreitamente ligado ao de poder. Essa ligação pode ser percebida também pelos

cientistas políticos H. D Lasswell e A. Kaplan, os quais afirmam que a política se manifesta no processo de formação, distribuição e exercício do poder.

Em nossa reflexão a respeito das relações de poder, no tocante às disputas políticas pela hegemonia regional na região do Bórsão-Sul-Mato-Grossense, procuramos estabelecer uma postura adotada pelos grupos de poder, enquanto detentores de ação política, porém, não podemos deixar de observar que, dependendo do uso que se faz do poder social, podemos identificar dois tipos básicos de ação política: Num primeiro momento, a ação política de interesse público, que se caracteriza pelo uso de poder social com a finalidade de alcançar o bem comum da maioria do povo, depois, a ação política de interesse particular, que se caracteriza pelo uso do poder social em benefício de pessoas ou grupos privilegiados, desprezando-se o bem comum.

Nesse mesmo viés, Bertrand Russell entende que o poder é a maneira de se apossar dos mecanismos de decisão que levam à produção de efeitos desejados, ou seja, o(s) indivíduo(s) que detiver(em) os meios de decisão pode(m) determinar resultados, tanto em nível individual quanto coletivo.

Nessa conjuntura de dominação social-político-econômico, os donos do poder se apresentam nos partidos políticos e essas instituições representativas são o veículo que lhes proporciona os meios legais para alcançar seus objetivos.

Observemos apontamentos de Otávio Ianni:

(...) Há uma argamassa ideológica que cimenta os blocos de poder, ajuda a construí-los, explicar as suas mudanças. Em diversos níveis, as metamorfoses campo-cidade, agricultura-indústria, classes sociais rurais e urbanas-sociedade civil, sociedade civil-Estado, sob várias perspectivas, essas metamorfoses compreendem sempre a produção intelectual. Há sempre construções ideológicas organizando a “vocação agrária” do Brasil, a “sociedade civil débil”, a “democracia racial nos trópicos”, a “índole pacífica” do povo brasileiro, a “vocação industrial” do Brasil, o “milagre brasileiro”, o “Brasil potência”, a importância da “conciliação nacional” para evitar-se a revolução social. (IANNI, 1984, p. 254).

Entender o alinhamento político-ideológico entre esses partidos é, sem dúvida, um desafio, pois, teoricamente, a UDN é um partido de oposição ao Governo, mas que participa em algum momento do mesmo¹⁷.

O PSD se apresenta como um partido governista, mas às vezes oscila entre Governo e oposição, em função dos seus interesses e acordos políticos firmados ou não, tendo em vista a política adotada por Getúlio Vargas, entendida por alguns historiadores como “maquiavélica”, em função da postura política adotada pelo Presidente em seu segundo Governo.

O Decreto Lei nº 7.586, de 28 de Maio de 1945, regulava em todo país o alistamento eleitoral e as eleições a que se referia a Lei Constitucional nº 09, de 28 de Fevereiro de 1945, e Conhecida como Lei Agmenon, nome do Ministro da Justiça Agmenon Magalhães, responsável pela sua elaboração. Ela deveria reger as eleições inaugurais da abertura democrática de 1945, pois reafirmava o sistema proporcional de escolha dos representantes às câmaras nos moldes da Lei de 1935, alterada, no entanto, no tocante à distribuição das sobras¹⁸. Regulamentava, então, que as cadeiras não preenchidas com a aplicação do quociente eleitoral e partidário seriam agora atribuídas ao partido que tivesse alcançado maior número de votos, ou seja, ao partido majoritário, nesse caso, o PSD.

Maria D`alva Gil Kinzo relata que:

(...) Esse dispositivo, como outros criados por esse decreto, era uma estratégia utilizada pelo grupo dominante sob o Estado Novo (1937-45), de controlar a representação, deixando claro o favorecimento do Partido Social Democrático. Graças ao mecanismo das sobras, nas eleições de 02 de Dezembro de 1945, o PSD obteve 54% da Assembléia Constituinte, detentor da maioria absoluta na Câmara Federal. (KINZO, 1990, p. 82-3).

¹⁷ Essa participação da UDN, um partido hostil, no Segundo Governo Vargas, fez nascer um sentimento de mágoa por parte do PSD em nível nacional. Este não sentia mais identificado plenamente com o Governo, sobretudo depois que o presidente trouxe para o Governo elementos da UDN, como o caso de João Cleofas de Oliveira (UDN-Pernambuco)- Ministro da Agricultura de 1951-54.

¹⁸ Na representação proporcional o quociente eleitoral seria determinado pela divisão do número de votos válidos, mais voto em branco, pelo número de cadeiras a ser preenchido. A representação de cada partido seria obtida dividindo-se a votação partidária pelo quociente eleitoral. Os lugares não preenchidos por esse critério seriam atribuídos ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição, em vez de aos candidatos individualmente mais votados, como previa o Código de 1932. Esse sistema de absorção das sobras, é evidente, beneficiaria nacionalmente ao PSD, à UDN em uns poucos Estados, e ao PTB ou ao PC somente no Distrito Federal.

Confirmando essa projeção, a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, durante o seu Governo, garante o continuísmo dos participantes do PSD, os quais detêm o controle dos postos-chave desde o segundo Governo de Getúlio Vargas.

O processo de constituição da região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, forjou-se no bojo das disputas eleitorais que se travaram, basicamente, entre a UDN e o PSD, na tentativa de manter a hegemonia política na região, localizada a Nordeste e parte do Leste do atual estado de Mato Grosso do Sul.

No período de 1945-58, mais precisamente no pós-eleições de 1954, é possível afirmar que o PSD, “escotado” por seu maior expoente político o senador Filinto Müller, se vê representado politicamente pelo fiel escudeiro o deputado Philadelpho Garcia, “dono”¹⁹ do Bolsão-Sul-Mato-Grossense e, conseqüentemente aos filiados do PSD em todo Mato Grosso.

No período pós-Redemocratização-1946, como costumeiramente pontua os livros de história, ou um pouco antes, a partir de 1943, é visualizado o predomínio do Partido Social Democrático²⁰ nos principais Estados da Federação. Neste período a concentração dos donos do poder é determinante nas mudanças do Estado-Novista, interrompido mais tarde, tendo como protagonistas os militares com o golpe de 1964.

Desvendada a disputa política de Mato Grosso Pós-45, visando estabelecer o domínio do poder regional no Bolsão-Sul-Mato-Grossense entre os anos de 1945-58, conseguimos estabelecer padrões de participação política nesse período, considerando os potenciais candidatos, correligionários do PSD (Partido Social Democrático), UDN (União Democrática Nacional), e ainda, em uma escala menor,

¹⁹ Não estamos afirmando que o ex. deputado Philadelpho Garcia (PSD) era o dono do Bolsão, mesmo porque seria uma contestação teatral como diria alguns pós-modernos. Nossa observação remete às disputas políticas ocorridas nessa região, onde o próprio deputado atesta que tinha por esta região um carinho todo especial, e portanto, era um representante fiel aos seus princípios ideológico-partidária, e aos seus correligionários em particular. Vale ressaltar que cumpriu quatro mandatos consecutivos como deputado federal pelo Partido Social Democrático.

²⁰ Vale observar os apontamentos de Edgard Ferreira Neto, em sua obra “Os Partidos Políticos no Brasil”, onde o autor sugere que “(...) o Partido Social Democrático, articulado sob inspiração do próprio Getúlio Vargas, via interventorias estaduais e municipais, o que lhe permitiu um registro rápido. O PSD, surgido assim diretamente da máquina varguista, tornava-se de fato um legítimo herdeiro da estrutura política elaborada durante o Estado Novo pelas interventorias, tornando-se, como demonstrariam as eleições legislativas de 1945 que comporiam a representação da Assembléia Nacional Constituinte, o maior partido do País. (FERREIRA NETO, 1989, p.55-6).

o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), quase sempre coligado ao PSD em Mato Grosso, na disputa pela hegemonia política no sul do Estado.

Em nossa reflexão, quanto à disputa ora discutida, podemos observar os escritos de Maria Campello de Souza, que observa :

(...) É lícito afirmar, como consequência, que a recomposição do poder oligárquico regional se efetivou sob a cláusula de sua simultânea **vinculação ao sistema burocrático governamental**²¹, processo esse que teria decisiva significação, como é sabido, na formação do maior partido do pós-guerra, o PSD. (DE SOUZA, 1983, p. 103, grifo nosso).

O partido de Vargas, o PTB, de cunho sindicalista, possuía pouca expressão política que pudesse fazer frente aos dois partidos principais, que disputavam o poder político regional, a não ser associando-se ao PSD, como componente estratégico do sistema partidário da aliança PSD/PTB²², que tornou-se comum nas eleições que sucederam-se nos períodos posteriores aos anos 50, como podemos comprovar nas observações de Leônicio Basbaum:

O PTB, embora partido independente, encostara-se ao PSD, do qual seria, durante muito tempo, **uma espécie de ala moça**, de ala popular. A derrota do PSD seria também sua derrota. Mais importante porém do que a vitória do PSD era a derrota da UDN, pois esta, uma vez no poder, significaria o afastamento por muitos anos de Gatúlio e de toda sua troupe do poder, ou seja, dos postos-chaves da administração (...). (BASBAUM, 1985, p. 199, grifo nosso).

²¹ Lembramos Victor Nunes Leal o qual afirma que muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros, já que galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefes de grupos ou correntes no caminho da liderança estadual ou federal, o sistema de reciprocidade, e todo o edifício vai assentar na base, que é o “coronel”, independente de qual sigla partidária ele “defenda”, desde que esteja ligado a esse sistema burocrático governamental com o intuito de tirar vantagens políticas e econômicas.

²² Para compreendermos a questão, precisamos inicialmente considerar que a presença do PTB nessa aliança significou um esteio político, facilitando ao PSD um reforço nas suas bases, seja através do tratamento clientelístico do sistema previdenciário que o PTB arregimentava, seja pelo seu controle da organização sindical.

Podemos observar essa aliança nas Eleições Majoritárias para o Senado e para a Câmara Federal demonstrada nas tabelas 6, 7 e 8, respectivamente.

Relação nominal da Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos por Ano e Candidato.

TABELA 6

Resultado das eleições para o Senado em Mato Grosso / 1954

CANDIDATOS-ANO 1954	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Filinto Müller	*ADST	48.453
João Vilasboas	UDN	46.824
Júlio Müller	ADST	46.531
Dolor Ferreira de Andrade	UDN	46.615

Fonte: Ibidem, p. 14. Tabela idealizada pelo autor.

* ADST significava Aliança Democrática Social Trabalhista, quando da conjunção entre o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro.

Relação nominal dos candidatos eleitos para à Câmara Federal, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, por Ano e Candidato.

TABELA 7

Resultado das eleições para Deputado Federal em Mato Grosso / 1958

CANDIDATOS-ANO 1958	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Wilson Fadul	PSD/PTB	18.403
2- Philadelpho Garcia	PSD/PTB	12.335
3- Rachid J. Mamed	PSD/PTB	9.584

TABELA 7

**Resultado das Eleições para Deputado Federal em mato Grosso / 1958.
(Continuação).**

4- Fernando Jorge Mendes Gonçalves	PSD/PTB	9.262
5- Rachid Saldanha Derzi	UDN	11.583
6- Fernando Luiz Alves Ribeiro	UDN	10.579
7- Ittryo Corrêa da Costa	UDN	8.590

Fonte: Ibidem, p. 17. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 8

Resultado das eleições para Deputado Federal em Mato Grosso / 1954

CANDIDATOS- ANO 1954	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- José Manoel Fontanilhas Fragelli	UDN	11.702
2- Ittryo Corrêa da Costa	UDN	9.158
3- Rachid Saldanha Derzi	UDN	8.547
4- Júlio Mário Abbot de Castro Pinto	UDN	7.564
5- João Ponce de Arruda	ADST	17.557
6- Philadelpho Garcia	ADST	9.976
7- Wilson Fadul	ADST	9.195

Fonte: Ibidem, p. 17. Tabela idealizada pelo autor.

Podemos destacar que o PSD leva uma grande vantagem²³ em relação à UDN e a mantém nas disputas políticas ocorridas no Bolsão, em nível de eleições municipais, no período de 1946 à 1963, nas quais o Partido Social Democrático elegeu 11 (onze) prefeitos, dos seis pleitos que ocorreram nesse período, contra 3 (três) da União Democrática Nacional, considerando essas eleições nas principais cidades, ou seja, Paranaíba, Três Lagoas e Aparecida do Taboado, conforme mostram as tabelas 9, 10 e 11.

TABELA 9

Relação nominal dos candidatos eleitos para Prefeito de Paranaíba, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, por Ano e Candidato.

PREFEITOS PARANAÍBA	PERÍODO	PARTIDO
1- *Jovino Garcia Leal	1946 a 1947	PSD
2- Edú Queiroz Neves	1948 a a1951	PSD
3- Manoel Garcia Leal	1951 a 1952	UDN
4- Christóvam Pereira dos Santos	1952 a 1955	PSD
5- Gustavo Rodrigues da Silva	1955 a 1959	PSD
6- Jovino Garcia Leal	1959 a 1963	PSD

Fonte: Câmara de Vereadores de Paranaíba: *Ata de Posse de Prefeitos desde os anos de 1945 à 1960*. Tabela idealizada pelo autor.

*O seu primeiro mandato como prefeito de Paranaíba, que se estendeu de 1946 a 1947 foi através de nomeação, sendo eleito pelo voto direto em 1958.

²³ Vale ressaltar aqui que a hegemonia do Partido Social Democrático em relação a União Democrática Nacional nas eleições de 1946 e 63, só se constitui (principalmente) nas eleições municipais, destacando as cidades de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do taboado. Nas eleições para governador do Estado de Mato de Grosso, há um equilíbrio acentuado entre ambos, conforme podemos observar as tabelas 7, 8, 9 e 10.

TABELA 10

Relação nominal dos candidatos eleitos para Prefeitos de Três Lagoas ,segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, por Ano e Candidato.

PREFEITOS - TRÊS LAGOAS	PERÍODO	PARTIDO
1- Marcolino Carlos de Souza	1947 a 1951	PSD
2- Miguel Nunes	1951 a 1955	UDN
3- Ranulpho Marques Leal	1955 a 1959	PSD
4- Francisco Leal de Queiroz	!959 a 1963	PSD

Fonte: *Ata de Posse* de Vereadores e Prefeitos da cidade de Três lagoas, de 1945 à 1960. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 11

Relação nominal dos candidatos eleitos para Prefeito de Aparecida do Taboado, Segundo as Siglas Partidárias, e Votos Obtidos por Ano e Candidato.

PREFEITOS- APARECIDA DO TABOADO	PERÍODO	PARTIDO
1- Ajax Furquim Leite	1949 a 1953	UDN
2- Osvaldo Bernardes da Silva	1953 a 1957	PSD
3- Onofre Queiroz Júnior	1957 a 1961	PSD
4- João Chama	1961 a 1965	PSD

Fonte: Guia Informativo da Câmara de Vereadores de aparecida do Taboado: *Sua Composição ao Longo do Tempo*, Aparecida do Taboado, 1997, p. 2-5; 7. Tabela idealizada pelo autor.

Epígrafe

Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um passado bastante remoto e superado? Se isto ocorre, nós somos anacrônicos” em face da época em que vivemos, nós somos fósseis e não seres modernos”.

Antônio Gramsci (1930).

1.1- O DISCURSO IDEOLÓGICO UTILIZADO COMO MECANISMO DE CONVENCIMENTO DA ELITE POLÍTICA NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE NA DÉCADA DE 50.

O Brasil passou por um processo de modernização nas suas instituições democráticas, onde floresceram políticos das mais variadas tendências ideológicas e aperfeiçoaram-se as máquinas eleitorais. Neste contexto, novos discursos ideológicos se apresentam, nos quais percebe-se o verdadeiro objetivo dos emissores, ou seja, a tentativa de dominação política entre grupos que disputavam o controle da política regional Mato-Grossense. O fio condutor dessa disputa política são as associações de grupos ligados ideologicamente, quando do apoio dado ao partido que entendia ser o mais indicado para representar seus interesses. Essa conjuntura refletia a tônica da política regional, e em especial, a política do Bolsão-Sul-Mato-Grossense na década de 40 e 50.

Inseridos nessa nova realidade da conjuntura política brasileira, no processo de Redemocratização pós-45, centralizamos nosso foco de pesquisa mais precisamente na década de 50, com a volta de Getúlio Vargas ao poder depois de sua deposição em 1945, por este ser um momento de euforia política e mudança de comportamento social e cultural.

Segundo Osvaldo Zorzato, a respeito do discurso ideológico no viés da modernização, afirma que:

(...) A urbanização incipiente favorece que no plano ideológico o discurso da modernização atinge todos os aspectos da vida social. Assim, as camadas sociais dominantes tratam de construir ferrovias, ampliar redes comerciais, etc, mas também procuram desenvolver instituições científicas e culturais que cuidem, por exemplo, da saúde pública e da melhoria do nível de instrução da população. Esta representação do moderno, desenvolvida sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, atinge outras regiões que, a exemplo de Mato Grosso, mantêm formas societárias diferenciadas. (ZORZATO, 1998, p. 14).

Buscamos entendimento nessas relações determinadas pelo poder político e as condições a que estavam sujeitos os trabalhadores-eleitores, que tiveram participação ativa nesse processo como massa de manobra eleitoreira, sujeitos à imposições de chefes locais, nas quais, claramente, a pobreza política do leitor o

aprisiona, fazendo com que o indivíduo seja domesticado, dependente das promessas dos políticos que se auto-denominavam legítimos representantes do Estado, ou seja, do bem estar social, da esperança de dias melhores.

Maria Izaura de Queiroz destaca alguns aspectos que estão diretamente relacionados a essa conjuntura política.

Vejamos suas observações:

(...) O fato de os políticos estivessem na dependências de seus eleitores; deviam servi-los, procurando satisfazer seus desejos, em troca do voto, acabavam sendo uma espécie de procurador geral para todas as incumbências, mesmo a de ordem mais particular, (...) se trata de local em que **diversas famílias pretendem reinar disputando o poder** (...). (apud Fausto, 1997, p.160, grifo nosso)

Nossa proposta parte do pressuposto de que o entendimento das relações entre diferentes níveis da pirâmide do poder político, na disputa eleitoral entre os anos de 1945-58, levava também à acreditarmos que seja o período em que se forja a região conhecida hoje por Bolsão-Sul-Mato-Grossense, uma vez que se encontra inserido no processo de Redemocratização do país, que se estende de 1945-64, período no qual as instituições democráticas eram muito jovens e estavam marcadas pela busca de um **rearranjo nas relações intra-elites**, cujo resultado foi legitimar, ainda que a curto prazo, as lideranças e as instituições.

No bojo da disputa entre grupos de interesses, percebemos, na fala de Victor Nunes Leal, que afirma que em se tratando de um dos mecanismos utilizados pelo “coronelismo”, no tocante ao aspecto da reciprocidade, podemos estabelecer duas facetas: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que por sua vez conduzem “magotes de eleitores como quem toca tropa de burros”; e, em contra partida, a situação política dominante no Estado, que lhes garante recursos, empregos, enfim, que possui mecanismos de distribuição de favores, utilizando como respaldo as receitas públicas.

Parece-nos claro que as disputas políticas entre os dois principais partidos, o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), no período considerado importante em nosso trabalho (1945-58), estão inseridas num processo de disputa regional, na qual a máquina do Estado, garantia de vantagens política-econômica, é utilizada como macro-instrumento de poder.

Continuando, nesse viés, o autor afirma que:

(...) Em primeiro lugar, grande cópia de **favores pessoais** dependem fundamentalmente (...) das **autoridades estaduais**. **Com o chefe local- quando amigo-** é que se entende o governo do estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação, (...) para tantos cargos a indicação ou **aprovação do chefe local costuma ser de praxe** (...). (LEAL, 1975, p. 19-20, grifo nosso).

Destacamos, deste modo, dois fatores indispensáveis que nos remetem a um melhor entendimento nessas relações de poder e de interesses primeiro, o econômico, que aglomera políticos, pertencentes ao PSD ou ao PTB, os quais ocupavam lugar de destaque nos órgãos estatais nos estados e nos municípios, como chefia de polícia, Institutos de previdência, enfim, na máquina estatal construída por Getúlio Vargas durante seus quinze anos de governo. No segundo ponto, voltamos a destacar o papel do coronel do campo, proprietário de grandes extensões de terras e pertencente à ala do PSD, quando não da UDN, que via na eleição de um chefe político, municipal ou estadual, a chance de tirar proveito do poder público.

Maria Celina Soares D'Araújo aponta características pertinentes à esse aspecto, observando que:

(...) A política brasileira durante a primeira metade da década de 1950 é ilustrativa de uma situação de crise. Definida, conjunturalmente, essa situação está marcada pela busca de um rearranjo nas relações intra-elites, cujo resultado foi legitimar, ainda que a curto prazo, as lideranças e as instituições civis.(...) Simultaneamente, esse processo aponta também para a necessidade de se definir **o padrão de participação política** no âmbito das cúpulas políticas e do sistema partidário. **A troca de favores políticos entre o poder público e a decadente influência dos chefes locais, notadamente dos senhores donos de terras, braço direito desses “novos coronéis.** (ARAÚJO, 1982, p.31, grifo nosso).

A reflexão sobre a memória regional, buscando compreender o desenrolar dos conchavos políticos entre chefes locais e representantes políticos em seus currais eleitorais, nos remete a uma oportunidade de entender o perfil histórico-político e social no sul de Mato Grosso na décadas de 40 e 50 do século XX, uma

vez que a pesquisa sobre essas relações de poder alimenta necessidade de compreender as especificidades político-culturais envolvidas na questão regional. Para tanto, lembramos Janaína Amado, quando comenta aspectos relacionados com a história regional, enfocando as características específicas dessa vertente historiográfica.

Vejamos seus apontamentos:

(...) O estudo regional oferece nova óptica de análise ao estudo de cunho nacional, apontando todas as questões fundamentais da História (...), a partir de um ângulo de visão aflorando o específico, o próprio e o particular. **A historiografia (...) regional lida com as diferenças.** (AMADO, 1990, p. 12-3, grifo do autor).

A história oficial memorialística e o culto ao político solidário “preocupado” com o desenvolvimento econômico e social da região fazem com que se deleguem representantes oficiais e responsáveis pelo bem estar social de seu povo, que é propagado nas campanhas eleitorais, uma vez que se torna necessário o discurso ideológico-regionalista na qual a tentativa de convencimento ao público se apresenta no momento de propagação da memória regional apresentando um modelo cultural, que visa situar seus ouvintes em um lugar histórico construído.

O processo que tenta convencer que este ou aquele candidato é o nome certo é caracterizado por uma conjuntura social-política, que oferece à sociedade em geral valores simbólicos construídos pela elite política nacional, transportada, conseqüentemente, para o interior do país. Essa conjuntura faz lembrar os escritos de Eric Hobsbawm, em sua obra “A Invenção das Tradições”, na qual enfoca que a tentativa de continuidade de um processo histórico é forjado nas práticas de repetição por aqueles que temem perder o poder.

Neste contexto, o autor observa que:

(...) As tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele (o passado histórico), uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são **reações** à situações novas que ou **assumem a forma de referência à situações anteriores**, ou **estabelecem seu próprio passado** através da **repetição** quase que **obrigatória**. (...) Sempre se pode encontrar, no passado de qualquer sociedade, um amplo repertório destes elementos; e sempre há uma **linguagem elaborada**, composta de **práticas e comunicações simbólicas**. (...) As “tradições inventadas” têm

funções políticas e sociais importantes, e não poderiam ter nascido, nem se firmado se não as pudessem adquirir. (...) É evidente a intenção de usá-las para a **manipulação**; ambos os tipos de **tradição inventada aparecem na política**. (HOBSBAWM, 1994, p. 10; 14; 315, grifo nosso)

Nessa tentativa de configuração das relações de poder, Jacques Le Goff destaca que:

“(...) a memória é não somente uma conquista, é também um instrumento e objeto de poder. São as sociedades cuja memória social e sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição”. (LE GOFF, 1992, p. 476).

Nas eleições, à partir do processo de redemocratização, mais especificamente nas de 1954-58, a prática do discurso populista torna-se mais intensa, principalmente entre candidatos ligados à coligação PSD/PTB, grupos associados e de parentesco com forte influência no Governo Central, principalmente após a regulamentação eleitoral de 1946 em que a elegibilidade dos prefeitos tenha representado uma vitória democrática, mas, por outro lado consagrou a supremacia de um ou de vários chefes políticos nos pequenos centros urbanos.

Nesse sentido podemos observar nas cidades de Três Lagoas, Paranaíba, Cassilândia, Aparecida do Taboado, enfim, nas cidades de maior representatividade eleitoral, o predomínio do coronel da terra, fazendeiros²⁴ de prestígio político e poder econômico que garantiam o mando e a supremacia, quando possível, de seu partido.

Para melhor elucidarmos essa representatividade política enquanto candidato-referência de um suposto padrão de identidade, recorreremos, mais uma vez, a Osvaldo Zorzato, que observa que:

(...) Num primeiro momento, esta historiografia surge como um suporte de uma identidade almejada, num segundo momento ela

²⁴ Não estamos afirmando que todo fazendeiro era coronel, ou que praticava uma política de perseguição ao seu eleitorado, seu empregado. Mas, não considerá-lo peça fundamental no processo político em jogo, seria refutar um mecanismo importante que, sem sombra de dúvida, somava-se nas decisões que se esboçava nas relações de poder.

se transforma claramente em suporte de poder incorporando a memória ao processo histórico, estando a primeira a serviço do segundo, (...) o atrelamento se faz não apenas para justificar opções políticas, mas constitui-se também um estilo de mando, onde todos os sujeitos históricos devem reconhecer o seu lugar, sendo constantemente lembrados disso. (ZORZATO, 1998, p. 10).

Em sua fala o ex-deputado Philadelpho Garcia afirma que o nome Bolsão refletia uma unidade política e como seu partido, no caso o PSD, era majoritário nesse campo, tinham a pretensão de eleger os prefeitos desse mesmo partido, nos principais centros urbanos da região, ou seja, nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba, Cassilândia e Aperecida do Taboado. Ele observava, ainda, que tinha a preocupação de dar “atenção uniforme” a todos estes municípios, o que significava arrebanhar em nome do PSD o maior número de famílias associadas e de grupos ligados ideologicamente.

O Bolsão se constituiu uma localidade afastada da capital do estado, onde sua população se encontra a mercê da própria sorte. Essa conjuntura permitiu o aparecimento de “salvadores da Pátria”, se constituindo verdadeiros benfeitores do bem estar social da população carente.

Estes são os mecanismos utilizados para a confirmação dessa tese, uma vez que no desenrolar dos processos eleitorais pós-50 o grau de participação coronelística se apresenta de maneira considerável, dando apoio tanto ao Partido Social Democrático, como a União Democrática Nacional, porque ambos tinham seus currais eleitorais, o que significava somar o maior número de grupos associados e de parentesco, seja em nível de famílias influentes ou famílias ligadas ideologicamente.

Ainda Maria Manoela N. de Novis destaca que:

(...) analisar a política Mato-Grossense torna imperioso o enfoque coronelista. Mesmo porque o processo de concentração de propriedade ocorrido em Mato Grosso, criou condições favoráveis para que ali se estabelecesse um dos mais fortes e persistentes sistemas de mandonismo de todo país. (NEVES, 1988, p. 94).

A participação dos atores envolvidos e seus respectivos partidos políticos e os eleitores, num grau inferior de poder, percebemos a necessidade de os candidatos

arrebanhar um número cada vez maior de votos, pois a disputa entre o PSD e a UDN, na tentativa de eleger seus candidatos, direciona os dois principais partidos do Pós-Guerra a dar uma “atenção uniforme”, o que significa eleger os prefeitos nas principais cidades da região, não só por parte do PSD, como frisou Philadelpho, mas também pela UDN, porque, na hora de conquistar o maior número de votos, os dois partidos utilizavam-se dos mesmos mecanismos.

Uma vez eleito um maior número de prefeitos, seus objetivos concretizam-se, pelo menos durante a permanência no poder. Deste modo, podemos entender o mandonismo local, o curral eleitoral e a “submissão” do eleitor a vontade dos donos do poder nessa região, como características fundamentais nessa disputa pelo poder político que lhes daria poder econômico.

O processo eleitoral cria mecanismos necessários para romper, transitoriamente, os obstáculos que ora se apresentam no momento de costurar as bases de apoio, indispensáveis para alcançar seus objetivos visualizados na disputa eleitoral.

Figuras como o deputado Philadelpho Garcia e Filinto Müller, esse último, um “dos donos de Mato Grosso”²⁵, ambos do PSD, e grupos associados e de parentesco, e a UDN, partido de oposição, mas que se apresenta sempre muito forte nas disputas eleitorais, têm apoio dos grandes fazendeiros no sul de Mato Grosso. Podemos visualizar esta conjuntura, destacando as eleições 1947, 50, 54 e 60, para Governador de Mato Grosso, onde a união Democrática Nacional conseguira eleger seu candidato Fernando Corrêa da Costa em 1950 e 1960, sendo que nas eleições de 1947; 54, esteve bem perto de seus principais rivais políticos, os candidatos do PSD.

Não há dúvidas a respeito da afirmação, feita por Marisa Bittar, de que a UDN representava os grandes fazendeiros no sul de Mato Grosso. Mas ignorar o PSD nesta mesma conjuntura, seria, no mínimo, ingenuidade nossa. Imputar o predomínio político por parte da UDN, considerando, entre outros aspectos, o apoio recebido politicamente dos grandes fazendeiros do sul do Estado e deixando de fora

²⁵ Essa denominação se deu em função do poder político de Filinto Müller (PSD) e sua influência perante o Governo Federal, exercido nas disputas entre os dois principais partidos do pós-45, ou seja, o PSD e a UDN, numa clara tentativa dos políticos ligados à essas siglas partidárias pela obtenção da hegemonia da política de Mato Grosso. Filinto Müller era o principal chefe político do PSD, tanto no Norte do Estado como no Sul.

o PSD, contudo, nos parece uma concepção equivocada, pois, na região do Bolsão, o PSD consegue manter uma supremacia política nos anos posteriores à 1946, considerando o período que antecede o golpe militar de 1964.

O PSD, nas eleições municipais, mantém-se na dianteira no que se refere ao controle da política nos principais municípios do Bolsão. Nas disputas com a UDN, em nível municipal, consegue manter-se hegemônico, conforme podemos observar nas tabelas 4, 5 e 6, demonstradas anteriormente.

As observações levantadas por Leôncio Basbaum ao afirmar que o PSD representa a burguesia agrária, ao nosso ver, indicam um certo exagero por não considerar as peculiaridades do regionalismo político tão distintos no Brasil, uma vez que a própria UDN em Mato Grosso estava, também, ligada a essa burguesia agrária.

Em Mato Grosso, nas décadas de 40 e 50, a disputa pelo domínio político é clara entre os dois principais partidos do pós-guerra, o PSD e a UDN, os quais se revezaram no poder.

De maneira geral, no período compreendido entre 1946 e 1964, a União Democrática Nacional (UDN) representava os grandes proprietários do sul, enquanto o Partido Social Democrático (PSD) tinha perfil governista tendo sido formado com a liderança de Filinto Müller no Norte (...). (BITTAR, 1999, p. 128).

Essa afirmação nos leva a entender que a UDN mantinha uma hegemonia política também no Bolsão, uma vez que essa região pertencia ao sul do Estado de Mato grosso. No entanto, isso não foi constatado em nosso trabalho.

Não estamos colocando em dúvida os trabalhos desses pesquisadores, mas enfocamos aspectos distintos, o que nos parece oportuno, pois estamos destacando alguns ângulos da história regional, por meio dos quais procuramos estabelecer mecanismos que nos leve refletir, a maneira mais clara possível, o desenrolar da política no Bolsão-Sul-Mato-Grossense entre os anos de 1945-58.

Não há dúvidas de que o poder dos coronéis foi decisivo nas disputas políticas na República Velha (1889-1930), principalmente na zona rural do país

onde era visível a prática de mandonismo local e regional, efetivado através de ações do banditismo quando das disputas pela posse da terra²⁶.

Em Mato Grosso, pós-1945, considerando nosso recorte cronológico, a população rural é maior que a urbana. Esse fator, sem dúvida, favoreceu o domínio das oligarquias regionais ligadas ao PSD e à UDN, pelas quais novas posturas políticas são apresentadas na disputa pelo poder.

Na tabela 12, abaixo, podemos visualizar essa predominância das cidades²⁷ com maior fluxo populacional na área rural.

TABELA 12

Evolução da população, por situação de domicílio, segundo o censo de 1950.

Municípios- 1950	Rural	Urbano	Total
1- Água Clara
2- Aparecida do Taboado	2.517	895	3.412
3- Bataguassu
4- Brasilândia
5- Cassilândia
6- Chapadão do Sul
7- Costa Rica
8- Coxim	6.404	2.104	8.508
9- Inocência
10- Paranaíba	20.243	2.239	22.482
11- Santa Rita do Pardo

²⁶ É bom lembrar que a população rural de Mato Grosso na década de 50 do século XX, soma um total de 193.553, contra 113.018 da urbana. TOLENTINO, T. L., *A Ocupação do sul de Mato Grosso- antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*, p.181.

²⁷ Vale ressaltar que Terezinha Lima Tolentino, em sua obra “Ocupação do Sul de Mato Grosso Antes e Depois da Guerra da Tríplice Aliança, 1986, p. 194 e 200, a autora aponta uma população em algumas cidades que não aparecem nos dados fornecidos pelo IBGE, relativos ao Censo de 1950. Como por ex. as cidades de Água Clara, Brasilândia, Cassilândia e Inocência apresentavam uma população de 2.975; 2.466; 4.014 e 4.052, respectivamente.

TABELA 12

**Evolução da população, por situação de domicílio, segundo o censo de 1950.
(Continuação).**

12- Selvíria
13- Três Lagoas	10.034	8.769	18.803

Fonte: IBGE - 1940/50. Tabela idealizada pelo autor.

De posse do monopólio e da manutenção da terra, essa oligarquia regional cria mecanismos de dominação, o que permite o controle político de grupos que disputavam a hegemonia do poder local e regional na região do Bolsão, procurando arrebatá-la para si o melhor quinhão na partilha dos favores do Estado.

Podemos considerar sobre os partidos políticos, nas observações de Paim Vieira, que:

(...) é o conjunto de indivíduos de interesses semelhantes que disputam a posse do Estado para dirigi-lo segundo as suas exclusivas conveniências, sem atender aos interesses de mais ninguém (...) as classes vencidas, que se agregam em outros partidos, não contentes com a sua situação (...) como reação, unem-se nas famosas “ententes”, “alianças” ou “frentes únicas”, para deitar por terra o partido vencedor. (...) E, assim incessantemente, sucedem-se os embates e as mutações políticas (...). (VIEIRA, 1933, p. 195; 198).

Em tese, acreditamos que essa realidade política se configurou nas disputas pela hegemonia regional entre os dois principais partidos do período, o PSD e a UDN.

Epígrafe

Mais importante do que o próprio passado (...) é sua influência sobre as atitudes culturais do presente.

Edward Said

1.2- AS INFLUÊNCIAS DOS CORONÉIS DA TERRA NAS DECISÕES POLÍTICAS NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE, NA DÉCADA DE 50.

Num primeiro momento, procuraremos discutir o papel dos principais partidos²⁸, que disputavam a hegemonia política no sul de Mato Grosso, procurando estabelecer os mecanismos que garantiam aos seus representantes a ocupação do melhor lugar na pirâmide política no sul do Estado e, por consequência, na região do Bolsão.

Uma vez caracterizada essa supremacia partidária, o controle das instituições públicas, como as prefeituras e o aparelho burocrático-político-administrativo do Estado, num primeiro plano, eram as instituições mais desejadas, que poderiam garantir privilégios²⁹ a seus “parceiros”, às famílias associadas, enfim, aos grupos que estivessem ligados “ideologicamente” ao partido que detivesse o controle das instituições públicas, pelo menos no período em que estivesse no topo da pirâmide política, o que significava o controle de decisões, pois eram avalizados pelas máquinas administrativas estadual e municipal.

Num segundo momento, enfocaremos o papel dos eleitores, “povo miúdo”, nesse processo político como atores ativos, mas presos a um sistema de mandonismo local e regional, sujeitos a imposições de seus padrões, “mandões”, e chefes políticos, uma vez que dependem, direta ou indiretamente, dessa estrutura

²⁸ Os principais partidos aqui representados são o PSD (Partido Social Democrático), a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O quadro eleitoral brasileiro em 1949, ano em que se iniciou a campanha sucessória de Dutra, ganhava nova dinâmica e apresentava características diversas daquelas das eleições de 1945. O crescimento do eleitorado urbano e do operário promovia o fortalecimento dos partidos de tendências populistas, em detrimento dos grandes partidos como a UDN e o PSD, que se divorciavam das classes trabalhadoras. Nesse novo quadro, ganhavam vulto e importância junto às massas o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Progressista (PSP), resultando, na união dessas duas forças partidárias, a eleição de Getúlio Vargas em Outubro de 1950, com 48,7% dos votos. Esse foi um dos raros momentos em que a coligação PSD/PTB não se configurou como em outras eleições.

²⁹ Entendemos que esses privilégios alcançavam várias esferas do poder público, desde delegado de polícia, promotor público (pois na maioria dos casos não havia concurso público para essas funções), juiz de direito, investigadores de polícia, tabeliões, escrivões, enfim, funções que eram determinadas pelo jogo do poder, ou seja, eram definidas pelo partido que estivesse no topo da pirâmide política e que, portanto determinava as funções burocráticas ligadas às instituições do Estado.

de poder, o que possibilitou, no bojo das disputas políticas locais, o predomínio total e/ou parcial de um grupo sobre outro.

No universo das relações políticas estamos acostumados a ver, nos partidos, protagonistas das disputas, confrontos e decisões que envolvem o Poder. Os partidos aparentemente agregam em torno de si indivíduos ou grupos sintonizados com um mesmo programa, uma perspectiva comum de ação, uma corrente das mais diversas posições defendidas pelos membros da sociedade, que disputam o predomínio de suas opiniões sobre as do restante do corpo social, (...) os partidos, na assim chamada “sociedade democrática”, seriam o testemunho da liberdade de opinião e manifestação dos cidadãos, (...) condutor da vontade popular, executores de sua soberania. (FERREIRA NETO, 1989, p. 11-3).

É inegável que o processo político brasileiro no pós-45 esteve ligado a uma conjuntura político-social em que se percebia claramente a busca pelo fortalecimento das instituições democráticas, onde os partidos representam uma dessas instituições que almejam, a todo momento, chegar ao poder, entendendo que seja esse o papel de todo partido político.

Getúlio Vargas estimulou a criação do Partido Social Democrático (PSD), um partido governista composto principalmente pela elite rural, e que, pouco depois, presidiu, juntamente com membros do Ministério do Trabalho e sindicalistas getulistas, a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)³⁰, um partido teoricamente de massa.

Após a cassação de Getúlio Vargas em 29 de Outubro 1945³¹, a vitória foi do candidato General Eurico Gaspar Dutra da coligação (PSD/PTB) que governou o país de 1946-1950, como podemos observar na tabela 13, abaixo.

³⁰ O PTB congregava o grosso das forças trabalhistas nacionais e, notadamente depois da extinção do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Getúlio Vargas, líder do PTB, mostrou, na campanha de 1949-1950, sua gigantesca capacidade de aglutinador das massas populares.

³¹ A postura de Vargas adotada em tempos anteriores, como o golpe do Estado Novo em 1937, levaram as forças conservadoras de oposição a pensar que se preparava um novo golpe continuísta, o que era perfeitamente possível em se tratando de Getúlio. A tendência continuísta se evidencia quando, em meio à agitada campanha eleitoral, surge um movimento popular favorável à continuação de Vargas no poder. Esse movimento popular, apoiado pelos comunistas e estimulados por Getúlio, ficou conhecido, como “Queremismo”, porque a massa em suas manifestações públicas gritava “Queremos Getúlio! Queremos Getúlio”. Receosa do continuísmo, a UDN aproximou-se dos setores militares antigetulistas e optou pela solução da derrubada de Vargas. Era o fim do Estado Novo.

TABELA 13

Resultado das Eleições Presidenciais no Estado de Mato Grosso segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1945.

CANDIDATOS - ANO 1945	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Gal. Eurico Gaspar Dutra	PSD / PTB	20.570
2- Brig. Eduardo Gomes	UDN	19.426
3- Yedo Fiuza	PCB	3.148
4- Mário Rolins Perez	POT	06

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral: Retrospectiva das Eleições em Mato Grosso, Cuiabá, 1986, p. 9. Tabela idealizada pelo autor.

Procuramos elucidar esses dados que estão relacionados ao processo político em nível nacional pois, sem eles não seria possível fazer uma discussão da política regional, que possa abranger de forma mais precisa o contexto histórico que se deu no sul de Mato Grosso nos processos eleitorais de 1954-58, no qual se sustenta a hegemonia do PSD nessa região.

Não temos dúvidas de que as disputas entre a UDN e o PSD, dois principais partidos em nível nacional e regional, procuravam, com o apoio dos coronéis fazendeiros, eleger o maior número de representantes de seus partidos nas esferas representativas do estado, ou seja, estadual e municipal.

Tanto a UDN³² como o PSD³³ tinham seus currais eleitorais, garantidos pelos grupos de apoio ideológico e de interesses, os quais lhes garantiam votos de cabresto e privilégios afiançados pelas instituições do estado.

³² A UDN surgiu em torno dos primeiros movimentos liberais de oposição a Getúlio Vargas e já dispunha, em 1945, de um candidato à sucessão previsível, o brigadeiro Eduardo Gomes. Neste primeiro momento, a UDN arregimentava em torno de si diversas facções liberais, inclusive, de caráter socialista que mais tarde se afastariam da agremiação.

³³ O Partido Social Democrático, articulado sob inspiração do próprio Getúlio Vargas, via interventorias estaduais e municipais, o que lhe permitiu um registro rápido. O PSD, surgido assim diretamente da máquina varguista, tornava-se de fato um legítimo herdeiro da estrutura política elaborada durante o Estado Novo pelas interventorias, tornando-se, como demonstrariam as eleições legislativas de 1945 que comporiam a representação da Assembléia Nacional Constituinte, o maior partido do país. (FERREIRA NETO, 1982, p.55-6).

Podemos refletir um pouco mais a respeito da postura dos partidos políticos, observando a fala de (Viana apud DE SOUZA, 1983, p. 67) onde o mesmo observa que: “(...) simples agregados de clãs organizados para a exploração das vantagens do Poder; meras associações de interesses privados ou delegações de pequenas oligarquias politicantes”.

Sem generalizar, a nossa reflexão tem como objetivo entender os motivos que levaram esses indivíduos a filiarem-se a partidos políticos, se de fato eles representavam a sua comunidade criando soluções para seus problemas sociais, ou se apenas almejavam a auto-promoção.

Conseqüentemente, a não existência de organizações partidárias reais que de forma clara defendesse o processo de redemocratização contribuiu para que esse processo não conseguisse alcançar o patamar desejado em um novo quadro democrático. Esse fator parece ser o principal responsável pela exclusão e pela marginalização social.

Uma vez negada a participação popular, ou seja, o direito, sem restrições, de escolha de seus representantes políticos, criou uma abertura para que personalidades sem compromisso se apresentassem ligadas a siglas partidárias, nas quais se percebe contradições entre o discurso e a prática, inseridas numa conjuntura social e política pela qual se revestem as relações de poder.

Esta condição é apontada no depoimento de um de nossos entrevistados, quando questionado a respeito do processo em si:

Simplem membros do partido (...) contavam sim com o poder. Se esses necessitassem de alguma coisa que havia necessidade de interferência do poder Legislativo municipal, estadual ou federal, (...) eles não pediam, eles exigiam dos seus representantes, senadores, deputados, governadores, presidente da República, tudo que fosse a favor (...) do aumento de patrimônio, de seu enriquecimento. Eram reivindicações pessoais, personalistas³⁴.

A necessidade de eleger o maior número possível de políticos ligados aos principais partidos desse período, o PSD e a UDN, em Mato Grosso e, conseqüentemente, no sul do Estado, era a garantia que das oligarquias regionais

³⁴ Entrevista concedida para fins dessa pesquisa, na cidade de Três Lagoas-MS, com advogado Luiz Carlos de Castro Pinto, filho de família tradicional da cidade, família ligada ideologicamente à UDN nos pós-1950.

tenham para criar condições favoráveis para que as famílias associadas ou de parentesco, ligadas “ideologicamente” a essa ou aquela sigla partidária, pudessem participar, direta ou indiretamente, do jogo do poder.

Nessa conjuntura, fazendeiros, comerciantes e ocupantes de cargos públicos se vêem ligados por meio desse cordão umbilical, onde esses grupos representam o combustível que alimenta a máquina coronelística, a qual supre as necessidades econômicas nas campanhas eleitorais.

Observemos a citação abaixo, na qual a autora nos oferta uma reflexão sobre este contexto:

(...) Embora não posso afirmar que todo fazendeiro ou todo grande comerciante era um coronel, também é impossível desvincular o coronelismo do mandonismo local. Os barões do café sucederam aos senhores de engenho, os trabalhadores livres aos escravos, mas a população rural continua submetida ao poder individual. (...) O chefe político herdara as estruturas do mandonismo, mas, com a extensão do voto, era obrigado a submeter-se a poderes superiores ao dele. Subordinava-se aos chefes da política estadual que nem sempre tinha os mesmos interesses do pequeno mandatário. (...) Os cargos públicos mais importantes, como os de Juíz de Direito, de Promotor Público e o de Delegado de Polícia, estavam adstritos à esfera estadual. (JANOTTI, 1984, P.39-44).

Nessa conjuntura de relações de poder político e de mando pessoal, na qual várias famílias prosseguem reinando, em função de seu prestígio e de seu poder econômico, o município surge como o principal espaço onde o exercício de mando pessoal ou coletivo se faz presente.

Boris Fausto³⁵ afirma que a transação entre a máquina político-administrativa dos estados e os interesses político-econômicos de donos de terra e de votos se caracterizou no governo Campos Sales sendo, este governo, responsável pela institucionalização do sistema oligárquico.

³⁵ Já nos referimos a esse aspecto característico na Primeira República (1889-1930), abordagem feita por Victor Nunes Leal em relação ao coronelismo. Observemos, mais uma vez, o autor ao relatar que: “(...) o coronelismo foi a base de uma possível política dos Estados. Com efeito o coronelismo não expressa o apogeu do privatismo local (...) mas manifesta um compromisso entre o poder estatal que necessita de votos e o poder econômico privado (...) dos donos da terra”. (LEAL, 1948, p. 182-85).

De um lado, a maioria da população mais carente, o “povo miúdo”, e, de outro, a estrutura administrativa burocrática do estado, onde os representantes oficiais nos municípios, num primeiro momento, detêm o controle, ou seja, ditam as regras do jogo, isto porque a esfera municipal está mais próxima do que a esfera estadual e federal, o que nos leva a considerar o município como o reduto onde se desenvolveu com maior facilidade os conchavos políticos, tanto na primeira república, como afirmou Boris Fausto, como podemos detectar, também, nos anos que sucederam o pós-1945.

Os administradores não podiam manter por muito tempo a liderança sem dar algo em troca. Os fazendeiros, por sua vez, careciam de estradas para escoarem seus produtos, e se aportavam em seu poder econômico para pressionar o poder executivo.

Já os munícipes eram carentes de assistência médica e, por isso, todos detinham algo desejado pelos políticos, principalmente em época de eleição. O voto era e é a “menina dos olhos” daqueles que necessitam dele para sua auto-afirmação política, ou seja, sua eleição ou reeleição.

De certa maneira, o governo está nas mãos dos grupos que controlam uma pequena ou uma grande parte do eleitorado, em que a fraqueza financeira do município e a influência dos chefes locais, como bem lembrou Victor N. Leal, contribui de maneira significativa para disseminar e manter as relações coronelísticas na sua expressão governista.

Epígrafe

A história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.

Agnés Chauveau e Philippe Tétart (1999)

CAPÍTULO II

POLÍTICA E GOVERNO.

2- A INVENÇÃO DA REGIÃO DO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE.

A partir de 1945, período denominado de Redemocratização, observamos profundas e imediatas tentativas de mudanças na política brasileira, no entanto, nossa proposta não é atentarmos detalhadamente às características dessas mudanças.

Propomos trazer alguns apontamentos que nos possibilitem uma reflexão sobre os fatores detectados a partir da deposição de Getúlio Vargas, a partir da qual em nosso entender, procurou-se criar uma nova estrutura legal como tentativa de acompanhar o processo de Redemocratização que se propunha naquele momento.

Os partidos políticos apresentavam-se nessa conjuntura como indispensáveis veículos de representação política e tinham como um dos objetivos principais o fortalecimento da democracia que, naquela ocasião, era disseminada como moderna.

Thomas Skidmore aponta dois grupos organizados, os quais denominou de os “de Dentro”³⁶, que estavam incorporados no Partido Social Democrático (PSD), e os “de Fora”³⁷, que se encontravam na União Democrática Nacional (UDN), os dois principais partidos do pós- guerra.

Observamos seus apontamentos:

(...) Os “de Dentro”, em 1945, eram aqueles que haviam apoiado Vargas tacitamente durante o Estado Novo e que se representavam agora um farto manancial de votos para o candidato que lhes parecesse mais disposto a

³⁶ Basicamente, segundo o autor, os “de Dentro” era formado por três grupos de cooperação. “(...) Em primeiro lugar, havia os políticos e burocratas que se tinham beneficiado dos anos de Vargas e que preferiam um mínimo de modificações no sistema que conheciam. Eram os homens que haviam dirigido as mais importantes criações políticas de Vargas- as novas máquinas estaduais, e que a nova aparelhagem governamental. (...) O segundo grupo, (...) eram os proprietários de terras e industriais que haviam prosperado sob Vargas e que manifestavam grandes incertezas quanto à estabilidade de um sistema político mais aberto. (...) O terceiro grupo era o mais novo elemento entre os “de dentro”. Era formado pelos trabalhadores urbanos, aos quais Vargas dedicou a sua legislação de previdência social e a sua organização sindical paternalista, fortalecida nos primeiros anos da década de 40”. (SKIDMORE, 1982, p. 81).

³⁷ Reportemo-nos mais uma vez a Thomas Skidmore, (1982, p. 83), onde segue abordando a respeito dos grupos que ele denominou de os “de dentro” e os “de Fora”. Afirma o autor: “(...) Os “de Fora”, de 1945, mostraram ser um grupo menor do que se poderia esperar. Importantíssimos, dentro da oposição heterogênea, eram os constitucionais liberais. Em 1930, eles haviam apoiado Vargas na crença de que estavam iniciando uma nova era democrática no Brasil, dando assim predominância às áreas urbanas em ascensão. Ao invés disso, eles viram as suas esperanças de um regime liberal despedaçadas quando Vargas levou o Brasil para o regime autocrático do Estado Novo”.

continuar as suas diretrizes básicas. Os “de Fora”, eram aqueles que haviam sido excluídos do poder, desde 1937, especialmente os constitucionalistas liberais. (...) Em fins de 1944, à medida que a maré montante da vitória aliada tornava a redemocratização uma esperança palpável, os constitucionalistas liberais organizaram um novo movimento político, a União Democrática Nacional, ou UDN. (SKIDMORE, 1982, p. 80-3).

O processo de Redemocratização pós-1945 incorpora, no bojo das discussões políticas, um discurso claramente formulado, mascarando a realidade social através de um discurso performativo, o qual propunha viabilizar de maneira rápida os anseios e as angústias detectadas na população brasileira.

Nesse viés, os dois principais partidos do período, o PSD e a UDN, travaram uma batalha política, tanto em nível nacional como regional, com o propósito de manter a hegemonia do poder.

Num primeiro momento, busca concretizar seus objetivos políticos na tentativa de dar sustentação aos seus projetos estratégicos elaborados mediante aos anseios da população, pelo menos teoricamente. Num segundo momento, busca a realização de seus interesses pessoais.

Nossa proposta, nesse capítulo em particular, parte de uma análise da história local³⁸, a partir das eleições municipais, pois acreditamos que nos municípios se desenvolveram os mecanismos de manipulação de votos de cabresto com maior facilidade, mediante as influências dos chefes locais.

Nesse mesmo contexto, procuraremos refletir sobre o desenrolar da política regional, considerando as relações de poder detectadas no decorrer do processo em si, momento em que mecanismos são criados para garantir a hegemonia política de um certo partido e, conseqüentemente, de seus representantes, na tentativa de alcançar o ponto mais alto da pirâmide política.

Remetemo-nos a Osvaldo Zorzato, quando este faz uma análise mais precisa dessas relações de poder:

³⁸ Utilizaremos os apontamentos de Pierre Goubert (1992, p. 51), onde faz uma análise do papel da História Local e da sua importância nas pesquisas, tanto em Monografias, como em Dissertações e Teses. Assim discorre o autor em relação a importância das monografias: “(...) Elas estabelecerem determinadas provas, limitadas em determinadas instâncias, mas ainda assim provas; suas estatísticas, compiladas com uma margem de segurança, alteram algumas idéias “gerais”, preconceitos e aproximações que prevaleceram na ausência de investigações mais precisas. (...) A prática meticulosa da História local e a multiplicação das monografias sobre regiões específicas pode nos conduzir muito mais longe; podem servir para destruir muitas das concepções gerais que em tempos passados pareceram tão vigorosas...”.

(...) As relações de poder são mascaradas na medida em que a sociedade é tida como uma vida em harmonia, onde todos cumprem seus papéis previamente estabelecidos, a partir das relações de compromissos. Os papéis de destaque cabem aos mais ilustrados, geralmente filhos ou protegidos de famílias importantes. Relações de parentesco, de compadrio e outras garantem a fidelidade e a permanência dos compromissos. O cumprimento dos papéis mantém o jogo onde não se questiona quem manda, por que manda e como manda. (ZORZATO, 1998, p. 19).

Esses mecanismos nada mais significam que a barganha política regional, na qual podemos incluir fazendeiros, comerciantes, funcionários públicos, que exerciam suas funções por indicação de algum chefe político, enfim, todos aqueles que de uma maneira ou de outra podiam ser incluídos, utilizando para tanto seus prestígios econômicos, ou seus prestígios de chefes locais.

Na década de 50, nas cidades de Paranaíba³⁹, Três Lagoas⁴⁰ e Aparecida do Taboado, os eleitores, ou pelo menos a maioria deles, num primeiro momento, estavam literalmente dependentes dos chefes locais nas cidades, e num segundo momento, dos coronéis da terra nas fazendas.

Nas eleições que se sucederam a partir de 1945, o processo eleitoral estava marcado pelo voto dirigido, pelo qual os eleitores eram obrigados a votar no candidato indicado pelo seu chefe político local. As cédulas eram confeccionadas pelos partidos políticos, fator que facilitava o controle pelos partidos da época, os quais manipulavam os votos da maneira que fosse conveniente, uma vez que nelas, posteriormente, era preenchido o nome do candidato, e o eleitor só tinha o trabalho de colocá-la na urna, de acordo com uma orientação dirigida.

Essa situação era gerada pela violência que se fazia presente nos pleitos eleitorais, onde, na maioria das vezes, os “mandões” locais estavam a serviço de uma candidatura, em todos os graus maiores do poder. Tanto o Partido Social Democrático como a União

³⁹ O município de Paranaíba localizava-se, nas décadas de 40 e 50 do século XX, na zona Sudeste do então estado de Mato Grosso. De seu território foram desmembrados sucessivamente áreas que formaram os atuais municípios de Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948) e Cassilândia (1954). No Recenseamento de 1950, o município possuía 18.267 pessoas de 5 anos e mais, sendo que sabiam ler e escrever 5.514, ou seja, 31% sobre a população daquele grupo de idade. Dos habitantes alfabetizados 3.332 eram do sexo masculino e 2.182 do feminino. A população que sabia ler e escrever, localizada na zona rural, era composta por 4.558 pessoas, 25% sobre aquele grupo de idade, sendo 2.808 homens e 1.750 mulheres.

⁴⁰ Segundo dados do Senso Demográfico realizado em 1950, o município de Três Lagoas possuía 15.757 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 8.351, sendo 4.797 homens e 3.554 mulheres. Não o sabiam 7.046, dos quais 3.568 homens e 3.478 mulheres, ou seja, 53% para o primeiro grupo e 47% para o segundo. Percebemos uma sensível predominância da população alfabetizada em relação à analfabeta.

Democrática Nacional tinham seus currais eleitorais, onde, direta ou indiretamente, estavam ligados a esse processo de mandonismo local, inseridos no contexto de fragmentação de poder regional.

Podemos constatar através de depoimentos que, o jogo envolvendo a UDN e o PSD na disputa regional se dava claramente por meio de relações coronelísticas, onde o mandonismo local era uma constante.

Em uma de nossas entrevistas⁴¹ foi possível compreender de forma mais atenta esse contexto.

Vejamos o que relatou uma de nossas fontes orais:

(...) Havia um jogo, os coronéis (...) da UDN também existiu o seu curral eleitoral. Então aqueles que trabalhavam, os coronéis que mexiam com fazendas eram fazendeiros fortes, e os seus empregados, estes não resta a menor dúvida, estes votavam na UDN. Eram votos de cabresto, (...) O candidato imprimia, então ia lá, podia votar, já levava a cédula preenchida dos seus candidatos a governador, presidente da república, (...) senador, deputado federal, deputado estadual e lá depositavam na urna, (...) aquela cédula que o coronel já tinha lhe dado, sob pena dele perder o emprego, ser justamente imprensado, (...) ser mandado embora da fazenda, porque ali era o jogo mesmo, os coronéis mandavam, tanto da UDN como do PSD (...).

Novamente enfocaremos os escritos de Osvaldo Zorzato, porque neste viés, o autor faz um breve comentário à respeito da regionalização do poder:

(...) No Brasil, a regionalização do poder viabiliza-se pelo fato de que historicamente uma parcela da população apropria-se de extensos territórios e as elites aí constituídas passam a pensar o espaço regional como local da própria brasilidade. (...) Os seguimentos sociais (...) são constituídos por famílias que tem na propriedade de grandes extensões rurais e no comércio a base de acesso ao poder, (...) ao aparato político-administrativo, jurídico, militar e eclesiástico do estado. Deste ponto, ocupando continuamente os espaços de poder, elaboram simbolicamente os eixos temáticos que todos os cidadãos devem referenciar. Indivíduos e grupos sociais emergentes devem ser vigiados em suas aspirações e lembrados da responsabilidade de ajudar e manter o quadro simbólico de referências. (ZORZATO, 1998, p. 39).

⁴¹ Entrevista realizada no dia 04 de Outubro de 2002, na cidade de Três Lagoas-MS, com advogado Luis Carlos de Castro Pinto. O advogado é filho de Júlio Márcio Abbott de Castro Pinto. Esse último foi deputado federal no período de 1945-58 pela UDN, deputado estadual pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), e promotor de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS, função para a qual foi nomeado em Setembro de 1937. Advogou na região do Bolsão na década de 50.

Foi possível visualizar uma hegemonia política do PSD em nível de eleições municipais nas principais cidades do Bolsão. No Governo do Estado, considerando as eleições no período que de 1947 a 1960, verificamos a existência de um **equilíbrio de forças**⁴², **uma vez que, neste período**, o PSD e a UDN se alternaram no Governo.

Esse equilíbrio foi responsável pelo jogo político travado nas disputas eleitorais pós-45, nas quais os candidatos, tanto do PSD como da UDN, procuravam arrebatar para si o maior número de eleitores. Nesta corrida pelo arrebanhamento, apossavam-se de um discurso ideológico, no qual se percebe a tentativa da introdução de valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos, manifestado através de uma postura que induzia os eleitores a crerem no êxito de seus empreendimentos.

Philadelpho Garcia, deputado representante da região do Bolsão e ligado ideologicamente a Filinto Müller (PSD), utilizava-se da figura do senador Müller com o intuito de gerar condições politicamente satisfatórias, no sentido de garantir votos.

A imagem de Filinto construída ao longo período que esteve à frente da Polícia Repressora de Vargas era disseminada com o objetivo de, num primeiro momento, impor um certo respeito, avalizado pelo seu prestígio político e, num segundo momento, arrebatar para o PSD um número cada vez maior de “simpatizantes” ao partido.

Os grupos de poder se veem inseridos num processo de convencimento eleitoral, na apresentação de suas propostas de campanha. Quando não alcançado(s) seu(s) objetivo(s), tentava-se convencer os eleitores através da intimidação. Pierre Ansart, numa referência à ideologia⁴³, destaca que:

(...) é constituída pela legitimação dos detentores da autoridade (...) das condições de seu exercício (...) a linguagem da legitimação deve nomear os detentores legítimos dos diferentes poderes, indicar as condições do seu recrutamento e evocar as razões de sua autoridade. (ANSART, 1978, p. 43).

⁴² Destacamos nas tabelas 2, 3, 4 e 5, que retratam as eleições Majoritárias para Governador no período que vai de 1947 à 1960, e que mostram esse equilíbrio entre o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional.

⁴³ “(...) As ideologias realizam assim uma visão global, cujas ocorrências e aplicações permitirão situar, posicionar **cada status e cada papel** nesse todo considerado coerente. As linhas gerais da ideologia feudal se aplicarão através da extensão e da repetição de cada papel social, o do homem, da mulher, do sacerdote, do nobre, do “humilde” camponês: cada qual se vê colocado, identificado numa posição que definirá todo jogo dos seus direitos e deveres. A ideologia, em sua linguagem unificante, **ordena** e sintetiza, separa coordenando; **indica cada parte e a identifica**, mas coloca-a simultaneamente em relação recíproca e inigualitária com as outras partes. Sua especificidade se encontra aqui neste duplo movimento, que define sua lógica própria e que é uma lógica de relações; cada parte é imediatamente considerada relativa a um conjunto, a uma estrutura que justifica a sua existência e deveres”. (ANSART, 1978, p. 42-3, grifo nosso).

Neste mesmo contexto, o autor observa que a evocação é transmitida pelo mecanismo de difusão ideológica onde se encontram o receptor e o emissor:

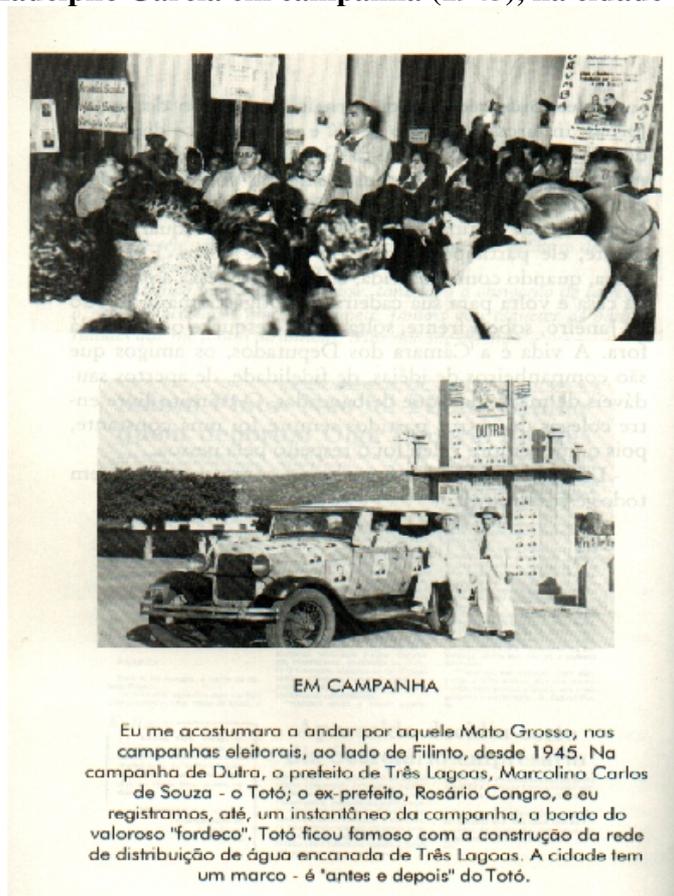
(...) O receptor é convidado a crer que adere as mensagens transmitidas por sua pura convicção (...) Os produtores de mensagens não deixam de reforçar essa ilusão, uma vez que é de seu interesse surgir como os puros detentores da linguagem da verdade (...). (1978, p. 83).

Por outro lado, essas forças são medidas através do “poder de fogo” que os grupos associados possuíam, seja pela situação econômica, pelo status social, por meio da violência (coerção), ou até mesmo da perseguição, levando em muitos casos até a morte.

Observemos a fotografia a seguir, na qual o ex-deputado Philadelpho Garcia argumenta sobre o apoio político recebido em Três Lagoas, onde percebemos as associações de grupos ligados ideologicamente, fazendo uma menção a Filinto Müller.

FIGURA 4

Deputado Philadelpho Garcia em campanha (1945), na cidade de Três Lagoas



Fonte: GARCIA, 1994, p. 122.

2.1- OS MUNICÍPIOS E O PODER POLÍTICO DOS CORONÉIS.

Nos últimos anos, historiadores locais têm invocado evidências visuais, numa tentativa de tomar mais compreensível o particular, transmitir uma noção do local mais imediata. (...) Na cidade, toda pedra pode contar uma história, enquanto no campo, há o abundante testemunho das cercas vivas e campos.

Raphael Samuel

Procuramos analisar os fatos históricos locais, afim de avaliar as relações de poder praticadas no município, onde grupos partidários e famílias associadas e de parentesco são responsáveis pelos conchavos políticos, desenvolvidos, num primeiro momento, em esfera municipal e, num segundo momento, nas esferas estaduais, federais.

Esses grupos ligados aos dois principais partidos do pós-Guerra, O PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional), praticam uma política clientelista. O voto dirigido, enraizado na tradição e na força de chefes políticos é notório nas eleições que se sucederam a partir de 1945⁴⁴.

Incorporamos as observações de Maria de Lourdes Janotti: (...)” O falseamento da representação política no Brasil calcado, acima de tudo, na exclusão econômica de grande parte da população”⁴⁵.

As relações autoritárias, de um lado, a oligarquia rural e, de outro, a máquina burocrática do Estado, contribuíram para formular um projeto político com bases de exclusão social e de representação de interesses, quando deveria dar sustentação a um sistema político que criasse condições para que outros setores sociais pudessem participar diretamente.

Essa idéia de reforma nas instituições democráticas no Brasil, propagada, sobre tudo a partir de 1945, não significou sua prática no bojo das discussões políticas que se

⁴⁴ Vale ressaltar, que nosso recorte temporal está inserido no período de 1945 à 1958. Estes aspectos coronelísticos podem ser observados, também, na década de 60, antes do golpe militar de 1964.

⁴⁵ Maria de Lourdes Monaco Janotti, em “O PODER OLIGÁRQUICO E A IMPREVISIBILIDADE DAS URNAS”, Artigo publicado nos Anais do XX Simpósio da Associação Nacional de História, realizado em Florianópolis (SC), em Julho de 1999, p. 460, destaca as relações entre as oligarquias constituídas nos Estados e municípios, e a “timidez” eleitoral causada pelos coronéis, desde o período Imperial Brasileiro, remontando à República Velha.

sucederam a partir desse período. Essas observações não atestam a inexistência da vontade popular nas urnas, embora pouco explícita.

Nessa conjuntura, percebe-se uma resistência do eleitor no sentido de responder a esse processo de exclusão social e econômica, utilizando o voto como moeda de barganha, quando há possibilidade de obter vantagens econômicas.

Marilena Chauí, ao destacar a verticalização da sociedade brasileira em seus aspectos sociais, destaca que a desigualdade serve como escudo na relação mando-obediência. Acompanhemos suas observações:

(...) A sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os aspectos: nela, as relações sociais (...) são sempre realizadas como relação entre um **superior que manda, e um inferior que obedece**.(...) **As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio**; e entre os que são vistos como **desiguais** o relacionamento assume a **forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação**. (CHAUÍ, 2000, p. 89, grifo nosso).

Na década de 50, os municípios de Paranaíba (1857), Três Lagoas (1915), Aparecida do Taboado (1948) e Cassilândia (1954) eram os municípios que apresentavam o maior número de eleitores e, portanto, os locais onde se concentravam as principais disputas políticas partidárias e contaram com o apoio dos coronéis da terra.

Em Paranaíba e em Três Lagoas, os dois principais municípios do Bolsão, as disputas políticas entre os representantes da UDN e do PSD eram mais acirradas. Nessa região, as eleições para Governo do Estado, para Deputado Estadual⁴⁶, e para Deputado Federal, para Vereadores, para Senador da República e para Prefeito, dividiam apoio dos fazendeiros, comerciantes, enfim, de todos aqueles grupos que procuravam participar do governo, ou do poder, com o intuito de receber vantagens após terem elegido seu(s) candidato(s).

⁴⁶ A Assembléia Mato-Grossense, pela Constituição então vigente, compunha-se de trinta cadeiras. Em 1954, a UDN detinha 14 cadeiras; contra 16 cadeiras do PSD/PTB/PSP; em 1958 a UDN elegeu 13 deputados, detinha, portanto 13 cadeiras contra 17 cadeiras do PSD/PTB/PSP. Em 1962 a UDN repete o mesmo número de 58, com 13 cadeiras na Assembléia Legislativa de Mato-Grosso, contra, também, de 17 do PSD/PTB/PSP.

O ex-deputado Estadual pela UDN, Edward Reis Costa⁴⁷, observa que a cidade de Três Lagoas não foi propriamente uma cidade udenista, mas sempre proporcionou vitórias bonitas à legenda. Destaca nosso entrevistado que um fator relevante em relação à conjuntura política na qual competiam a UDN e o PSD, com longa margem de vantagem para o último, o qual se explicava pelo fato de o PSD contar com o apoio da máquina burocrática do Estado. A título de ex., citamos a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, à época poderosíssimo curral eleitoral, segundo Edward, curral eleitoral do PSD.

Ele observa ainda que a Noroeste era utilizada de modo aberto, em favor dos militantes do PSD e do PTB, os dois partidos fabricados por Getúlio Vargas para viverem sempre juntos e juntos darem continuidade ao comando dele na vida da República. O PTB foi fundado Getúlio e tinha nele seu presidente de honra vitalício; o PSD fundado por seu genro Amaral Peixoto, e tinha nele como seu genro o presidente de honra vitalício. Tudo em casa, ironiza Edward Reis Costa.

Não há dúvidas de que a Noroeste tinha um peso muito grande, em termos de votos, para o PSD, principalmente a partir da década de 50, e segundo o ex-deputado Edward, para a UDN a Ferrovia significava um obstáculo a ser vencido dentro dos municípios por onde passasse. O governo do Estado e dos municípios podiam trocar de mãos, mas a Noroeste era órgão federal, onde imperavam absolutos os descendentes do Estado Novo. Ali ditavam concessões, conferiam chefias e distribuíam cargos e posições, em ordem decrescente de “cima para abaixo”, os homens do PSD-PTB.

Na seqüência, podemos observar, duas imagens (Fig. 5 e 6) que nos oferecem alguns fragmentos que atesta a ligação do deputado Philadelpho Garcia com a NOB. O ex-deputado se intitulava o “Deputado Ferroviário”, segundo ele, representativa.

⁴⁷ Edward Reis Costa foi representante da Assembléia Estadual de Mato Grosso, pertencente à sigla da União Democrática Nacional, eleito nos Pleitos Eleitorais de 1954, 58 e 62. Durante os doze anos de vida política, nove esteve à frente como líder da bancada da UDN, sempre majoritária no Estado. Nunca esteve filiado à outro partido político, a não ser para cumprir o dispositivo do Ato Institucional do Governo Militar após o golpe de 1964, que extinguiu os treze partidos então existentes. Logo após a extinção, filiou-se à Arena, só até o dia final de seu último mandato, em 1967. Com a extinção da UDN e a cassação de Carlos Lacerda, o qual era seguidor ideológico, retirou-se definitivamente da política. O ex-deputado da UDN vive hoje em Três Lagoas onde é empresário.

FIGURA 5

Ato Inaugural do Hospital dos Ferroviários em Campo Grande.



Fonte: Ibidem, p. 284.

FIGURA 6

Fragmentos de ações parlamentares de Philadelpho, publicada no jornal “A NOITE”.



Fonte: Ibidem, 1994, p. 152.

Assim questionou o ex-deputado Edward Reis Costa: “Pois não fora isso mesmo o que programara Getúlio, com a criação desses dois partidos, a fim de continuar, ele próprio e sua máquina, no poder, depois de sua queda em 45”? Indagamos a respeito da Noroeste do PSD, o ex-deputado pronunciou:

As perseguições aos que adotavam posicionamento adverso aos interesses desses políticos, na estrada, eram escancaradas. Ninguém as escondia. Ninguém as dissimulava. Ao contrário, faziam do anúncio prévio delas o instrumento primeiro de pressão, o qual, já por si, operava efeito esmagador.

O elevado percentual dos seus funcionários no cômputo dos eleitores, acrescido a isto a influência aberta exercida sobre a vida política dos servidores e seus familiares, ditava praticamente o resultado dos pleitos. Acontecimentos históricos, sem dúvida, desses que marcam forte a política num lugar. Não se tratava da conquista de um chefe adversário de força reconhecida; era a conquista do oficial maior do “peessedismo treslagoense”, aquele que, anos após anos, pleitos após pleitos, no meio rural, nos distritos e nas cidades, nas ruas e nas casas, de dia e de noite, manipulava com o eleitorado do partido, com desenvoltura absoluta.

Não seria diferente se a UDN tivesse em suas mãos as rédeas da N.O.B. As disputas entre os dois partidos não respeitava nenhuma postura ideológica ou partidária. Eram disputas onde alguns chefes locais buscavam sobrepor seu poder sobre o outro, quando das eleições de seus representantes no executivo municipal e estadual.

O ex-deputado Edward Reis Costa afirma que, mesmo a União Democrática Nacional estando diante de uma conjuntura desfavorável politicamente, elegera dois dos cinco prefeitos eleitos no período: Miguel Nunes em 1950, e João Dantas Filgueiras em 1962, conforme se pode observar na tabela abaixo.

TABELA 14

Prefeitos eleitos na cidade de Três Lagoas nos anos de 1947 / 1967.

PREFEITOS - TRÊS LAGOAS	PERÍODO	PARTIDO
1- Marcolino Carlos de Souza	1947 à 1951	PSD
2- Miguel Nunes	1951 à 1955	UDN
3- Ranulpho Marques Leal	1955 à 1959	PSD

TABELA 14
Prefeitos eleitos na cidade de Três Lagoas nos anos de 1947 /19667.
(Continuação).

4- Francisco Leal de Queiroz	1959 à 1963	PSD
5- João Dantas Filgueiras	1963 à 1967	UDN

Fonte: *Ata de Posse* de Vereadores e Prefeitos da cidade de Três Lagoas, período de 1945/60.
Tabela idealizada pelo autor.

Para um melhor entendimento a respeito, destacamos que nas eleições para Assembléia Legislativa no Mato Grosso - Uno, ou seja, de 1947, 50, 54 e 58, os dois principais partidos rivais, a UDN e o PSD, elegeram 98 (noventa e oito) deputados das 120 (cento e vinte) Cadeiras Legislativas disponíveis, sendo 48 (quarenta e oito) para o PSD e 50 (cinquenta) para a UDN, o que podemos observar nas tabelas 15, 16, 17 e 18, respectivamente.

Esses dados nos mostram o equilíbrio que havia entre esses partidos, não considerando, aqui, o nível municipal, no qual o PSD manteve, em todo período, uma vantagem significativa, a qual foi demonstrada no capítulo anterior.

TABELA 15
Relação nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1947.

CANDIDATOS-ANO 1947	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Licínio Monteiro da Siva	PSD	1.491
2- Waldir dos Santos Pereira	PSD	1.397
3- José Henrique Hastenreiter	PSD	1.237
4- Virgílio Alves Corrêa Neto	PSD	1.079

TABELA 15

Relação nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1947. (Continuação).

5- José Gonçalves de Oliveira	PSD	1.075
6- Jari Gomes	PSD	1.008
7- Clóvis Huguenev	PSD	991
8- Antonio Mena Gonçalves	PSD	943
9- Antonio Ribeiro de Almeida	PSD	837
10- Penn de Moraes Gomes	PSD	682
11- Guilherme Vitorino	PSD	697
12- Audelino Francisco da Costa Sobrinho	PSD	687
13- Gervásio Leite	PSD	659
14- Salviano Mendes Fontoura	PSD	651
15- Rachid J. Mamed	PSD	675
16- Luiz Philipe Pereira Leite	PSD	606
17- Italívio Pereira	UDN	1.522
18- Cacildo Arantes Junior	UDN	877
18- Adjalmo Saldanha	UDN	786
19- André Malchiádes de Barros	UDN	764
20- Benedito Vaz de Figueiredo	UDN	736
21- Lenine de Campos Póvoas	UDN	680
22- Luiz Alexandre de Oliveira	UDN	652
23- Oclécio Barbosa Martins	UDN	646
24- Octacílio Faustino da Silva	UDN	628
25- Sebastião de Oliveira	UDN	666
26- José Manoel Fontanilhas Fragelli	UDN	741

TABELA 15

**Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para à Assembléia Legislativa,
segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1947. (Continuação).**

27- José Gomes Pedroso	PCB	483
28- Badio Meio	PCB	485
29- Lício Proença Borralho	PTB	600

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral: Retrospectiva das Eleições em Mato Grosso, Cuiabá, 1986, p. 19. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 16

**Relação Nominal dos Candidatos Eleitos à Assembléia Legislativa, segundo as
Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1950.**

CANDIDATOS-ANO 1950	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Júlio Maria Abbott de Castro Pinto	UDN	2.059
2- Adjalmo Saldanha	UDN	1.853
3- José Manoel Fontanilhas Fragelli	UDN	1.386
4- Wilson Coelho	UDN	
5- Camilo Hermelindo da Silva	UDN	1.296
6- Hélio Corrêa da Costa	UDN	1.279
7- José Marinho Falcão	UDN	1.217
8- Gonçalo Botelho de Campos	UDN	1.176
9- Manoel Wenceslau B. Botelho	UDN	1.173
10- Benedito Vaz de Figueiredo	UDN	1.072
11- Lenine de Campos Póvoas	UDN	1.049
12- Manoel de Oliveira Lima	UDN	1.014
13- Rachid J. Mamed	PSD	1.897

TABELA 16

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para à Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1950. (Continuação).

14- Francisco Leal de Queiroz	PSD	1.734
15- Clóvis Huguenev	PSD	1.653
16- Licínio Monteiro da Silva	PSD	1.607
17- Penn de Moraes Gomes	PSD	1.446
18- Rosário Congro	PSD	1.362
19- Heronides de Araújo	PSD	1.184
20- José Monteiro de Figueiredo	PSD	1.076
Francisco Leal de Queiroz	PSD	1.734
21- Salviano Mendes Fontoura	PSD	1.027
22- Humberto Marcílio Reinaldo	PSD	868
23- Henrique Gomes da Silva	PSD	833
24- Vicente Bezerra Neto	PTB	2.584
25- Altair Antunes Brandão	PTB	2.428
26- Antônio José Peniago	PTB	1.154
27- Clóvis Ribeiro Cintra	PTB	1.116
28- Léo da Costa Melo	PTB	1.017
29- Gerson de Oliveira	PTB	923
30- Amorésio de Oliveira	PTB	591

Fonte: Ibidem, 1986, p. 20. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 17

**Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa,
segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1954.**

CANDIDATOS-ANO 1954	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Ruben Alberto Abott de Castro Pinto	UDN	2.993
2- Manoel de Oliveira Lima	UDN	2.928
3- Adê Marques	UDN	2.853
4- Walter Faustino Dias	UDN	2.674
5- Antônio Moisés Nadaf	UDN	2.178
6- Gonçalo Botelho de Campos	UDN	2.152
7- Edward Reis Costa	UDN	2.157
8- José Feliciano de Figueiredo	UDN	2.023
9- Wilson Loureiro de Oliveira	UDN	1.697
10- Hugo Corrêa	UDN	1.646
11- Manoel José de Arruda	UDN	1.615
12- Martinha Marques da Siva	UDN	1.609
13- Hélio Corrêa da Costa	UDN	1.403
14- Dormevil Malhado da Costa Faria	UDN	1.352
15- Antônio Mandes Canale	PSD	3.022
16- Francisco Leal de Queiroz	PSD	2.225
17- Edil Pereira Ferraz	PSD	2.076
18- Sabino José da Costa	PSD	1.847
19- Henrique Gomes da Silva	PSD	1.701
20- Wilson Dias de Pinho	PSD	1.638
21- Sebastião Monteiro da Silva	PSD	1.523
22- Fauzer Scaff Gattas	PSD	1.434
23- Clóvis Hugueney	PSD	1.425
24- Rachid J. Mamed	PSD	1.420

TABELA 17

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1954. (Continuação).

25- Agápito de Paula Boeira	PTB	2.503
26- Vicente Bezerra Neto	PTB	1.229
27- Jacinto Rodrigues de Miranda	PTB	1.171
28- Antonio Célio Mario Spinelli	PSP	1.394
29- Alberto Monteiro	PSP	1.158
30- Manoel Garibaldi C. de Melo	PSP	1.064

Fonte: Ibidem, 1986, p. 21-2. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 18

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1958.

CANDIDATOS –ANO 1958	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Augusto Mário Vieira	UDN	4.618
2- Edilson Britto Garcia	UDN	3.983
3- Edward Reis Costa	UDN	2.767
4- Olívar Enciso	UDN	2.718
5- Manoel José de Arruda	UDN	2.622
6- Ladislau Cristino Côrtes	UDN	2.620
7- Ermírio Leal Garcia	UDN	2.481
8- Hélio Corrêa da Costa	UDN	2.376

TABELA 18

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1958. (Continuação).

9- Wilson Loureiro de Oliveira	UDN	2.353
10- Alexandrino marques	UDN	2.348
11- Manoel de Oliveira Lima	UDN	2.309
12- Ubaldo Monteiro da silva	UDN	2.201
13- Antonio Moraes dos Santos	UDN	2.263
14- Sebastião Nunes da Cunha	PSD	3.582
15- Edil pereira Ferraz	PSD	3.337
16- Ranulpho Marques Leal	PSD	3.221
17- João Francke	PSD	3.141
18- Fauzer Scaff Gattas	PSD	3.072
19- Mário A. Von den Bosch	PSD	3.049
20- Clóvis Huguenev	PSD	3.011
21- Lacinio Monteiro da Silva	PSD	2.921
22- Wilson Dias de Pinho	PSD	2.526
23- Salavador Poncisvalle Filho	PSD	2.515
24- Vicente Emílio Vuolo	PSD	2.456

TABELA 18

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para a Assembléia Legislativa, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1958. (Continuação).

25- Pedro Luis de Souza	PTB	2.561
26- Francisco de Barros Por Deus	PTB	2.132
27- Alarico Reis D'ávila	PTB	2.076
28- Lourival Fontes	PTB	1.851
29- Edimir Moreira Rodrigues	PSP	2.242
30- Waldir dos Santos Pereira	PSP	1.464

Fonte: *Ibidem*, p. 22-3. Tabela idealizada pelo autor.

Na região localizada no sul do Estado de Mato Grosso, a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, em nível municipal, percebemos uma predominância do Partido Social Democrático⁴⁸, entre outros personagens que participaram ativamente desse processo, e de famílias associadas ideologicamente a esses políticos. No entanto, de uma maneira geral, a hegemonia política na região era mantida por um equilíbrio entre o PSD e a UDN, considerando que o poder político determina as relações que ora são visíveis nessa disputa entre os atores envolvidos no período de 1945-58.

Nos pleitos eleitorais que envolviam interesses dos mais diversos em todos os setores, considerando o período pós-anos 50, a disputa pelo domínio da política regional, em consequência do momento histórico que se apresenta, utiliza-se do discurso ideológico como mecanismo de convencimento. A violência coercitiva praticada pelos coronéis ainda

⁴⁸ Nesta região foi possível perceber uma vantagem significativa por parte do PSD, como alguns personagens que iremos citar, aqui, com o intuito de uma melhor reflexão, ligados ao PSD, na esfera municipal, o ex-senador Filinto Müller se apresenta como o político de maior expressão em Mato Grosso. Por Paranaíba, Edú Queiroz Neves (1948-51); Gustavo Rodrigues, mais conhecido por Coronel Gustavo (1955-59); Jovino Garcia Leal (1946-47); Cristóvam Pereira dos Santos (1952-55). Por Três Lagoas, destacamos Marcolino Carlos da Silva (1947-51); Ranulpho Marques Leal (1955-59) e Francisco Leal de Queiroz (1959-63). Por Aparecida do Taboado, Osvaldo Bernardes da Silva (1953-57); Onofre Queiroz Júnior (1957-61) e João Chama (1961-65). Vale ressaltar que esses políticos estiveram inseridos no processo político em seus municípios no período que vai de 1946 à 1963. Período que contempla nosso recorte cronológico. E, por último o ex-deputado Philadelpho Garcia que exerceu uma grande influência em toda região do Bolsão a partir das eleições de 1954 onde desempenhou quatro mandatos consecutivos como deputado federal.

é visível em todos os municípios do Bolsão. Porém, as práticas coronelísticas estão presentes com uma nova roupagem. Coagir, reprimir, perseguir ainda são ditames considerados mas, agora essas ações se manifestam num grau mais dosado. Neste contexto, podemos observar a mesma conjuntura também nas eleições para deputado federal, em que prevalece o mesmo equilíbrio entre o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional.

Vejamos as tabelas 19, 20, 21 e 22, respectivamente.

TABELA 19

Relação nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1947.

CANDIDATOS-ANO 1947	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Leônidas Pereira Mendes	PSD	8.288
2- Carlos Vandoni de Barros	PSD	7.248
3- Wilson Dias de Pinho	PSD	3.543
4- Alteir Antunes Brandão	PSD	3.453
5- Lídio Lima	PR	5.904
6- Carlos de Castro Brasil	PR	5.269
7- Generoso Ponce Filho	PR	4.211
8- Itúrbide Bolívar de Almeida Serra	PR	3.485

Fonte: Ibidem, p. 16. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 20

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1950.

CANDIDATOS-ANO 1950	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Dolor Ferreira de Andrade	UDN	7.532
2- Ataíde de Lima Bastos	UDN	7.272
3- Aral Moreira	UDN	4.616
4- João Ponce de Arruda	PSD	11.037
5- Philadelpho Garcia	PSD	4.528
6- Virgílio Corrêa Neto	PSD	3.406
7- Lizio Proença Borralho	PTB	6.643

Fonte: Ibidem, p. 16-7. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 21

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos para à Câmara Federal, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1954.

CANDIDATOS - ANO 1954	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- José Manuel Fontanilhas Fragelli	UDN	11.702
2- Ittryo Corrêa da Costa	UDN	9.158
3- Rachid Saldanha Derzi	UDN	8.547
4- Júlio Mário Abbot de Castro Pinto	UDN	7.564
5- João Ponce de Arruda	ADST	17.557
6- Philadelpho Garcia	ADST	9.976
7- Wilson Fadul	ADST	9.195

Ibidem, p. 17. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 22

Relação Nominal dos Candidatos Eleitos à Câmara Federal, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos, no Ano de 1958.

CANDIDATO-ANO 1958	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
1- Wilson Fadul	PSD-PTB	18.403
2- Philadelpho Garcia	PSD-PTB	12.335
3- Rachid J. Mamed	PSD-PTB	9.584
4- Fernando Jorge Mendes Gonçalves	PSD-PTB	9.262
5- Rachid Saldanha Derzi	UDN	11.588
6- Fernando Luiz Alves Ribeiro	UDN	10.579
7- Ittryo Corrâ da Costa	UDN	8.590

Ibidem, p. 17. Tabela idealizada pelo autor.

O processo de Redemocratização trouxe uma esperança de liberdade de pós-Estado Novo e, assim, a prática populista é visível nos governos que se sucederam, no entanto, a expectativa de democracia é quebrada porque os políticos garantem a autoridade em relação aos eleitores por meio dos discursos, do “poder da palavra”.

Epígrafe

É, pois, a própria sociedade que impulsiona o historiador a não desistir , que lhe sugere não tropeçar diante do obstáculo da proximidade e até mesmo utilizá-lo para melhor saltar.

Jean-Pierre Rioux (1999)

CAPÍTULO III

**NOVA ROUPAGEM:
A POLÍTICA DESENVOLVIDA
NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE (1945-1958).**

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

Os enormes contingentes marginalizados do campo e da cidade, sendo geralmente analfabetos, não alcançam condições mínimas exigidas na maioria das nações latino-americanas para o exercício da cidadania através da qualificação como eleitores. Não participam, por isto, da vida política, na medida em que esta se realiza por meio de eleições. Participam, todavia, ativamente, em certas circunstâncias especiais. É o caso das manifestações de apoio as lideranças autocrático-paternalistas para as quais estas massas são, às vezes, aliciadas por agentes governamentais. (RIBEIRO, 1983, p. 80).

Ao propormos analisar as práticas desenvolvidas na política no sul de Mato Grosso nas décadas de 40 e 50 e, conseqüentemente, propõe-se refletir também sobre o comportamento das cúpulas oligárquicas, enquanto criadoras de mecanismo de persuasão desenvolvido pelos políticos nos pleitos eleitorais que ocorreram no período, acreditando numa nova performance de representação de poder político.

Esses mecanismos nos levam a considerar as diferenças nas relações políticas dos períodos anteriores, uma vez que as transformações são visíveis nesse novo processo eleitoral adotado a partir de 1945, principalmente pelos grupos pertencentes ao PSD, à UDN e ao PTB, que disputavam a hegemonia do poder regional e, através da análise da conjuntura política da época, conseguimos visualizar, de forma mais clara, as ações desempenhadas pelos candidatos e pelos seus “cabos eleitorais”, e o caminho por eles percorrido na disputa pelo melhor lugar na pirâmide política. Para tanto, foi preciso penetrar no imaginário dos atores nela envolvidos, com o intuito de buscar respostas para nossas indagações.

Refletir de maneira mais clara o desenrolar das relações de poder nos processos eleitorais parece-nos uma oportunidade de compreender de que modo as representações políticas desempenharam seus papéis. Lylia Galetti observa que essas representações trazem no bojo de seu conjunto valores que ajudam a manipular símbolos de diferentes agentes sociais, onde constrói imagens e regiões.

Para um melhor entendimento incorporamos as observações de Lylia Galetti:

(...) discursos que produzem estratégias e práticas sociais, que (...) tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas ou condutas. (GALETTI 2000 apud Chartier, 1988, p. 17).

As transformações visíveis nesse novo processo eleitoral, adotadas a partir de 1945, as relações de poder político entre grupos pertencentes as principais siglas partidárias⁴⁹, trazem em seu bojo uma “Nova Roupagem Coronelística”⁵⁰, aqui estudada nas décadas de 40 e 50, assumiu um exercício de poder monopolizante, cuja legitimidade e aceitação perante seu público alvo, ou seja, os cobiçados votos dos eleitores, faz com que o(s) candidato(s) pratiquem um discurso performativo, de caráter supostamente “democrático”, aproveitando de seu prestígio político, por exercerem um mandato político ou por serem candidatos à eleição ou à reeleição.

Assim, o poder político é medido através da quantidade de votos que dispõe um chefe, local ou regional, no momento de sua afirmação eleitoral enquanto representante ou candidato a representante de uma região, pertencente à elite⁵¹ política de seu Estado. A

49 O PTB, a UDN e o PSD foram formados em início dos anos de 1945: “(...) esse processo de formação de partidos não foi de modo algum arbitrário; seguiu, ao contrário, um processo de aglutinação natural, onde se confundiam identidades de interesses pessoais, sociais e econômicos e, como não podia deixar de ser, o espírito caudilhesco, (...) o Partido Trabalhista reunia os elementos favoráveis a Getúlio e ao continuísmo, e sua política consistia em organizar e ligar-se às massas trabalhadoras, nas quais lhe devia apoiar para a política de continuar no poder. Seus dirigentes se encontravam principalmente entre aqueles que haviam enriquecido com o Estado Novo e que compreendiam que, cedendo migalhas às massas, poderiam continuar a devorar sossegadamente o grosso do bolo. (...) A história da fundação da UDN, (...) esta nasceu em São Paulo, de um grupo de intelectuais de esquerda que não havia aderido a Prestes e procurava formar a primeira fila das hastes que lutavam na oposição (...) logo invadido por todos os elementos oposicionistas a Getúlio e ao Estado Novo, principalmente destacados elementos da nova burguesia industrial e financeira, agora muito mais forte e mais rica e sobretudo mais ousada, a qual havia sido lograda por Getúlio na Revolução de 30. (...) Ao mesmo tempo nascia o PSD, O Partido Social Democrático que (...) política e historicamente, representava “as situações estaduais”, que apoiava o governo central, para sua própria segurança. Representava os tradicionais grupos da burguesia agrária, que antigamente se reunia nos Partidos Republicanos. Sua principal base de apoio continuava a ser a terra e o *coronelato*, a mesma que sustentava os antigos PR estaduais. BASBAUM, L., *História sincera da república: de 1930-1960*, p.134-6.

⁵⁰ Procuraremos conceituar a “Nova Roupagem” Coronelística, no sentido de diferenciar as práticas desenvolvidas pelos coronéis visualizadas na Primeira República (1889-1930), onde esses chefes utilizavam de mecanismos de violência armada e de banditismo, na disputa pelo poder político local e pela posse da terra, principalmente nas regiões onde o poder era disputado pelas oligarquias regionais. Nossas pesquisas, remetem-nos a entender que nos anos pós-1945, não refutando a possibilidade de ter havido práticas desse tipo, mesmo que fragmentada, observa-se um novo momento da política brasileira e nas relações intra-elites, em que as oligarquias regionais procura se reenquadrar na nova conjuntura, utilizando-se de mecanismos de convencimento diferenciado daqueles da República Velha, como apresentados por Valmir Batista Corrêa em “*Coronéis E Bandidos Em Mato Grosso*”.

⁵¹ Sobre o papel da elite política, recorremos a Norberto Bobbio o qual esclarece que em todas as sociedades existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que entre todas as formas de poder - entre aquelas que socialmente

busca pela elite política é uma constante na tentativa de manter o controle das decisões políticas e econômicas.

A autoridade, transmissora de uma mensagem de esperança, utiliza-se de um discurso que sôa bem aos ouvidos “ignorantes”, um discurso oficial que procura simbolizar os anseios da população e, delegando-se como representante legal de uma região, seu discurso encontra-se inserido numa proposta de Redemocratização pós-45⁵², num país que, de contra-partida, apresenta múltiplas representações político-partidárias, tornando-se mais complexas as disputas entre os grupos de poder.

Para diferenciar o poder político de todas as outras formas de manifestação de poder, focalizamos os oportunistas políticos ligados a alguma sigla partidária, que, aproveitando de seu status, garantem a conquista de seu(s) objetivo(s), que nada mais são de elegerem ou relegerem aqueles aos quais apóiam. Elegendo-se ou ajudando a eleger outrem, tem a certeza de que seu discurso ideológico-regionalista se legitima, confirmando sua tática de convencimento.

Neste período de campanha, assumem uma posição de guardiões de seu povo. Quando eleitos, garantem privilégios aos grupos associados e de parentesco, tradicionalmente envolvidos no processo eleitoral.

Esses grupos se vêem agora numa situação cômoda na qual procuram estabelecer laços de “amizade”, usufruindo da posição política de seu representante, no sentido de garantir privilégios afeiçoados pelo poder público, como, por exemplo, os cargos públicos, a facilidade de oficializar e regularizar escrituras de bens e imóveis, etc. Embora ocorra em escala menor, essa prática ainda é notória em nossos dias. Nesta perspectiva, atentamos para o que concebe Jorge:

ou estrategicamente são mais importantes, estão o poder político - a teoria das elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das elites políticas. Ela pode ser definida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha que recorrer à força, em última instância.

⁵² Nos anos pós-1945, podemos observar que: “(...) os partidos políticos fundados logo após a democratização do país, permaneceram com suas posições, (...) o PSD todavia domina ainda o país pelas suas ligações com o “coronelato”, uma vez que sua base continua sendo a grande propriedade, o monopólio da terra, motivo por que luta com tanto ardor contra a reforma agrária. Mas cada vez mais seus interesses se entrosam com o capital financeiro e o interesse do capital estrangeiro, de modo que nada mais o separa da UDN que é, desde sua origem, o partido que representa esses interesses. Poderão esses partidos continuar separados, para efeitos eleitorais, mas nas questões decisivas concernentes àqueles interesses, como a reforma agrária e a defesa do capital estrangeiro, estarão unidos. (...) Do ponto de vista político, esse período se caracteriza particularmente pela luta da UDN em busca do poder, ou seja, a conquista da Presidência da República, se possível eleitoralmente...”. BASBAUM, L., *História sincera da república*, p.229-30).

(...) As sociedades cada uma a seu modo e a seu tempo, define as verdades e os limites que toleram, concedendo ou não espaço às mudanças. Óptam por seus heróis e mitos. Diante disto, ao historiador implica desvendar os fenômenos da História, contidos além da aparência, (...) desvendar a verdade histórica lendo as entrelinhas e sem deixar envolver-se pelo brilho do discurso do poder. (JORGE, 1993, p. 152).

Resta-nos, então, estabelecer quais são os critérios utilizados nesses dispositivos, ou seja, as “verdades” e os limites que são “tolerados” pela sociedade, de que maneira eles são negociados e qual é o grau de tolerância aplicado neste contexto.

Acreditamos que esses conceitos sofrerão novas intervenções, tendo em vista que o conceito de tolerância aqui apresentado, significa um momento de barganha eleitoral que se justifica em função dos conchavos políticos firmados na corrida eleitoral, em que os interesses recíprocos entre eleitores e candidatos ditam o ritmo do jogo político. A tolerância é visível neste contexto em função das vantagens que podem vir a ser conquistada no momento de sua auto-afirmação, considerando ao dois lados, candidato e eleitor, que têm algo para barganhar, no caso do eleitor, o voto.

As partes envolvidas nesse processo esperam ansiosas pelo melhor momento de agir em função de seus interesses, principalmente a classe política dominante⁵³, mesmo porque a incerteza ronda, constantemente e de forma assustadora, os objetivos dos candidatos de elegerem ou reelegerem.

Deste modo, o discurso ideológico populista⁵⁴, assegura a unidade do bloco histórico no Brasil, particularmente no período de 1946-64, no qual o conceito de bloco

⁵³ “(...) Para exercer o poder e justificar seu exercício, os dominantes precisam que as representações acerca do social e do político coincidam com o real e se, neste, povo e elite constituem pólos contraditórios da divisão e luta de classes, os dominantes devem agir de sorte e fazer com que permaneçam soterradas todas as manifestações da diferença e da contradição no interior da sociedade. Esse ocultamento é obtido através de uma prática e de um discurso coercitivo, mesmo e sobretudo quando a coerção não esteja imediatamente visível por ter-se transformado em consenso invisível e interiorizado. A prática e discurso dominantes, (...) estão encarregados de criar em todos os membros da sociedade o sentimento de que fazem parte da mesma maneira, e que a contradição não existe, (...) a contradição deve aparecer como simples diversidade ou como diferentes maneiras, igualmente legítimas, de participar da mesma sociedade”. CHAUI, M. S., *Cultura e democracia*, p.21.

⁵⁴ “No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, o termo tem sido usado para definir um tipo especial de arranjo político no qual os partidos não são devidamente institucionalizados, e a própria sociedade não amadureceu formas organizadas e estáveis de participação. Estas características, associadas ao fato de que o Estado brasileiro tem sido um amplo papel de intervenção e direção, possibilitaram mecanismos diferenciados de participação em relação aos modelos clássicos da Europa. O país viveu, em período muito curto, intensos processos de transformação econômica e técnica que não se fizeram acompanhar na mesma velocidade por transformações sociais e políticas. Estes fatores, (...) contribuíram sobremodo para que se estabelecesse uma íntima relação entre o líder pessoal e a massa desordenada e carente, que via no líder e no Estado um meio eficaz de fazer chegar mais rápido suas demandas aos centros de decisão. Por seu lado, o

político-ideológico nos permite visualizar a prática populista na forma pela qual se apresenta, numa relação dinâmica na qual estão presentes as ideologias dominantes e o uso da máquina do Estado interagindo com a massa popular com o objetivo de controlá-la.

O discurso do político populista visa a identificação das massas com suas propostas de identidade ideológica, fazendo-se presente para a manutenção dessa pirâmide social, percebendo-se nela uma interação político-social, na qual os sujeitos envolvidos procuram tirar vantagens econômicas e políticas dessa relação.

Marilena Chauí aponta algumas características dessa relação, afirmando que:

(...) o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (CHAUÍ, 1989, p. 3-4).

No anos pós-45, mais especificamente nas eleições de 1954 e 58, percebe-se a presença de líderes populistas atrelados e sustentados pelo PSD e pelo PTB, em que o primeiro se destacava por ser um discurso agrarista e conservador, e o segundo buscando representar os trabalhadores das zonas urbanas, tinha a UDN como partido oposicionista e de revanchismo político.

Segundo Chauí, a ideologia pode ser entendida como um caminho forjado que se apresenta num universo imaginário em que as pessoas são induzidas a se identificar com os valores simbólicos apresentados por aqueles que pretendem, de alguma maneira, beneficiar-se de qualquer forma de poder.

Afirma ainda a autora que:

(...) Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal. (Ibidem, 1989, p.21).

Estado construiu um discurso enfatizando seu papel de organizador de uma ampla aliança de interesses pessoais, econômicos e políticos, voltada para o bem-estar nacional”. ARAÚJO, M. C. D’., *O Segundo Governo Vargas-1951-54*, 1989, p.79.

Os fatos econômicos se constituem como a base e como a causa determinante desses fenômenos históricos e sociais visualizados nesse processo, em que os donos do poder desenvolvem ideologias para manter privilégios.

Segundo Pierre Bordieu:

(...) O poder da palavra é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras - quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar - constituem no máximo um testemunho entre outros da garantia de delegação de que ele está investido. (BORDIEU, 1998, p. 87).

Essa observação de Bordieu, remete-nos à questão da representação política, em que certas ideologias se reduzem à constante lamentação sobre os politicantes, sobre a corrupção dos governantes ou sobre a falta de consciência política dos eleitores.

Este tema é um pouco complexo, pois trata de relações de interesse onde percebe-se a utilização de práticas coronelistas⁵⁵, que fazem presentes (mesmo com outra performance), uma vez que, em seu novo tempo, em seu novo momento histórico, ainda conseguiram manter seus interesses como participantes do grupo de poder.

Essa conjuntura sócio-político-cultural é uma herança de um Estado Brasileiro Patrimonial, centralizador e não-democrático, onde a organização política esteve diretamente ligada ao poder dos coronéis, o que foi, em um longo período, paralelo ao poder do Estado, subordinando a sociedade por meio de relações paternalistas, nas quais o político é visto como o “benfeitor” e “protetor”, o fazedor da ordem e símbolo da esperança de dias melhores.

Todos esperam do Estado favores que possam ser redistribuídos de alguma forma. Nesse caso os representantes do Estado, ou seja, os políticos afiançados pelo cargo que ocupam, legislam, na maioria das vezes, em causa própria.

Na sequência, transcrevemos algumas frases do ex-deputado Philadelpho Garcia, o qual se denominava “Deputado Ferroviário”, em relação aos ferroviários por causa da

⁵⁵ “(...) Entretanto, o cerne do coronelismo não tem relação com o papel dos comandantes da Guarda Nacional, mas sim com os aspectos sócio-políticos do monopólio do poder por parte das classes dominantes e auxiliares, nos regimes Monárquico e Republicano no Brasil. Em suma, o Coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas, tais como as que prevalecem durante o período de transição de uma Nação ou região rural e agrária para uma Nação industrial. Os anos limites dessa fase são de 1850-1950. O Coronelismo surgiu exatamente nessa época de crise e instabilidade, para comandar a política local e regional”. EUL-SOO, P., *Coronelismo e Oligarquia-1989-1943. A Bahia na Primeira República*, 1979, p. 20-1.

conquista de alguns benefícios para a categoria. Vale ressaltar que estas frases respeitam a íntegra a fala do ex-deputado e que essa citação foi retirada de seu livro, intitulado *A Versão E O Fato*, publicado no ano de 1994.

Rio. Projeto 803-ª Com indescritível alegria, comunico a essa prestigiosa entidade que a Comissão de Viação e Obras Públicas do Senado acaba de aprovar, unanimemente, o parecer favorável do Senador Alencastro Guimarães, relativo ao meu projeto, concedendo aos ferroviários da gloriosa Noroeste as mesmas vantagens e benefícios já conferidos à Central do Brasil. Afetuosas congratulações.- a) Philadelpho Garcia- Deputado Federal. (...) “Satisfeitos os ferroviários da N.O.B”, respondeu o jornal *Correio da Noroeste*, de Bauru, a 14 de Junho de 53, quando definitivamente, em plenário, os senadores aprovaram o projeto registrado no Senado com o número 32. (GARCIA, 1994, p. 155).

Maria de Lourdes Janotti, (1999, p. 461), observa que: “(...) é notável como alguns integrantes do poder federal (...) em seus pronunciamentos aos seus representados (...) falam genericamente em nome do Brasil, do povo brasileiro e de seus Estados, julgando-se arautos de toda a sociedade”.

A década de 50 se apresenta como uma nova “era” na história política brasileira, exercendo uma forte influência simbólica sobre o imaginário da sociedade brasileira, a qual acredita num modelo de modernidade que trazia no seu bojo um projeto possível de ser alcançado. Esta nova onda de liberdade e igualdade influenciada pelo pós-guerra, é o momento em que a classe política brasileira arregimentada nos dois principais partidos do período, o PSD e a UDN aglutina sobre suas influências a camada média da população urbana e rural.

Nesse viés da representação política, observemos, mais uma vez o que a autora atesta:

Os votos reunidos por outros meios, como a cooptação e a coerção não expressam, de forma geral, os interesses de grupos divergentes e sim posições individuais nelas pesando aspectos psicológicos e irracionais: hábitos, adesão a um partido e hostilidade em relação a outros, preconceitos, (...) tradições familiares etc. Mesmo com todas essas restrições, **o conceito de representação política possui imenso valor simbólico** e histórico na cultura ocidental, introjetando-se fortemente na consciência social como o principal mecanismo de legitimação do exercício do poder no Estado moderno, seja ele democrático ou autoritário. (...) O voto dirigido- enraizado na tradição e na força de chefes políticos -, o colégio eleitoral numericamente pouco expressivo, o insucesso em conter a fraude por meio das reformas eleitorais fizeram com que persistisse o falseamento da representação política no Brasil calcado, acima de tudo, na exclusão econômica de grande parte da população. A coalizão autoritária entre a oligarquia rural e o Estado não

conduziu a uma política bem definida de representação de interesses, nem a uma maior abertura do sistema político a outros setores sociais. (JANOTTI, 1999, p. 455-6; 60, grifo nosso).

Vejamos algumas observações feitas pelo ex-deputado Philadelpho Garcia, quando da aprovação da Lei que beneficiava os ferroviários. Assim estão registrados na íntegra seus depoimentos:

Meu projeto transformou-se numa marcha, que não teve descanso sua aprovação, quase um ano depois. Rio. Projeto 803-A. “Com indiscreta alegria, comunico a essa prestigiosa entidade que a Comissão de Viação e Obras Públicas do Senado acaba de aprovar, inanimemente, o parecer favorável do senador Alencastro Guimarães relativo ao meu projeto, concedendo aos ferroviários da gloriosa Noroeste as mesmas vantagens e benefícios já conferidos à Central do Brasil”. Afetuosas congratulações. – **a) Philadelpho Garcia- Deputado Federal.** Satisfeitos os ferroviários da N.O.B”, respondeu o jornal Correio da Noroeste, de Bauru, a 14 de Julho de 52, quando definitivamente, em plenário, os senadores aprovaram o projeto registrado no senado com o número 32. (GARCIA, 1994, p. 155).

A partir da relação entre os elementos texto/imagem, procuramos refletir sobre a postura como ocupante do poder federal, neste caso a Legislatura Federal, o qual procurou, em seus discursos, posicionar-se favorável aos interesses da categoria da qual se fazia representante, construindo uma imagem simbólica de benfeitor.

Nas lutas políticas os poderosos se dividem em grupos com certas “afinidades” ideológicas e, se estabelecem nos partidos políticos, onde se apresentam como realizadores e defensores do bem-estar social e da democracia, no momento da disputa pela conquista do poder.

Segundo Simon Schwartzman:

(...) A representação política supõe a existência de grupos autônomos, orientados em função de interesses próprios e definidos internamente, seja qual for sua base de identificação econômica, étnica, linguística, religiosa (...). (SCHWARTZMAN, 1988, p. 158).

Necessitamos encontrar variados modos de apreensão, a partir de um enfoque interpretativo sobre a história regional, porque a complexidade de articulações coletivas não são, na maioria das vezes, explicáveis somente pelas práticas de poder político.

A imagem que será exposta a seguir foi vinculada ao texto, com o intuito de melhor refletirmos a relação do político, com sua representação de benfeitor.

FIGURA 7

Homenagem a Philadelpho, em Bauru (1955).



Fonte: *Ibidem*, p. 154.

Consideramos o período da “Redemocratização”, 1945-64, porque a representação política nesse período é bastante complexa e instigante, um período privilegiado por novas propostas de desenvolvimento, desde a “Revolução” de 1930.

Nos anos pós-30, percebemos uma forte influência das interpretações evolucionistas e deterministas na história e um Estado em marcha em direção ao progresso⁵⁶, pelo menos nos projetos do Governo Central os quais traziam a tira-colo, grupos de parentesco ou parentela⁵⁷, ou até mesmo associados com interesses “comuns”, que buscam “novas práticas” de fazer política, o que nada mais significava que se readaptarem às exigências da conjuntura política do momento, objetivando não perder de vista seus interesses.

A roda viva da política pós-45 está, agora mais do que nunca, à procura de restabelecer mecanismos de dominação, mesmo porque o poder ainda é seu principal objetivo, e para alcançá-lo os donos do poder se apresentam em seus respectivos partidos, onde na maioria das vezes esses partidos representam, simplesmente, veículos indispensáveis para chegar ao poder.

Podemos conceituar basicamente a UDN, a coligação PSD/PTB como “lugares” onde os oportunistas se agrupam para tirar vantagens do poder. Não queremos generalizar

⁵⁶ Nosso interesse não é discutir o processo de industrialização pós-1930, mas procurar relacionar a perspectiva de progresso vivido pelo Brasil após este período, com a cultura política adquirida pela política brasileira, principalmente pós-45, em que os “símbolos-chave” estão sempre presentes nos discursos de palanque, ou seja, em manifestações dos “homens do povo”. Citaremos alguns aspectos desse progresso com o objetivo de tornar mais clara nossa argumentação. Com sua política econômica, Vargas procurou seguir um caminho de uma nova dinâmica na acumulação de capital: a **industrialização**, que, com sua rápida ascensão nos anos 30, passou a ser, segundo Celso Furtado, “o fator dinâmico principal no processo de criação de renda”. Os números refletem a extraordinária transformação de um país agrário e exportador para um país que buscava se assentar na produção industrial voltada para o mercado interno. Só para citar um exemplo, de 1933 a 1939 a produção industrial brasileira cresceu em média 11% ao ano, e dos quase 50.000 estabelecimentos fabris que haviam em 1940, aproximadamente 35.000 foram instalados na década de 30. A industrialização brasileira dos anos 30 e parte dos 40 não encontrou as condições financeiras e técnicas para que se implantasse de vez “o núcleo fundamental da indústria de bens de produção”. A industrialização “espontânea” voltou-se para a produção de bens de consumo em atendimento ao mercado interno, isto é, em substituição às importações, por sua vez, a burguesia industrial via no Estado o veículo de defesa de seus interesses.

⁵⁷ Distingüimos três tipos de estrutura coronelística: “(...) primeiramente, o mando pessoal, em que o coronel “domina através de um sistema bem organizado de cabos-eleitorais que vão ver os eleitores, transmitem as ordens e os enquadram no dia da eleição”; em seguida, o chefe político dominando indivíduos também de nível e poder, os quais, por seu turno, dominam o eleitorado, forma indireta de poder do ponto de vista do chefe mais elevado, que o torna menos absoluto do que no primeiro caso, uma vez que neste último o chefe não tem certeza total de que recolherá todos os votos. Finalmente, há também a dominação “colegial”, em que cada membro da família domina uma zona, mas como esta permanece unida e como não tem um chefe marcante, a dominação é mais aristocrática do que monárquica; neste caso, quase todos os postos locais, médicos, juízes, tabeliões, algumas vezes padres e naturalmente deputados, estão nas mãos de gente pertencente ao grupo” familiar (...) assim, quando se estuda o coronelismo em determinada região, é necessário em primeiro lugar verificar qual o tipo de chefia coronelística que existe ao nível do grau superior de mando, ao nível de grau médio, e qual a possibilidade de defesa com que conta o eleitor, no grau inferior da escala de poder. Pois mesmo este nem sempre é totalmente um “pau mandado”, podendo deter alguma possibilidade de manobra”. FAUSTO, B., *O Brasil Republicano: Estrutura de poder e Economia (1889-1930)*, p.157-8. (grifo nosso).

afirmando que todos os políticos pertencentes a essas siglas visavam tão somente a exploração das vantagens do poder. Mas não considerá-los como atores de representação partidária imbuídos nesse objetivo seria, no mínimo, ingenuidade nossa.

Esses instrumentos de representações partidárias não são autênticos, na medida em que as alianças são formadas para disputar o pleito eleitoral. Mas, essas alianças são fundamentais na disputa pelo poder, uma vez que, se percebe uma aglomeração de indivíduos com interesses semelhantes que disputavam a “posse” do Estado, ou parte dele, com o objetivo de dirigí-lo conforme suas conveniências.

Parece claro que esse jogo político segue padrões de dominação política em nível estadual, já que esses grupos se fazem representados nas oligarquias regionais, buscando o apoio do governo Central. Percebe-se, nesse bojo, uma disputa das facções que disputavam nos Estados o apoio do governo Central.

Sobre esse assunto, podemos observar os escritos de Maria do Carmo Campello de Souza, na qual afirma que as posturas dos partidos pós-45, em relação a fragilidade representativa do sistema partidário brasileiro, se caracterizam pela carência ideológica deles, num primeiro momento, seja pelos grupos agrários que os controlam, ou num segundo momento, pelo caráter retrógrado e parcial do Congresso Nacional, o qual, segundo a autora, se vê sustentado pela máquina coronelista.

Reporte-mo-nos à autora que observa:

(...) Assim, os partidos seriam “inautênticos”, “carentes de unidade ideológica e programática”, precisamente na medida em que, através do clientelismo, perpetuariam uma inarticulação de alternativas políticas, em descompasso com os conflitos e diferenciações induzidos pelo desenvolvimento econômico-social. (DE SOUZA, 1983, p. 34).

Por meio deste mesmo viés, podemos situar nossas observações em relação aos partidos políticos pós-45, em particular a UDN, o PSD e o PTB, porque essa falta de autenticidade partidária remete-nos a avaliar, também, os membros que compõem esses partidos.

Podemos observar que a maioria dos partidos representam uma espécie de “clube”, que os políticos utilizam para organizar a exploração das vantagens do poder, visíveis na disputa entre as oligarquias politicantes.

A exemplo dessa prática partidária, nesse caso a do PSD⁵⁸ na década de 50, mais precisamente nas eleições que consagraram Juscelino, transcrevemos as observações levantadas por Evaldo Vieira, relatando que:

(...) O PSD ocupava o Ministério da Fazenda, o das Relações Exteriores, o da Justiça, e o da Viação e Obras Públicas. Assim, pois, do ponto de vista geral, o PSD participava da formulação da política econômica e da manipulação de muitos empregos e de grandes verbas. Para um partido como o PSD, fundado na oligarquia, no ruralismo, no localismo e na distribuição de cargos, a capacidade de exercer poder burocrático e de inspirar a política econômica do País, constituía sem dúvida, valiosa recompensa pelo apoio ao Governo. (VIEIRA, 1987, p. 75).

Em nossa reflexão podemos perceber com clareza, que a relação clientelista sobrevive desde à Republica Velha, caracterizando-se como sobrevivência tradicionalista na relação entre Estado e partidos políticos, principalmente no interior do país, onde o poder dos coronéis se faz presente nas decisões políticas regionais, nesses novos tempos, ou seja, um momento com características distintas da República velha, que é estudado em nosso trabalho.

Bóris Fausto observa que a multiplicidade dos coronéis é o aspecto essencial, a originalidade da estrutura política do Brasil desde a Primeira República (1889-1930), traço que se prende diretamente à estrutura sócio-econômica tradicional do país, fundamentada em grupos de parentela, que podem ser ao mesmo tempo grupos de parentesco de sangue com suas alianças, e grupos associados econômico-politicamente. Afirma, ainda que, no estudo sobre o coronelismo em uma determinada região, temos que nos ater cuidadosamente às características praticadas em relação ao grau de mando que ele exerceu, considerando, também, a possibilidade de defesa do eleitor no sentido de possuir mecanismos que o auxilie no momento de negociação, na qual o voto é utilizado de maneira consciente, ou seja, como moeda de barganha.

⁵⁸ Nesse caso, utilizamos o exemplo do Partido Social Democrático (PSD), mas essa característica pode ser estendida a todos os partidos, porque o objetivo principal de qualquer partido político é chegar ao poder.

3.1. GRUPOS ASSOCIADOS E DE PARENTESCO, NA DISPUTA POLÍTICA NO BOLSÃO-SUL-MATO-GROSSENSE, PÓS-1950.

O Bolsão-Sul-Mato-Grossense, nome forjado, segundo o ex-deputado Philadelpho Garcia nas eleições de 1954-58, atualmente é composto pelas cidades de Três Lagoas, Paranaíba, Cassilândia, Bataguacú, Selvíria, Aparecida do Taboado, Inocência, Brasilândia, Santa Rita do Pardo (ex-Xavantina), Chapadão do Sul e Costa Rica.

A área do Bolsão corresponde cerca de 20% do território Estadual, localizando-se a Nordeste e Leste do atual estado de Mato Grosso do Sul. Compreende as Microrregiões de Cassilândia, Paranaíba e de Três Lagoas, atualmente denominadas pelas siglas MRG 05, MRG 06, MRG 07 e MRG 08⁵⁹, respectivamente, totalizando 11 municípios.

O conceito de região⁶⁰, neste caso a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, nos leva a indagar como desenvolveu o processo político, considerando os dois principais partidos do período, a UDN e o PSD e seus representantes partidários, que tinham por objetivo manter o domínio político no sul de Mato Grosso⁶¹.

⁵⁹ A Microrregiões são assim representadas: MRG 05, composta pelas cidades de Cassilândia, Chapadão do Sul e Costa Rica; MRG 06, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Selvíria e Inocência; MRG 07, Três Lagoas, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Ribas do Rio Pardo e Água Clara, sendo estas duas últimas pertencentes à MRG 07, mas não compõem o Bolsão Sul-Mato-Grossense; MRG 08 composta pelas cidades de Bataguacú, Nova Andradina, Anaurilândia e Baitaporã, sendo estas três últimas cidades pertencentes à MRG 08, mas não fazem parte da composição do atual Bolsão- Sul-Mato-Grossense.

⁶⁰ “O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada e, como tal, desconhecida, contra a definição dominante, portanto reconhecida e legítima, que a ignora. O ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si : as categorias “étnicas”ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de revelação e de construção exercido pela objetivação no discurso”. BORDIEU, Pierre., *O Poder Simbólico*, p.116.

⁶¹ Podemos observar que no período compreendido entre 1946-64, a UDN (União Democrática Nacional) teoricamente representava os grandes fazendeiros do Sul, enquanto o PSD (Partido Social Democrático) representava os políticos ligados ao Governo Central, formado com a liderança de Filinto Müller, no Norte, e seus colaboradores políticos. Nossa pesquisa procura entender esse papel governista dos políticos ligados ao PSD, pois esses, muitas vezes, se posicionavam contra o próprio Governo Central, uma vez que, segundo Marisa Bittar, “(...) As divergências nesse período, todavia, são acentuadamente regionais e não de ordem partidária”. BITTAR, M., *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*, p.128.

Acreditamos que os laços “familiares” e os conchavos políticos entre proprietários de terras, enquanto grupo participante desse processo, por interesses dos mais diversos detinham o domínio de seus currais eleitorais e se aproveitavam de seu prestígio apoiando esse ou aquele candidato, sempre em busca de obterem vantagens dessa associação com os donos do poder.

Podemos incluir famílias associadas⁶² ideologicamente, porque elas pretendiam reinar, sendo sabedoras do peso do seu prestígio local e de sua influência econômica no meio em que viviam. Essas famílias associadas completam variadas classes ou grupos a que estão ligados “ideologicamente”, nos quais muitas vezes, o controle do voto de seus subalternos lhes garante uma posição política vantajosa. Conseqüentemente, o poder do voto é usado como moeda de troca ou barganha, visando unicamente, obter privilégios da máquina do estado.

Essa relação de parentela e de grupos associados econômica e politicamente, pode ser percebida na família Congro⁶³ de Três Lagoas e na de Filinto Müller. Em algumas citações registradas no próprio jornal da família Congro, pode-se comprovar tal observação, como observaremos a seguir: “Se pecados houveram na vida pública de Filinto Müller, uma atitude para nós Mato-Grossenses e Sul-Mato-Grossenses o redime de todos: o amparo e proteção aos estudantes de Mato Grosso”. (Jornal do Povo, Três Lagoas-MS, 11/07/1980, p.3).

Se pecados foram cometidos pelo ex-chefe de polícia política, seus “admiradores” jamais o acusariam de ser injusto, porque era cumpridor do dever patriótico. Esse exemplo nos leva a perceber um cordão umbilical ligando Filinto Müller, representante maior do Partido Social Democrático em Mato Grosso, à família Congro de Três Lagoas, e também ao ex-deputado Philadelpho Garcia, todos associados politicamente e pertencentes à sigla do PSD.

⁶² Em Três Lagoas-MS, uma das cidades que compõem o Bolsão-Sul-Mato-Grossense, podemos citar as famílias Congro e Leal de Queiroz como uma das associadas ao grupo de poder, pertencentes à sigla do PSD, e as famílias Castro Pinto e Reis Costa, entre outras ligadas à UDN.

⁶³ Ressaltamos que o Jornal Do Povo foi fundado no ano de 1949 por Filinto Müller, em associação com a família Congro de três Lagoas-MS.

O ex-Deputado Federal Philadelpho Garcia⁶⁴, ao ser indagado sobre a região do Bolsão, sendo uns dos protagonistas dessa relação de poder político no período proposto, pronunciou:

(...) Havia uma unidade política, e como o meu partido era majoritário nesse campo, nós tínhamos a pretensão de eleger os prefeitos do PSD, nos municípios de Paranaíba, Três Lagoas, Cassilândia e Aparecida do Taboado. (...) **Eu tinha a preocupação de dar atenção uniforme** (...) a todos os municípios, (...) este nome Bolsão ficou conhecido nas eleições de 1954-58 (...) eu é quem fazia o **equacionamento** para que aquele canto tivesse uma ação única. (GARCIA 1994 apud QUEIROZ, 1994, p. 14, grifo nosso).

O político comanda o real utilizando-se de promessas proferidas nos palanques em ano eleitoral, muitas vezes impossíveis de serem cumpridas, promessas imagináveis, pois lança mão apenas de uma retórica convincente, cuja função consiste em despertar admiração dos eleitores. Neste contexto, ele procura uma aproximação íntima, conforme aponta Maria Celina do Araújo (1989, p.79): (...) “Entre o líder pessoal e a massa desorganizada e carente, (...) via no líder e no Estado um meio eficaz (...) de chegar mais rápido suas demandas aos centros de decisão” (...).

Essa mesma liderança, enquanto candidato ou representante político, procura manter uma performance de identificação cultural com seu público-alvo, numa tentativa permanente de construir ou reforçar sua base eleitoral, juntamente com os grupos associados ou de parentesco, os quais, no momento oportuno, lhes dão sustentação político-econômico.

Esses grupos, esperançosos que seu candidato se eleja, esperam ansiosos pela eleição dele, para depois encaminharem seus pedidos como forma de retribuição pelo apoio dado.

⁶⁴ Nasceu em Coxim, Mato Grosso do Sul, em 25 de Março de 1916. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1941. Enquanto acadêmico, ingressou na Polícia Civil do Distrito Federal, em 30 de Outubro de 1943, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde exerceu as funções de secretário do Presidente do Conselho Nacional do Trabalho- hoje, Tribunal Superior do Trabalho na gestão Filinto Müller. Em 30 de Julho de 1947, foi nomeado em comissão, Diretor da Divisão do Interior do Ministério da Justiça, de onde se afastou em 19 de Dezembro de 1950, em decorrência de sua diplomacia pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso, como Deputado Federal, sob a legenda do Partido Social Democrático. Deixou a vida pública em 1967, depois de quatro mandatos consecutivos como Deputado Federal, sob a tutela de Filinto Müller, seu chefe político em Mato Grosso por toda sua carreira política.

Philadelpho Garcia apresenta-se como o representante político do Bolsão. Não estamos garantindo que essa versão seja verdadeira, mas, por ser um dos atores desse processo político regional, observemos seu depoimento:

(...) De Coxim onde nasci, partiram os primeiros apoios para lançar-me à candidatura de deputado federal. Bem perto dali, onde vivi, nasceu meu maior reduto, durante aquela e todas as demais campanhas até o final da minha carreira. Meu carro chefe, Três Lagoas, comandava uma região forte, que me apoiou sempre, irredutivelmente sempre. Locais que já conhecia também em garoto, também nas campanhas anteriores, ao lado de Filinto, reconheciam-me agora como seu candidato. Água Clara, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Cassilândia, Rio Pardo... até Campo Grande alcancei com os relacionamentos feitos nas andanças anteriores. (GARCIA, 1994, p. 128).

É obvio que na região estudada outros políticos ligados ao próprio PSD, como também à UDN e ao PTB (esse último numa escala menor de influência), tiveram participação nesse jogo de interesse.

Nossa preocupação é trazer uma reflexão na qual os fatos possam surgir, de maneira mais clara possível, para que os atores neles envolvidos nos conduzam a elementos capazes de promover a interpretação de parte importante de nossa história.

O jogo do poder fôra estabelecido, os partidos estão identificados e, os protagonistas surgirão nessa relação. As resistências servem como um referencial que auxilia o entendimento das relações de poder, de acordo com o que afirma Roberto Machado:

(...) é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. (...) Que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo no sentido em que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, repressão. (MACHADO, 1979, p. 15).

Ainda nesse viés, Maria Izaura P. de Queiroz observa que:

(...) se os políticos estivessem na dependência de seus eleitores, deviam servi-los, procurando satisfazer seus desejos, em troca do voto, acabavam sendo uma espécie de procurador geral para todas as incumbências, mesmo a de ordem mais particular. (...) Há de verificar também que se trata de local em que diversas famílias pretendem reinar disputando o poder, em que de algum modo tinha uma “consciência”, enquanto detentor de um mecanismo importante, que era o seu voto, objeto de

desejo cobiçado na disputa pelo poder. (QUEIROZ, 1994, apud FAUSTO, 1997, p. 158-60).

Depois de quinze anos do governo centralizado de Vargas, as disputas eleitorais entre os anos de 1945-58, considerando o período conhecido por “Redemocratização” que se estende de 1945-64, são marcadas pela busca de uma reorganização nas relações entre as elites e o resultado legitimou as lideranças, as elites e a volta à democracia liberal, mesmo que por pouco tempo.

Todo jogo político passa a girar em torno das estruturas de dominação política, em nível estadual, na disputa pelo apoio do Governo Central às facções rivais nos Estados. Pang Eul-Soo (1979, p.233) aponta que: “(...) o Brasil assistiu à proliferação de partidos políticos de diversas tendências ideológicas e lealdade regional (...) partidos maiores ou menores, fazendo com que os coronéis se dividissem em facções”. Ainda neste contexto, recorremos novamente à Maria C. Soares D’Araújo, a qual observa que:

(...) A política brasileira durante a primeira metade da década de 1950 é ilustrativa de uma situação de crise. Definida conjunturalmente, essa situação está marcada pela busca de um rearranjo nas relações intra-elites, cujo resultado foi legitimar ainda que a curto prazo, as lideranças e as instituições civis. (...) Simultaneamente, esse processo aponta também para a necessidade de se definir o padrão de participação política no âmbito das cúpulas políticas e do sistema partidário. (ARAÚJO, 1982, p. 31).

O envolvimento, principalmente entre políticos ligados à UDN (União Democrática Nacional) e ao PSD (Partido Social Democrático), é caracterizado pela disputa política pelo domínio político-regional de Mato Grosso no período proposto e pela decadente influência social dos chefes locais ou “novos” coronéis, o que gerará a troca de favores entre ambos.

O PSD, ao longo de sua trajetória enquanto partido de sustentação governista, adota uma postura política em ora se comporta como um partido governista, e ora oportunista⁶⁵.

⁶⁵ “(...) Nos anos 50, o PSD era muito mais o PSD do que Getúlio Vargas. Quer dizer, durante o Segundo Governo, o PSD se comportou muito mais como aliado do que como elemento comprometido dentro do Governo, (...) porque a própria índole do regime democrático permitia uma retomada do Estado Federativo, e isso se refletia também em termos federativos nas instituições, (...) no Governo e nos partidos políticos...”. LIMA, V. R. Plínio, A., *Tancredo fala de Getúlio*, p.21-4.

Só restam ser definidas quais vantagens são negociadas nas eleições pós-45, e o peso que cada uma delas representa nessa barganha eleitoral⁶⁶.

Marisa Bittar destaca que:

(...) no período compreendido entre 1946-64, a UDN (União Democrática Nacional) representava os grandes proprietários do Sul, enquanto o PSD (Partido Social Democrático) tinha perfil governista, tendo sido formado com a liderança de Filinto Muller no Norte. As divergências nesse período, todavia, são acentuadamente regionais e não de ordem partidária (...). (BITTAR, 1999, p. 128).

Essa observação de Marisa Bittar choca-se a de Leôncio Basbaum, pois este último delega à UDN uma posição de partido tipicamente urbano e comprometido com industriais, banqueiros e com a pequena burguesia urbana insatisfeita. É possível que Basbaum tenha generalizado o papel da UDN em nível nacional por não considerar suas características regionais, o que poderia ter contribuído de maneira mais significativa e Ter apontado novas considerações.

O Estado de Mato Grosso, em particular a região do Bolsão localizada no sul do Estado, apresenta características diferentes daquelas defendidas por Basbaum. Uma vez que a UDN está bem representada pelos grandes fazendeiros no Sul, como bem frisou Marisa Bittar, mas isso não garante sua supremacia política no Bolsão-Sul-Mato-Grossense, pois nessa região percebemos um certo equilíbrio entre os dois partidos⁶⁷.

Do mesmo modo, embora essa região fosse representada politicamente por forças rurais (coronéis da terra, fazendeiros e grupos que estabeleceram mecanismos de dominação), o PSD como partido que representava a burguesia agrária brasileira, garante, a nível municipal, sua supremacia no Bolsão.

⁶⁶ Não é, especificamente, objeto de pesquisa desse trabalho a definição dos mecanismos de barganha de forma criteriosa nos processos eleitorais.

⁶⁷ Podemos observar o quadro, nos anexos, no qual apresentamos os eleitos pelos partidos nas eleições pós-1945, ou seja, deputados estaduais, federais, senadores, governadores e prefeitos, pertencentes ao Partido Social Democrático e à União Democrática Nacional, onde podemos constatar o equilíbrio entre ambos, se levarmos em conta o número de representantes eleitos pelas duas siglas, em todas as esferas políticas.

3.2. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS PÓS-45.

Maria do Carmo C. de Souza observa que:

(...) A restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dimensões econômicas internas graves que estabeleceram sérios conflitos de classes, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder, embora exigisse uma reformulação político-institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o presidente Vargas, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo. (DE SOUZA, 1983, p. 64).

Nesta perspectiva, observamos que os valores políticos e culturais adquiridos no momento do perigo⁶⁸ vão dar significação ao momento político, uma vez que é preciso adaptar-se a essa nova realidade, sob pena de perder o bonde da história, mesmo porque todo período de transição é rico em acontecimentos que contribuem, decisivamente, para o processo construtivo e transformador da história.

É o momento em que, dos possíveis escombros da velha ordem, verifica-se uma readaptação dos mecanismos que são utilizados pela elite política, numa clara tentativa de continuar no topo da pirâmide de poder.

Os agentes adotam uma nova roupagem coronelística que visa a manipulação das massas assistidas nesse período e que se justifica pela necessidade de adaptação às transformações sociais concomitantemente ocorridas. Estas transformações, no entanto, não significam, necessariamente, mudanças radicais nas práticas de dominação.

Procurando um viés que nos permita refletir a respeito deste processo de transformação, onde a massa, a população em geral inicia um processo de conscientização social, tomando posse de sua parcela de contribuição democrática na tentativa de também

⁶⁸ Entende-se aqui como o momento do perigo as trocas culturais emergentes nesse novo momento da política brasileira, nas quais os partidos políticos procuram sua auto-afirmação partidária, e não podem ser vistos como um baú intocável, pois existem traços culturais permanentes e dinâmicos, em que os atores envolvidos assimilam esses novos valores culturais interagindo entre si, procurando, cada um, desempenhar seu papel, em função de seus interesses em jogo.

decidir os destinos do país, incorporamos os escritos de Francisco Weffort⁶⁹, que afirma que era a hora de (...) “cortejar as massas”, diferenciando o período Pós-1945 da República Velha”.

Percebe-se que, pela proposta de renovação democrática pós-Estado Novo, há uma expectativa para a população no sentido de requerer para si a oportunidade de reclamar seus direitos e de participar de forma direta do destino do país, o que no Estado Novo lhe era negado. De uma maneira ou de outra, o que se verifica é a continuidade de um processo de manipulação pela elite política brasileira em relação ao “povo miúdo”, o que se destaca nos pleitos eleitorais.

A ação política de interesses públicos, caracterizada pelo bom uso do poder social com a finalidade de alcançar o bem comum da maioria do povo, está estacionada nos discursos demagógicos que visam dissimular a realidade social. Esta ação política percorre o caminho dos interesses particulares, caracterizando-se pelo uso do poder social em benefício de pessoas ou grupos privilegiados, desprezando-se o bem comum.

Observamos, mais uma vez, os apontamentos de Evaldo Vieira, ao afirmar que:

(...) Neste período, as camadas mais humildes da população brasileira tinham visto surgir a possibilidade de reclamar perante o Estado o cumprimento de seus direitos. A chamada “questão social” tornara-se questão legal, sobretudo em virtude do aparecimento da legislação trabalhista, uma das principais preocupações de Getúlio por ocasião de seu primeiro governo. Afastado do poder em 1945, Vargas recobrou em 1951 a liderança das massas populares, pretendendo ocupar o novo cargo em nome delas. Naturalmente, a partir de 1945, as condições reais de exercício da direção do Estado tinham-se alterado profundamente, de modo especial devido ao envolvimento das massas populares na luta política, gerando forte pressão sobre o poder. (VIEIRA, 1987, p. 19-20).

⁶⁹ “(...) 1950 está incluído no período conhecido na historiografia como o “democracia populista”, que compreende os anos de 1945 a 1964. A bibliografia sobre o regime político vigente destaca-se por questionar seu caráter democrático. (...) As questões-chave que envolvem estes fatos dizem respeito não só ao ano de 1950, mas permeiam toda a década. O marco fundamental deste período é a questão da incorporação da classe trabalhadora na sociedade organizada, tanto no sistema político-partidário quanto no mercado cultural. 1950 faz parte da transformação do Brasil em uma sociedade de massa, quando se consolida a sociedade a sociedade urbano-industrial. (...) Organizam-se os grandes partidos, UDN, PSD e PTB, que em contraste com os partidos da República Velha procuravam alcançar uma dimensão nacional. (ESSUS, A. M. M. de.; GRINBERG, L.; O Século faz cinquenta Anos”: fotografia e cultura política em 1950. In: Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. Resumo: Marco Zero, 1994, p. 130-32 apud Francisco Weffort: O populismo na política brasileira, São Paulo: Paz e terra, 1980, p. 22).

Este momento é caracterizado pelo rearranjo nas relações intra-elites. O eleitor-cidadão do Pós-45 procura beneficiar-se dos novos mecanismos trazidos no bojo das discussões políticas da Redemocratização.

O eleitor se atenta nesse momento à(s) possibilidade(s) de utilizar seu voto como poder de barganha, negocia seu poder de barganha consciente, mesmo porque a realidade lhe garante certa liberdade democrática, o que na República Velha era quase impossível em função da conjuntura política visível naquele período, na qual se percebia uma total submissão eleitoral, imposta mediante a conjuntura assistida naquele momento histórico específico.

Não queremos garantir a ausência da submissão em questão, mas a sua existência se apresenta em um grau menor de influência senhorial.

Na Primeira República, principalmente nas regiões sertanejas ou de periferia, o voto de cabresto significava que um determinado chefe político ou até mesmo fazendeiro que o apoiava, detinha o poder de estender suas influências de forma autoritária em relação aos seus empregados, exigindo que eles votassem no candidato indicado, sob pena, se assim não o fizesse, de serem demitidos, perseguidos, ou até mesmo mortos.

O eleitor, nessas áreas, não tinha opção por esse ou aquele candidato, pois estava atrelado à realidade de mandonismo local, vivenciando, muitas vezes, um estado de pobreza e submissão justificado pela prática do banditismo como forma de justificação do poder do coronel em seu curral eleitoral.

Não estamos afirmando, de maneira generalizada, que as relações de poder político são totalmente inversas em relação à República Velha e a década de 40 e 50 do século XX, mas podemos afirmar que se percebe uma mudança significativa nessas relações em função da evolução ou das transformações sociais, ocorridas no período apontado anteriormente.

Em meados do século XX, o voto de cabresto não é dado inconsciente, (não queremos afirmar que na Primeira República o era), ao contrário do que se pensa, é utilizado como moeda de barganha, com o objetivo tirar proveito e de se beneficiar.

O eleitor é sabedor do desejo que os políticos têm pelo seu voto. Ele então negocia em função de suas necessidades materiais no momento oportuno.

Por outro lado, segundo o entendimento dos caçadores de votos, o eleitor precisa receber um novo tratamento, precisa ser bajulado, porque a ele pertence o voto, objeto de desejo num processo eleitoral.

Nesse momento entra em cena o discurso demagógico, performativo, que busca fomentar no eleitor a confiança por melhores dias, mais trabalho, educação, saúde, segurança, enfim, símbolos-chave dirigidos à massa com o propósito de convencê-las que ele é o melhor candidato, o verdadeiro representante do bem-estar social e econômico.

As definições desses novos cidadãos, para Néstor Canclini, são as seguintes:

(...) Esses novos cidadãos conseguem sê-lo dentro de relações assimétricas de poder, em ritualização que às vezes substituem a interação e a satisfação material das demandas. Nesse processo é importante a convergência do populismo político com a indústria cultural, ao levarmos em conta que nas sociedades modernas o povo existe como massa, como público de um sistema de produção simbólica (...) os populistas tratam de que o povo não permaneça como destinatário passivo das ações comunicacionais. Seu programa cultural (...) constrói cenários nos quais o povo aparece participando, atuando. (...) A difusão de sua cultura e arte, caminha lado a lado com encenações imaginárias de sua representação. (CANCLINI, 1998, p. 264-5)

A legitimação do político enquanto “homem do povo” se dará através da manipulação da propaganda desses símbolos-chave, os quais permitem construí-los segundo suas necessidades preconizadas.

O poder da palavra do político enquanto representação é reafirmado no momento de propagação de seus “ideais” que, avalizados pelo seu status social e econômico, deslocam-se para o meio da massa, a qual “assimila” os valores culturais, e o identificam como o “salvador da pátria”, por conta da prática de um discurso demagógico para quem o ouve, porque ele se apossa de uma ideologia dominante⁷⁰.

Essa manipulação de símbolos reflete nas propagandas eleitorais, uma vez que interesses antagônicos são visíveis na disputa entre candidatos, no sentido de garantirem seu espaço no jogo que se travava na corrida pela hegemonia do poder político regional.

⁷⁰ Escobar observa que “a ideologia é um sistema de representações que possui sua lógica, e que se apresenta através de imagens, mitos, idéias ou noções, cumprindo funções na sociedade. Na ideologia a função político-social se sobrepõe à função teórica ou função de conhecimento. A ideologia tem então uma dupla relação: com o conhecimento, por um lado, e com a sociedade, por outro lado. Ela se constitui nas formações sociais aparece como formações específicas, ou seja, como sistema de representações, como o “cimento” indispensável à coesão das práticas numa formação social. Por ela, (...) os “sujeitos” se veem representados e se fazem representar. (...) A ideologia é um efeito obrigatório da estrutura, ela é o que é, e na medida mesmo em que a estrutura como tal se apresenta deformada nas representações das classes, dos grupos e dos indivíduos (...) resulta das articulações de uma estrutura particular, na forma de existência das práticas diferenciáveis, e consiste na deformação destas articulações por meio de representações, (...) uma ideologia é um sistema de noções que toma a forma de princípios morais, leis, concepções, presentes nas práticas habituais como o “senso comum”, as instituições jurídicas (...) ou de uma maneira teórica como discursos éticos, teológicos e filosóficos”. ESCOBAR, C. H., *Ciência da história e ideologia*, p. 67-8.

Harold Dwight Lasswel, observa que:

(...) há um denominador comum nas manifestações do homem do povo e do pensador ou do ativista. Todos usam símbolos-chave. O símbolo-chave é um termo básico do mito-político. Nos Estados Unidos, “direito”, “liberdade” democracia”, “igualdade”, são palavras chaves. (LASSWEL, 1982, p. 15).

No Brasil essa prática do mito-político repete-se, no entanto, aqui, as palavras são outras: “educação”, “segurança”, “saúde”, “habitação”, “emprego”, entre outras tantas mais.

Nas palavras de Everaldo Rocha, “(...) o mito é uma narrativa. É um discurso, uma fala. É uma forma de as sociedades espalharem suas contradições, exprimirem seus paradoxos, dúvidas e inquietações”. (ROCHA, 1981, p.175).

Segundo Gisálio Cerqueira Filho:

(...) as condições estruturais criadas na emergência de um discurso político cujos apelos se dirigem à sociedade como um todo, com base num conjunto de idéias-símbolos que ocultam as formas objetivas de dominação burguesa (...). (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 149).

Essa interação cultural entre os caçadores de votos e os eleitores dispostos a barganhar, este último utilizando-se do voto como moeda, estabelece valores, cria novos signos de identidade, em que se percebe um jogo bilateral, já que ambos os lados procuram se situar marcando posição mais cômoda e confortável nesse jogo de interesses, no qual candidatos e eleitores têm intuito de garantir alguma vantagem.

O poder simbólico utilizado pelos poderosos como um mecanismo de sustentação política na constituição do Bólsão-Sul-Mato-Grossense, apresenta símbolos que funcionam em grau significativo nessa relação porque, alterando e mantendo essa prática, eles buscam estabelecer relações de boa vizinhança, aproveitando de suas influências políticas como mecanismo oficial de autoridade constituída, legalmente representada no momento de auto-afirmação, ou seja, colocando seus nomes à apreciação da massa eleitoral.

Como bem lembrou Valmir B. Corrêa, o voto de cabresto ainda é praticado nesse período, em menor grau, mas numa conjuntura de mandonismo local e regional em que os coronéis ligados à política partidária estabelecem novos mecanismos de dominação, principalmente à partir do crescimento de algumas cidades no sul do Estado e também pela construção de uma estrada de ferro nessa região, o que fez com que o espaço dos coronéis

se restringisse ao meio rural, e não o utilizassem, de forma constante, os “banditismo” na política partidária.

Mais uma vez, reportamo-nos a Pierre Bordieu que observa:

(...) Há uma retórica característica de todos os discursos institucionais, quer dizer, da fala oficial do porta-voz autorizado que se exprime em situação solene, e que dispõe de uma autoridade cujos limites coincidem com a delegação da instituição. (...) O uso da linguagem, ou melhor, tanto a maneira como a matéria do discurso, depende da posição social do locutor que, por sua vez, comanda o acesso que se lhe abre à língua da instituição, à palavra oficial. (BORDIEU, 1998, p. 87).

Neste mesmo contexto, Georges Balandier salienta que:

(...) O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada, teria uma existência ameaçada. (...) Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. (...) Só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos. (BALANDIER, 1982, p. 7).

Segundo Terezinha Lima Tolentino, na década de 50 a população rural de Mato Grosso somava 193.553 habitantes, contra 113.018 da área urbana.

Na década de 60, a população é de 341.665 e 242.182, respectivamente.

Vejamos a tabela abaixo.

TABELA 23

Evolução da população em Mato Grosso.

ÁREA	ANO	POPULAÇÃO
Urbana	1950	113.018
Rural	1950	193.553
Urbana	1960	242.182
Rural	1960	341.665

Fonte: TOLENTINO, 1996, p. 181. Tabela idealizada pelo autor.

Esses números forma citados apenas para confirmar a hegemonia do meio rural enquanto detentor do maior número de eleitores e as possibilidades que a burguesia agrária conservadora visualizava no sentido de manipular essa grande massa eleitoral.

Leôncio Basbaum afirma que essa burguesia agrária conservadora estava atrelada ao Partido Social Democrático, o qual é representante típico dessa classe. Neste sentido, uma vez que a população rural é maior do que a urbana, parece claro que esse atrelamento entre políticos e a burguesia agrária no sul de Mato Grosso nas décadas de 40 e 50.

Philadelpho Garcia do PSD, eleito por quatro mandatos consecutivos, delega para si o fato de ser o responsável, o “dono” do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, apoiado por grupos associados e de parentesco⁷¹, considerando o apoio do ex-senador Filinto Müller, um dos políticos mais influentes na política nacional e regional, pertencente à sigla do PSD, partido este que, sendo o principal partido nacional no período pós-1945, foi criado a partir da conjuntura estrutural regional do país e caracterizado pelas interventorias montadas pelo Estado Novo.

Cláudio Freire observa que:

(...) Em regiões onde o poder oligárquico, assentado preferencialmente sobre o latifúndio, ainda mantêm a hegemonia política, (...) a oratória e seu domínio nos palanques e meios de comunicação tem servido como forma avançada de embotamento das consciências e estratégia largamente utilizada para manutenção de propostas continuístas de poder político por parte das oligarquias regionais. (SOUZA, 1997, p. 31).

A fim de cumprir nossa proposta de entender as disputas políticas no sul de Mato Grosso, nos anos posteriores à 1945, tomando por base a região do Bolsão (região localizada à Nordeste do atual Estado de Mato Grosso do Sul), procuramos estabelecer como parâmetros as disputas entre o PSD e a UDN.

Pelo lado do PSD, temos a figura marcante do senador Filinto Müller, a do deputado Philadelpho Garcia, a da família Congro em Três Lagoas e a dos grupos associados, ligados ao Partido Social Democrático, caracterizado pelo domínio das oligarquias regionais, no período de pós-eleições de 1954-58.

⁷¹ Podemos citar a família Congro, pois Stênio Congro e o irmão Hélio Congro (este último tendo sido prefeito de Três Lagoas em 1974), são fundadores do Jornal Do Povo de Três Lagoas, inclusive com a participação de Filinto Müller em 1949, família ligada política e ideologicamente ao ex-chefe de polícia, e, na oportunidade, ao Partido Social Democrático.

Philadelpho Garcia, nasceu na cidade de Coxim e viveu durante um período em Três Lagoas, onde concluiu o curso primário e construiu seu reduto eleitoral, político pertencente à sigla do PSD, com grande ligação de fidelidade ideológica e dependência política a Filinto Müller, o que é justificado pelo programa paternalista do qual foi um dos beneficiados, conforme podemos comprovar com a afirmação de Estella Maris, (1993, p. 36): “(...) Um dos jovens que chegaram ao Rio de Janeiro graças ao apoio de Filinto Müller, foi Philadelpho Garcia, que fez uma longa carreira política ao lado e a sombra de Filinto Müller”.

Na ilustração que se segue (19 de Setembro de 1941), em que Getúlio Vargas é escolhido para Paraninfo da turma de Direito. Entre os formandos, se encontra Philadelpho Garcia, afilhado de Filinto Müller. “Graças a Filinto pude estudar no Rio de Janeiro”, afirma Philadelpho.

Na foto superior, à esquerda de Vargas, Philadelpho Garcia e na foto inferior, aparece discursando.

FIGURA 8

“No Palácio do Catete”.



Fonte: *Ibidem*, p. 64.

Abaixo, algumas ilustrações que atestam essa aproximação de Filinto Müller a Philadelpho Garcia, em que o próprio Philadelpho observa:

FIGURA 9

EU...



Fonte: Ibidem, p. 316.

FIGURA 10**Deixando a Polícia.**

Fonte: *Ibidem*, p. 86.

Segundo o ex-deputado Philadelpho Garcia, fora apresentado Filinto Müller no Bolsão onde, segundo ele, sempre procurou manter alinhado ideologicamente ao seu padrinho e chefe político. Não divergia, jamais, dos objetivos traçados pelo Senador, que almejava eleger-se governador por Mato Grosso⁷², fato que nunca se concretizou.

O homem “forte”, o político temido, respaldado pela representação de ex-chefe da polícia-política de Vargas jamais conseguira eleger-se Governador pelo estado de Mato Grosso, como po exemplo, nas eleições de 1950. Nesse período, não conseguira sequer o apoio do próprio Vargas, seu ex-chefe de Governo e candidato à presidente da República nas eleições de 1950⁷³.

Podemos perceber o cordão umbilical⁷⁴, que liga o deputado Philadelpho Garcia ao senador Filinto Müller, quando Philadelpho Garcia foi convidado, indiretamente, pelo presidente Getúlio Vargas, eleito a 03 de Outubro de 1950, para aderir à sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), na tentativa de costurar sua base na Câmara dos deputados. Não obteve êxito porque, segundo Philadelpho, ele não podia e jamais trairia o seu “padrinho”, pois havia entrado para a política com a bênção de Filinto que já desfrutara da vida parlamentar.

O convite foi levado por Darton Coelho, Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e presidente do PTB, como ilustra a narrativa da negociação, citada pelo próprio Philadelpho Garcia (1994, p.136): “(...) o convite é para que o senhor entre para o PTB. Se o senhor

⁷² O fato de o senador Filinto Müller nunca ter sido eleito governador por Mato Grosso, não é objeto de análise nesse capítulo. Mas deixaremos algumas observações inerentes a esse episódio. Philadelpho Garcia justifica a derrota do candidato do PSD para o candidato da UDN, observando que o general do Exército, Américo Marinho Lutz, o qual durante 8 anos comandou a estrada de ferro Noroeste do Brasil, também deixara o Governo com a saída de Vargas em 1945, fazendo sua “base” no Mato Grosso junto dos grandes fazendeiros da UDN. Na campanha para presidente da República, em 1950, Lutz oferece em nome da UDN de Mato Grosso um cheque no valor de 50 mil cruzeiros como contribuição à campanha de Vargas, sem compromisso algum por parte da UDN. Segundo Philadelpho, Lutz insiste em dizer que, se o partido não quer nada em troca, afirma que Getúlio é descomprometido. Filinto Müller acreditava no apoio de Vargas à sua candidatura a governador do estado de Mato Grosso pelo PSD, mas em pleno palanque, Vargas anunciaria que apoiaria o candidato que fosse eleito, sem mencionar o seu apoio a seu ex-chefe de polícia do Distrito Federal. Desta forma as eleições foram vencidas para presidente da República por Getúlio Vargas e, para governador, pelo candidato da UDN, Fernando Corrêa da Costa, em Mato Grosso.

⁷³ Sobre o aspecto relacionado ao apoio não dado por Getúlio nas eleições de 1950 à Filinto Müller, esse último candidato à Governador pelo Mato Grosso foge, aos objetivos desse trabalho.

⁷⁴ Filinto Müller cria um controle sobre o eixo Rio de Janeiro e Mato Grosso, onde pôde executar sua política paternalista, criando complexo sistema de lealdades que tinha o poder de alterar posições políticas tradicionais e manter o controle sobre seu Estado natal. Philadelpho Garcia foi um dos jovens que foi favorecido por essa política de associação entre Filinto e famílias que lideravam politicamente as cidades de Mato Grosso, como bem frisou JORGE, E. M. F., *Filinto Müller: memória E Mito*, p.35.

entrar para o PTB, passará a ser o “dono” do Mato Grosso. A decisão sobre cargos e movimentação política toda estarão em suas mãos (...)”.

Em resposta à proposta encaminhada pelo Presidente, Philadelpho responde:

(...) Estou muito satisfeito com o convite do presidente. (...) E o senhor pode dizer a ele que, na medida do possível, ele pode contar comigo na câmara, darei todo o apoio a ele. (...) Agora, **trocar de partido não posso**, porque **sou ligado ao senador Filinto Müller, ideologicamente, e não posso divergir desse objetivo. Ele é meu chefe político no Mato Grosso.** (GARCIA, 1994, p. 136, grifo nosso).

Na sequência, apresentamos três ilustrações que mostram o estreitamento político entre o ex-deputado Philadelpho Garcia com o Senador Filinto Müller.

FIGURA 11

Diário de Viagem.



Fonte: Ibidem, p. 228.

FIGURA 12

Sempre Juntos.**SEMPRE JUNTOS**

Filinto e Consuelo, Eurídice e eu, duas famílias sempre unidas.
Na recepção à mãe de Consuelo. Nas recepções em
embaixadas no Brasil. Nos jantares de comemoração.

Fonte: *Ibidem*, p. 234.

FIGURA 13**A Profecia...****A PROFECIA**

Uma vez, Coronel Alfredo Justino de Souza, dos tempos de Três Lagoas profetizou.
- Este menino vai ser político. Vai ser o político da família.

Fonte: *Ibidem*, p. 140.

Em defesa de Filinto Müller, Philadelpho publicou em seu livro “A VERSÃO E O FATO”, p. 120, reportagem publicada no Jornal O Globo, de 25 de

Outubro de 1985, onde Filinto Müller é defendido no caso da deportação de Olga Benário, esposa de Luis Carlos Prestes, como mostra a ilustração abaixo.

FIGURA 14

“O Globo”, 25 de Outubro de 1985.



Fonte: Ibidem, p. 120.

Essa união envolvendo o ex-deputado Philadelpho Garcia e o ex-senador Filinto Müller, se faz presente em todo trajeto político de Philadelpho, desde os estudos no Rio de Janeiro, de 1935 a 1941, sob a tutela de Filinto, a filiação ao PSD, os seus quatro mandatos como Deputado Federal na região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, ou seja, no período que se estende de 1941 e percorre toda década de 50, até deixar a vida pública em 1967.

Epígrafe

Mais importante do que o próprio passado (...) é sua influência sobre as atitudes culturais do presente.

Edward Said

CONCLUSÃO

Desde o Período monárquico as elites dirigentes do Brasil construíram uma estrutura de poder político com o qual almejavam garantir privilégios, no decorrer das mudanças que ocorreram, o que adentrou no Período Republicano e permanece até nossos dias.

Cumprir o papel que lhes cabia no que se refere à manutenção de privilégios (considerando aqui nosso recorte cronológico, período compreendido entre os anos de 1945-58), os políticos contavam com a “simpatia” das associações de grupos atrelados ideologicamente e de parentesco, que procuravam garantir para si favores da máquina burocrática construída pelo governo de Getúlio Vargas.

Os “de dentro”, como foi chamado por Thomas Skidmore os grupos de cooperação, tinham-se beneficiado dos anos de Vargas e preferiam um mínimo de modificações no sistema que conheciam. Eram os homens que haviam dirigido as mais importantes criações políticas daquele Governo. As novas máquinas estaduais e a nova aparelhagem governamental construída estavam praticamente nas mãos dos chefes políticos locais ligados e das oligarquias regionais.

Como nos Estados e nos municípios o poder político garantia poder de decisão e de manipulação de cargos e serviços e era a tônica que levava a disputa entre os rivais partidários e correligionários, foi possível concluirmos, provisoriamente, que houve domínio político dos coronéis, associados à máquina do Estado, nos municípios.

No bojo das disputas bi-partidárias entre seus membros, foi possível visualizar a elaboração de um imaginário popular, em que a prática do discurso era somada aos símbolos e mitos. José Murilo de Carvalho observa que os aspectos do mito e do simbólico, “(...) por seu **caráter difuso**, por sua **leitura menos codificada**, torna-se **elementos poderosos de projeção de interesses e medos coletivos (...)**” (CARVALHO, 1990, p. 10, grifo nosso). Deste modo, como base de legitimação de seu regime político, as elites políticas ligadas ao PSD e à UDN procuraram desempenhar, nos Estados e nos municípios, práticas de reconhecimento por parte dos trabalhadores urbanos e rurais.

O discurso simbólico é detectado como mecanismo de projeção de um modelo de representação uniforme no Bolsão-Sul-Mato-Grossense, no entanto, nos atemos a um enfoque de dimensão política, não significando, portanto, empreendermos uma discussão em relação ao aspecto fronteiriço enquanto característica de divisão administrativa.

Os símbolos trazem consigo uma mensagem do seu emissor na representação que ele se propõe. Os discursos, nas inaugurações de prédios públicos como hospitais, centros de saúde, caixas-d'águas centrais, têm por objetivo construir valor de significação recheado de um discurso populista.

A representação social, que tem como plataforma de auto-sustentação um discurso ideológico populista o qual se apresenta com idéias, imagens e mitos visa garantir a supremacia de seu partido sobre o adversário.

Os principais partidos do período, a União Democrática Nacional, Partido Social Democrático e, por último, o Partido Trabalhista Brasileiro e seus correligionários, procuram sustentar suas posições políticas em nível nacional, contando com o apoio dos grupos organizados nos Estados e municípios, onde detectamos a presença marcante nessas relações, de alguns mecanismos, se é que podemos chamá-los assim, como as relações de parentesco, grupos associados ideologicamente e de interesses, que funcionam como o cimento indispensável à coesão de práticas na formação social.

Esta conjuntura é visível em todos os níveis da esfera da máquina dos governos, onde o jogo político passa a girar em torno das estruturas de dominação em nível estadual, o que é mais evidente na disputa do apoio do governo central às facções que se digladiavam no sul de Mato Grosso Uno, no período pós-Redemocratização.

O Bolsão-Sul-Mato-Grossense, portanto, como região significou uma tentativa de se criar um curral eleitoral, tanto do PSD como da UDN, onde os políticos representantes daquela região pudessem manter um controle social e político, contando com o apoio dos coronéis nos municípios, e de grupos associados ideologicamente. Vale ressaltar que os coronéis eram uma espécie de mecanismo de cooptação e que estavam dispostos a beneficiarem dos favores da máquina do Estado, independente da sigla partidária.

Haviam, portanto, alguns coronéis que estavam ligados ideologicamente a este ou aquele partido, mas alinhá-los de maneira generalizada seria, no mínimo, ingenuidade nossa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In: SILVA, Marcos da (org.) *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.12-3.

ANA, Maria M. de Andrade Essus & GRINBERG, Lúcia. “*O século faz cinquenta anos*”: *fotografia e cultura política em 1950*. Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964, São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 130-32.

ARAÚJO, Maria Celina Soares D'. *O Segundo Governo Vargas - 1951-54*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.31; 72 ; 79.

ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p, 42-83.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da república: de 1930-1960*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985, p. 134-230.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília:UNB, 1982, p.6-7.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. Da Universidade de Minas Gerais, 1998, p.21.

BOBBIO, Norberto. *Curso de Introdução à Ciência Política: Grupos de Pressão e Mudança Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p.78-80.

_____. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1997, v.2.

BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p.116.

- _____. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.87.
- BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999, p.128.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 4ª ed.; São Paulo: CORTEZ, 1989, p.3-21.
- _____. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 200, p.89.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, 10.
- CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.264-5.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “Questão Social” no Brasil: Crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p.149.
- DE SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado E Partidos políticos no Brasil*. 2ª ed.; São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, p.64-113.
- EUL-SOO, Pang. *Coronelismo e Oligarquia-1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1979, p.233.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. *Ciência da história e ideologia*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p.67-8.
- FAUSTO, Boris. *História Da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981, p.126-7; 164-5.
- FERREIRA NETO, Edgard Leite. *Os partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p.11-3; 55-7; 60-1.

GARCIA, Philadelpho. *A Versão E O Fato*. Londrina: Branco e Preto, 1994, p.131-48.

GOFF, Jacques Le. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.108-9.

_____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p.476.

GOUBERT, Pierre. *História Local*. Revista Brasileira de História- ANPUH- Uberlândia: História & Perspectivas, 1992, p.45-55.

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias Do estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.254-5.

JORGE, Estella Maris Floresani. *Filinto Müller: Memória E Mito (1933-1942)*. (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1993, p.35-6.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Poder Oligárquico e a Imprevisibilidade Das Urnas*. Apud Simpósio Nacional da Associação Nacional de História, Florianópolis: Fronteiras, 1999, p. 455-6; 461.

LASSWELL, Harold Dwight. *A Linguagem da Política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p.115.

LIMA, Valentina da Rocha e RAMOS, Plínio de Abreu. *Tancredo fala de Getúlio (depoimentos)*, (Programa de História Oral / CPDOC-FGV). São Paulo: L&PM Editores LTDA, 1986, p.21-4.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, p.19-20; 90).

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.15.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980, p.139.

NEVES, Maria Manoela N. de Novis. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral-(caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p.94.

QUEIROZ, Conceição Aparecida de. *Economia leiteira do Bolsão-Sul-Mato-Grossense*. Presidente Prudente. (Dissertação de Mestrado). UNESP, 1994, p.14.

QUEIROZ, M. Izaura Pereira de. “*Coronelismo numa interpretação sociológica*”. Apud FAUSTO, Boris (org) *História Geral Da Civilização Brasileira- (O Brasil Republicano)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.158-9.

RIBEIRO, Darci. *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983, p.80.

ROCHA, Everaldo P.G. *O que é mito*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.175.

SOUZA, Cláudio Freire de. *Terra e Poder em Mato Grosso do Sul- As alianças Políticas e os Projetos de Educação*. (Tese de Doutorado apresentada à UNIMEP). Piracicaba, 1997, p.31.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Câmpus, 1988, p.158; 181.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco. !930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.80-3; 207-8.

TOLENTINO, Terezinha Lima. *A ocupação do sul de Mato Grosso – antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1996, p.181.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. 2ª ed.; São Paulo: CORTEZ, 1987, p.19-75.

VIEIRA, Paim. *Organização Profissional e Representação de Classes*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1993, p.195;198.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo: 1998, p.10. (Tese de Doutorado em História- FFLCH/USP).

BIBLIOGRAFIA GERAL

ASSELIN, Victor. *Grilagem: Corrupção E Violência Em terras Do Carajás*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 1982.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: EDUSP, 1987.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos Estudos de Ciência Política*. São Paulo: Pioneira, 1973.

BURKE, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. V.5. Porto: Imprensa Nacional, 1984.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.

CORRÊA, Valmir batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.

CASTELLO BRANCO, Lena Ferreira Costa.. *Arraial e Coronel: Dois estudos de História Social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

CASTRO GOMES, Angela de.; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo E Trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1945)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

_____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro, 1988.

COTRIN, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia: Ser, Saber E Fazer*. São Paulo, 8ª ed.; Saraiva, 1993.

DECCA, Edgar Salvadori de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOUCAULT, michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1975.

FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GLÉNISSON, Jean. *O objeto material da pesquisa: o documento*. In: Iniciação aos estudos históricos. São Paulo: Difel, 1983.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José olympio Editora, 1973.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed.; 1984.

LÚCIO, Levi. *Curso de introdução à ciência política*. Brasília: universidade de Brasília, 1984.

MARTINS, Rodrigo Baptista. *O Coronelismo e a Violência no Processo Político Brasileiro*. Belo Horizonte: Imprensa, 1977.

MENDONÇA, Nadir Domingues. *A (Des) Construção das (Des) Ordens. O poder e a violência em Três Lagoas, 1915-1945*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

OLIVEIRA, Paulo dos Salles(org). *Metodologia das Ciências humanas*. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 1998.

PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *As Curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: UFMS, 1997.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Política; quem manda, po que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SOARES, braga Hilda. *Sistemas Eleitorais do Brasil (1891-1988)*. Brasília, 1990.

SILVA, Marcos Antonio (org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TURNER, J.H. *Sociologia: Conceitos E Aplicações*. São Paulo: Makron Books Do Brasil, 1999.

TELAROLLI, Rodolfo. *Poder local na República Velha*. São Paulo: Nacional, 1975.

FONTES DOCUMENTAIS

PERIÓDICOS

- I- Gazeta do Comércio – De 02/02/1937 a 21/ 03/1945- *Arquivo Castro Pinto- Três Lagoas -MS* .
- II- Jornal do Povo – De 02/06/1961 a 30/ 07/1992- *Arquivo Câmpus de Três Lagoas / UFMS - (Doação família Congro)*.
- III- Jornal do Povo – 05/05/1949 a 14/05/1960- *Arquivo Darci da Costa Filho*.
- IV- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado da Produção e Desenvolvimento Sustentável. Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. *Panorama 1998*; Primeira Edição: Campo Grande, 1998, p.24.
- V- Governo do Estado de Mato Grosso do Sul: *Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bolsão*. Campo Grande/Mato Grosso do Sul, 2003, p. 14.
- VI- Edward Reis Costa. Relato de sua vida política Partidária: *Na Voz Da União Democrática Nacional*. Três Lagoas - Mato Grosso do Sul, 2001, p. 16-18; 25; 30.
- VII- Bataguassu: “*Portal de Mato Grosso do Sul*”. Presidente Prudente: Editora “Imprensa” LTDA, 1984, p. 5.
- VIII- Câmara Municipal de Aparecida do Taboado: *Sua Composição ao Longo dos Anos*. Aparecida do Taboado, 1997/98, p. 2-7.

ARQUIVO PÚBLICO.

I- Câmara Municipal de Três Lagoas. *Atas de projetos* encaminhados pelos parlamentares- décadas de 40 e 50 do século XX.

II- *da Câmara Municipal* da cidade de Paranaíba. *Atas de Posse*, nas décadas de 40 e 50.

III – *Câmara Municipal de Três Lagoas. Ata de posse* de Prefeitos nas décadas de 40 e 50.

IV- Câmara Municipal da cidade de Aparecida do Taboado. *Ata de Posse* de Prefeitos, nas décadas de 40 e 50.

V- *Câmara Municipal* da cidade de Cassilândia. *Ata de posse*, nas décadas de 50.

VI- *Câmara Municipal* da cidade de Inocência. *Ata de posse* de Prefeitos na década de 50.

VII- Câmara Municipal de Água Clara: *Ata de Posse* de Prefeitos na década de 50.

VIII- Cuiabá. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso: *Retrospectiva das Eleições em Mato Grosso, de 1945 à 1985.*

IX- IBGE- *Fundação Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística*
DIPEQ/ MS- Divisão de Pesquisas Em mato Grosso Do Sul
SDDI-Setor De Documentação e Disseminação De Informações.

X- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Três Lagoas: *Núcleo de Documentação.*

XI- _____. Câmpus de Dourados: *Núcleo de Documentação.*

ANEXO A – Afirmações de Philadelpho Garcia a respeito de sua gratidão à Filinto Müller.

corria com meu amigo as cidades maiores e menores. Acabei aprendendo muito nessas viagens, inclusive a respeitar ainda mais o povo e seu modo de ver a sua própria realidade, uma difícil e muitas vezes incompleta realidade, sem estruturas e nem sempre com muitas chances para os sonhos.

Entrei para a política com a bênção de Filinto que, há anos, já desfrutava da vida parlamentar, como senador. O Congresso Nacional era uma casa respeitada, ornada com mais de uma centena de desejos de melhorar o país, entre eles, eu, com meus próprios desejos e projetos, buscando, como em 1933, um sentido por reconhecimento próprio.

Partidos, os mais diversos, todos tentando ocupar seu espaço, procurando ser o retrato exato daquilo que representavam naquele microcosmo da realidade brasileira. Encontrei-me a observar naquela casa, no primeiro dia em que entrei nela, diversas forças políticas, ocupando suas cadeiras e dispostas a pôr em prática o ideal que as fizeram ocupar um daqueles lugares no plenário pomposo do Palácio Tiradentes.

Éramos maioria. O PSD ocupava a maioria parlamentar com 112 cadeiras, espaço ainda repartido com a UDN, com 81 deputados; o PTB, com 51 e o PSP, com 24; e ainda, 36 cadeiras divididas entre 8 partidos menores. A missão começava ali, com milhares de votos a me escutar, todos os dias, na minha consciência.

Dali, também partiam os tiros alvoroçados que atingiam o governo; ou as defesas que se rendiam ao apoio oficial. A Câmara dos Deputados - o Congresso como um todo - era como um termômetro de crises e silêncios, um pêndulo de indicações de saída. Ali, debates enfronzados

FIGURA 15

Da esquerda para a direita Depurado Federal Philadelpho Garcia, prefeito de Três Lagoas João Dantas Filgueiras e o engº. Pedro Pedrossian. Logo abaixo, Pedro Pedrossian e Philadelpho Garcia.



Fonte: GARCIA, 1994, p. 268.

FIGURA 16

Assumindo o CNT, Conselho Nacional do Trabalho.



ASSUMINDO O CNT

No Conselho Nacional do Trabalho, Filinto viu a possibilidade de se dedicar ao social, ficando ainda mais próximo dos problemas e soluções do trabalhismo

Fonte: *Ibidem*, 1994, p. 98.

FIGURA 17

O Poder da Confiança.



O PODER DA CONFIANÇA

São comuns as visitas ao Palácio do Catete para discutir a situação do País com Getúlio. O chefe de polícia tem toda a confiança do Presidente da República.

Fonte: Ibidem, 1994, p. 80.

FIGURA 18

Anos 50.



Fonte: *Ibidem*, p. 139.

FIGURA 19

Meu Projeto.



MEU PROJETO

Passei dias e dias pesquisando a obra, o funcionamento, a estrutura, a dinâmica da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Tudo que me pudesse fornecer subsídios para o início de meu trabalho. Era muito grande o descaso com a estrada, ao transpor a fronteira do Estado de São Paulo.

Fonte: GARCIA, 1994, p. 146.

FIGURA 20

Pelo Brasil.



PELO BRASIL

Acompanhei JK por muitas cidades, na campanha para Presidente e depois de eleito, em inaugurações como a da estrada entre Presidente Epitácio e Campo Grande, em Dourados. Em Alagoas, em 53, nossa comitiva foi recebida com um banquete, oferecido pelo Governador Arnon de Mello e sua esposa. Era a homenagem ao então Governador de Minas, JK.

TABELA 24

Evolução demográfica dos municípios que compunham a região do Bolsão-Sul-Mato-Grossense nas décadas de 50 e 60 do século XX⁷⁵.

Municípios	População/Ano-1940 / 50 / 60 – Respectivamente.
1- Água Clara⁷⁶	3.522 / 2.975 / 2.070
2- Aparecido do Taboado	1.919 / 3.412 / 11.852
3- Brasilândia	2.045 / 2.466 / 7.540
4- Bataguassu⁷⁷	_ / _ / 6.857
5- Cassilândia	_ / 4.014 / 9.221
6- Costa Rica	_ / _ / _ /
7- Inocência	_ / 4.052 / 3.517
8- Paranaíba	12.186 / 14.313 / 18.290
9- Três Lagoas	9.811 / 13.362 / 24.483

Fonte: Tolentino, 1986, p. 194; 200. Tabela idealizada pelo autor.

⁷⁵ A cidades de Selvíria, Santa Rita do Pardo (ex-Xavantina), e Chapadão do Sul não aparecem neste quadro, pois não haviam se emancipado.

⁷⁶ A cidade de Água Clara pertencia ao grupo de cidades que compunham a região do Bolsão na década de 50 e 60. Desmembrado da região de Três Lagoas no ano de 1953, a qual pertencia. Atualmente, segundo Panorama do estado de Mato Grosso do Sul, ano de 1998, p.24, pertence a MRG 07 (Microrregião), composta pelas cidades de Brasilândia, Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Santa Rita do Pardo e Água Clara.

⁷⁷ A cidades de Bataguassu, Selvíria, Chapadão do Sul e Costa Rica- neste período- pertenciam aos municípios de Três Lagoas e Paranaíba, respectivamente.

TABELA 25

Total da população do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, segundo Microrregiões⁷⁸ e Anos.

MRH 340- Microrregião de Paranaíba	Ano- 1940 Total.....14.105	Ano- 1950 Total.....25.894	Ano- 1960 Tota...42.808
MRH- 343- Microrregião de Três Lagoas	Ano- 1940 Total.....15.378	Ano- 1950 Total.....18.803	Ano- 1960 Tota....34.093

Fonte: Ibidem, 1986, p. 190. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 26

Evolução da população, por situação e domicílio, segundo o censo de 1940.

Municípios	Rural	Urbana	total
Água Clara⁷⁹
Aparecida do Taboado
Bataguassu
Brasilândia
Cassilândia
Chapadão do Sul
Costa Rica
Coxim⁸⁰	9.613	1.590	11.203

⁷⁸ A Microrregião de Paranaíba, representado aqui pela sigla MRH 340, é composta pelas cidades de Aparecida do Taboado, Inocência e Cassilândia. A Microrregião de Três Lagoas, representado pela sigla MRH 343, é constituída pelas cidades de Brasilândia e Água Clara.

⁷⁹ Vale ressaltar que dados fornecidos pelo IBGE (censo de 1940) não acusou a quantidade de população da cidade de Água Clara, Brasilândia e Aparecida do Taboado, embora TOLENTINO, Terezinha Lima, 1986, p. 200, acusa um total de 3.522, 2.045 e 1.919, respectivamente.

⁸⁰ Em entrevista concedida pelo ex-senador e prefeito de Campo de Campo, Antonio Mendes Canale, que compunha a sigla da União Democrática Nacional, a cidade de Coxim na década de 40,

TABELA 26

**Evolução da população, por situação e domicílio, segundo o censo de 1940.
(Continuação).**

Inocência
Paranaíba	12.710	1.395	14.105
Santa Rita do Pardo
Selvíria
Três Lagoas	6.110	9.268	15.378

Fonte: IBGE. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 27

Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1945.

CANDIDATOS-ANO 1945	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Vespasiano Martins	UDN	20.967
João Vilasboas	UDN	20.531
Filinto Müller	PSD	20.432
Arnaldo Estevam de Figueiredo	PSD	20.419

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral: Retrospectiva das Eleições em Mato Grosso, Cuiabá, 1986, p. 13-4. Tabela idealizada pelo autor.

completava o quadro das cidades que formavam a região do Bolsão, sendo denominada naquela década de Herculânea. Em relação a cidade de Coxim pertencer a região do Bolsão, parece ser um equívoco do ex-senador, mesmo porque esta cidade se encontra fora do perímetro geográfico, considerando os estudos realizados para fins desta pesquisa.

TABELA 28

**Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas
Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1947.**

CANDIDATOS-ANO 1947	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Filinto Müller	PSD	21.930
João Celestino Corrêa Cardoso	UDN	16.092

Fonte: Ibidem, 1986, p. 14. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 29

**Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas
Partidárias e votos Obtidos no Ano de 1950.**

CANDIDATOS-ANO 1950	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Silvio Curvo	UDN	31.643
Júlio Müller	PTB	25.750
Arnaldo Estevam de Figueiredo	PSD	19.471

Fonte: Ibidem, 1986, p. 14. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 30

Resultado das Eleições Majoritárias para o Senado, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1958.

CANDIDATOS-ANO 1958	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Fernando Corrêa da Costa	UDN	73.801
Manoel Bonifácio N. da Cunha	PSD/PSP	60.978

Fonte: Ibidem, 1986, p. 14. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 31

Resultado das Eleições Presidenciais no Estado de Mato Grosso, segundo as Siglas Partidárias e Votos Obtidos no Ano de 1955.

CANDIDATOS - ANO 1955	SIGLA PARTIDÁRIA	VOTOS OBTIDOS
Juscelino Kubiteschek de Oliveira	PSD/PTB	45.201
Juarez Távora	UDN	33.119
Adhemar de Barros	PSD	58.448
Plínio Salgado	PRP	1.570

Fonte: Ibidem, 1986, p. 11. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 32**Percentagem das Bancadas dos Partidos na Assembléia Constituinte Nacional de 1946.**

PSD	52,0%
UDN	29,0%
PTB	7,7%
PCB	4,9%
Outros⁸¹	5,6%

Fonte: Ferreira Neto, 1989, p. 57. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 33**Percentagem da Representação Legislativa, segundo Partidos, ano de 1950.**

PSD	37,0 %
UDN	24,4 %
PTB	16,8 %
PSP	7,9 %
Outros	13,9 %

Fonte: Ibidem, p. 57. Tabela idealizada pelo autor.

⁸¹ Além dos partidos citados, existiam, ainda, partidos menores como por exemplo, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Social Trabalhista (PST), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Republicano (PR), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e o Partido da Boa Vontade (PBV).

TABELA 34

Percentagem das bancadas dos Partidos na Câmara Federal no ano de 1954.

PSD	35,0 %
UDN	22,7 %
PTB	17,2 %
PSP	9,8 %
Outros	15,4 %

Fonte: *Ibidem*, p. 60. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 35

Eleições Parlamentares Nacionais de 1958.

PSD	35,3 %
UDN	21,5 %
PTB	20,2 %
PSP	7,7 %
Outros	15,3 %

Ibidem, p. 60. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 36

Legislatura do Executivo Municipal da cidade de Paranaíba.

PREFEITOS PARANAÍBA	PERÍODO	PARTIDO
Jovino Garcia Leal⁸²	1946 a 1947	PSD
Edú Queiroz Neves	1948 a a1951	PSD
Manoel Garcia Leal	1951 a 1952	UDN
Christóvam Pereira dos Santos	1952 a 1955	PSD
Gustavo Rodrigues da Silva	1955 a 1959	PSD
Jovino Garcia Leal	1959 a 1963	PSD

Fonte: Câmara de Vereadores de Paranaíba: *Ata de Posse de Prefeitos desde os anos de 1945 até a década de 60*. Tabela idealizada pelo autor.

TABELA 37

Legislatura do Executivo Municipal da cidade de Aparecida do Taboado.

PREFEITOS- APARECIDA DO TABOADO	PERÍODO	PARTIDO
Ajax Furquim Leite	1949 a 1953	UDN
Oswaldo Bernardes da Silva	1953 a 1957	PSD
Onofre Queiroz Júnior	1957 a 1961	PSD
João Chama	1961 a 1965	PSD

Fonte: Guia Informativo da Câmara de Vereadores de aparecida do Taboado: *Sua Composição ao Longo do Tempo*, Aparecida do Taboado, 1997, p. 2-5; 7. Tabela idealizada pelo autor.

⁸² O seu primeiro mandato como prefeito de Paranaíba, que se estendeu de 1946 a 1947 foi através de nomeação, sendo eleito pela primeira vez pelo voto direto em 1958.

AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO

Autorizo a reprodução deste trabalho

Dourados, 30 de outubro de 2003

PEDRO ANTONIO AGOSTINHO